



**UFAM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (ICHL)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA  
NA AMAZÔNIA - PPGSCA**

**SEBASTIÃO ROCHA DE SOUSA**

**A IDENTIDADE INDÍGENA TICUNA**

**BENJAMIN CONSTANT  
2017**



**UFAM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (ICHL)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA  
AMAZÔNIA - PPGSCA**

**SEBASTIÃO ROCHA DE SOUSA**

**A IDENTIDADE INDÍGENA TICUNA**

Tese de Doutorado apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia.PPGSA/UFAM, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor, na linha de pesquisa Redes, Processos e Formas de Conhecimento. Orientador: Professor Dr. Michael Justamand.

**Aprovada:**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Michel Justamand** (Presidente)  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iraildes Caldas** (Membro)  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

---

**Prof. Dr. Juan Álvaro Echeverí** (Membro)  
Universidad Nacional da Colombia – UNAL

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmem Sylvia de Alvarenga Junqueira** (Membro)  
Pontifícia Universidade Católica – PUC / SP

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr. Renan Albuquerque Rodrigues** (Membro)  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Benjamin Constant- Amazonas.  
2017

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S725i Sousa, Sebastião Rocha de  
Identidade indígena Ticuna / Sebastião Rocha de Sousa. 2017  
185 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Michel Justamand  
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Identidade. 2. Cultura. 3. Indígena . 4. Ticuna. I. Justamand,  
Michel II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

## DEDICATÓRIA

*Ao meu pai, Ademar Rego de Sousa, a minha mãe Ilaide Benice da Rocha (in memorian). Sua sabedoria e seus ensinamentos, e amor nos fizeram pessoas comprometidas com o outro, pois, mesmo com pouco conhecimento letrado, sempre priorizaram nossos estudos, a Regina Rocha de Sousa (in memorian) a qual em momentos de solidão sempre está presente ao meu mundo. A todos aos meus 15 irmãos por sempre sonharem em dias melhores. Para os amados filhos, Fábio, Luan e Tainah e a admirável Ana Maria pelas orações. Todos nós, filhos e filhas das raízes amazônicas e construtores de um novo pensar a partir das matrizes étnicas. A todos vocês o meu amor incondicional.*

## AGRADECIMENTOS

A escrita de uma tese nunca se faz sozinho, embora sejam necessários momentos de solidão, para reflexionar sobre o que o seu Eu quer externar. De fato, as pessoas todas são necessárias nesse processo. Mesmo aquela que passou por você sem ao menos lhe olhar. Aí está o sentido daquilo que se quer valorizar - o silêncio do grito. Precisa para dar se o verdadeiro gosto de registrar o desconhecido. A todos vocês quero expressar o meu muito obrigado.

A Deus Pai-Mãe fonte de inspiração, sabedoria e ânimo nos momentos em que o cansaço chegou. À mãe de todas as mães Nossa mãe Maria pela proteção diária;

Ao meu amigo e orientador, Professor Doutor Michel Justamand, pela confiança a mim depositada. Mesmo com muitos problemas aceitou o desafio de conduzir este trabalho, motivando nossos diálogos e orientações com sabedoria e paciência. Registro a minha profunda admiração e respeito por tudo que representa para a academia.

Aos meus irmãos e irmãs: Beatriz, Brás, Vera, Isaac, Rita, Marcos, Lilia, Noé, Arlison, Jardison, Juciê, Jandira, Dariane e Erielma. Que pelas dificuldades enfrentadas por todos, se tornam minhas eternas inspirações.

As minhas irmãs do coração que ganhei de presente de Deus, Rosi Méri, Darcimar, Maecella e Bruna que muitas vezes inconscientes me abraçaram, me fizeram sorrir e me animaram, quando o cansaço me consumia. Queridas, me sinto muito grato a vocês.

Aos membros do grupo de pesquisa GPEDA, Darcimar, Gleison, Marcella, Cristiane, Auxiliadora, Rosi Méri, Rosinéia, Valdinei, Zequias e Luiz Felipe pelo apoio e carinho dispensado. Em especial ao Valdinei que contribuiu na coleta da pesquisa de campo.

À Universidade Federal do Amazonas, através do Programa de Pós-Graduação Cultura na Amazônia na pessoa da professora Iraildes Caldas, o meu muito obrigado.

Aos funcionários do Instituto Natureza e Cultura em Benjamin Constant, pelo tratamento, carinho e respeito por mim e por todos da turma. Minha gratidão.

Aos meus Colegas de turma Danielle Brasileiro, Jarliane e Wildnei, pela troca de conhecimento e companheirismo nesses quase quatro anos de caminha juntos.

Aos professores doutores do programa que incansáveis vieram ministrar aulas a nós aqui na fronteira

Aos indígenas Ticuna, sujeitos da pesquisa que são balizas do conhecimento nesta tese, pela sua presteza e carinho com que informaram os dados da pesquisa. Meu muitíssimo obrigado.

**Somos Todos Índios**  
**Fagner**

Há muito tempo que falo  
Da natureza e de amor  
Das coisas mais simples  
Dos homens, de Deus  
Canto sempre a esperança  
Acredito no azul que envolve o planeta toda manhã

Depende de mim, depende de nós  
Escuto um silêncio, ouço uma voz  
Que vem de dentro  
E enche de luz  
Toda nossa tribo... Somos todos índios

Tenho pensado na vida  
E no prazer de viver  
Nas coisas bonitas  
Entre eu e você  
Meu canto sempre é de luta  
Por um mundo de paz  
Cuidar das florestas e dos animais

## RESUMO

Este trabalho está estruturado numa perspectiva interdisciplinar onde procura elucidar a dinâmica da vida dos indígenas Ticuna desaldeados na região do alto Solimões, procurando analisar como acontece sua inserção no universo urbano da cidade de Tabatinga – AM / Brasil e quais as possíveis consequências para o futuro dessa população. Mostra de forma sintética como acontece as misturas culturais e a preocupação futura de manter com sua identidade. A identidade cultural indígena passa por transformações permanentes, dada a maneira de como essas populações se relacionam com as populações não indígenas. Por outro lado, aponta fragilidade das agências de governo no diz respeito a valorização da identidade e da cultura desse povo. O povo Ticuna por ter um número grande de pessoas reluta para que sua identidade indígena seja reconhecida pelo Estado brasileiro. Este por sua vez, contribui muito para que um número grande de etnias fique sem expressão social, ocasionando um prejuízo dessas matrizes étnicas no país. Por outro lado, o processo histórico da colonização na amazonia interferiu negativamente à afirmação identitária e cultural deste povo. Contudo, esse povo por ser considerado tradicional, procuram manter uma relação com a natureza na região de onde tiram seu sustento e as formas de sobrevivência, num espaço cada vez mais cobiçado pelos não indígenas e pelo grande capital estrangeiro. Ressalta-se ainda a ineficiência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável desse povo, que muitas vezes, compete com os não indígenas tendo como resultado perda de seus recursos naturais e de outros bens que asseguram sua sobrevivência. A imagem do indígena na cidade de Tabatinga passa quase sempre despercebido, dado que estes são considerados improdutivos, o qual torna-se estereotipado por uma grande parte da população que desconhece a valoração deste sujeito para qualificar o tecido social urbano. Neste sentido a identidade indígena se torna achatada pela população urbana que pouco se interessa em ver a riqueza cultural que esses sujeitos trazem para a cidade. Este estudo elegeu como atores sociais os indígenas ticuna que residem na área urbana do município de Tabatinga – AM utilizando como técnica de pesquisa entrevistas semiestruturadas. O estudo foi desenvolvido sob o aporte teórico-metodológico das ciências sociais, tendo base nos conhecimentos sociológicos, antropológicos e históricos numa perspectiva interdisciplinar. Dentre os resultados obtidos, ficou claro que o problema da identidade indígena ticuna que residem na área urbana de Tabatinga, sofre grande influência da sociedade não indígena. Assim como da pressão da sociedade como um todo. Apesar disso, estes, se mantêm altivos e firmes no sentido de se constituírem como um povo que resiste a todas as interferências sociais. Contudo, deve-se entender, que há uma grande necessidade de se reconhecer que esse povo tem muito a contribuir com o tecido social urbano, sem deixar prejuízos que venham atrapalhar o bom andamento do desenvolvimento social, assim como prejudicar as pessoas que estão no entorno desta. Por fim, perceber que o indígena que vem morar na cidade, não deixa de ser indígena, nem tampouco perde sua identidade, ao contrário, se constitui num universo diferente do seu, construindo novos pensamentos do contexto urbano e da sociedade como um todo, sem se descaracterizar de ser homem amazônico.

**Palavras-chave:** Identidade – cultura – Indígena Ticuna.

## RESUMEN

Este trabajo está estructurado en una perspectiva interdisciplinaria donde busca dilucidar la dinámica de la vida de los indígenas Ticuna desaldeados en la región del Alto Solimões, buscando analizar cómo se realiza su inserción en el universo urbano de la ciudad de Tabatinga - AM / Brasil y cuáles son las posibles consecuencias para el futuro de esa población. Muestra de forma sintética como las mezclas culturales y la preocupación futura de mantener con su identidad. La identidad cultural indígena pasa por transformaciones permanentes, dada la manera de cómo esas poblaciones se relacionan con las poblaciones no indígenas. Por otro lado, apunta fragilidad de las agencias de gobierno en lo que se refiere a la valorización de la identidad y la cultura de ese pueblo. El pueblo Ticuna por tener un número grande de personas se reacia para que su identidad indígena sea reconocida por el Estado brasileño. Este a su vez, contribuye mucho para que un número grande de etnias quede sin expresión social, ocasionando un perjuicio de esas matrices étnicas en el país. Por otro lado, el proceso histórico de la colonización en la amazonía interfirió negativamente a la afirmación identitaria y cultural de este pueblo. Sin embargo, ese pueblo por ser considerado tradicional, buscan mantener una relación con la naturaleza en la región de dónde sacan su sustento y las formas de supervivencia, en un espacio cada vez más codiciado por los no indígenas y por el gran capital extranjero. Se resalta aún la ineficiencia de políticas públicas dirigidas al desarrollo sostenible de ese pueblo, que muchas veces, compite con los no indígenas dando como resultado pérdida de sus recursos naturales y de otros bienes que aseguran su supervivencia. La imagen del indígena en la ciudad de Tabatinga se pasa casi siempre desapercibido, dado que estos son considerados improductivos, el cual se vuelve estereotipado por una gran parte de la población que desconoce la valoración de este sujeto para calificar el tejido social urbano. En este sentido la identidad indígena se vuelve achatada por la población urbana que poco se interesa en ver la riqueza cultural que esos sujetos traen a la ciudad. Este estudio eligió como actores sociales a los indígenas ticuna que residen en el área urbana del municipio de Tabatinga - AM utilizando como técnica de investigación entrevistas semiestructuradas. El estudio fue desarrollado bajo el aporte teórico-metodológico de las ciencias sociales, teniendo base en los conocimientos sociológicos, antropológicos e históricos en una perspectiva interdisciplinaria. Entre los resultados obtenidos, quedó claro que el problema de la identidad indígena ticuna que residen en el área urbana de Tabatinga, sufre gran influencia de la sociedad no indígena. Así como de la presión de la sociedad como un todo. A pesar de ello, éstos se mantienen altivos y firmes en el sentido de constituirse como un pueblo que resiste a todas las interperes sociales. Sin embargo, se debe entender, que hay una gran necesidad de reconocer que ese pueblo tiene mucho que contribuir con el tejido social urbano, sin dejar perjuicios que vengan a obstaculizar el buen desarrollo del desarrollo social, así como perjudicar a las personas que están en el entorno de esta. Por último, percibir que el indígena que viene a morar en la ciudad, no deja de ser indígena, ni tampoco pierde su identidad, al contrario, se constituye en un universo diferente del suyo, construyendo nuevos pensamientos del contexto urbano y de la sociedad como un todo, sin se descaracterizar de ser hombre amazónico.

**Palabras clave:** Identidad - cultura - Indígena Ticuna.



## ABSTRAT

This work is structured in an interdisciplinary perspective in which it seeks to elucidate the dynamics of the life of the disaffected Ticuna Indians in the upper Solimões region, trying to analyze how their insertion occurs in the urban universe of the city of Tabatinga - AM / Brazil and what possible consequences for the future of this population. It shows in a synthetic way how the cultural mixtures happen and the future concern to maintain with its identity. Indigenous cultural identity undergoes permanent transformations; given the way these populations relate to non-indigenous populations. On the other hand, it points out the fragility of government agencies regarding the valorization of the identity and culture of these people. The Ticuna people because they have a large number of people are reluctant to have their indigenous identity recognized by the Brazilian state. This in turn contributes greatly to the fact that a large number of ethnic groups do not have social expression, causing a loss of these ethnic matrices in the country. On the other hand, the historical process of colonization in Amazonia interfered negatively with the identity and cultural affirmation of this people. However, these people, because they are considered traditional, seek to maintain a relationship with nature in the region from which they obtain their livelihoods and forms of survival, in a space increasingly coveted by non-Indians and great foreign capital. It is also worth noting the inefficiency of public policies aimed at the sustainable development of this people, which often competes with non-indigenous people, resulting in the loss of their natural resources and other assets that ensure their survival. The image of the indigenous in the city of Tabatinga is almost always unnoticed, since these are considered unproductive, which becomes stereotyped by a large part of the population that does not know the valuation of this subject to qualify the urban social fabric. In this sense the indigenous identity becomes flattened by the urban population that little is interested in seeing the cultural richness that these subjects bring to the city. This study chose as social actors the Ticuna natives residing in the urban area of the city of Tabatinga - AM using semi - structured interviews as a research technique. The study was developed under the theoretical-methodological contribution of the social sciences, based on sociological, anthropological and historical knowledge in an interdisciplinary perspective. Among the results obtained, it was clear that the problem of Ticuna indigenous identity residing in the urban area of Tabatinga suffers great influence from non-indigenous society. As well as the pressure of society as a whole. Nevertheless, they remain haughty and firm in the sense that they constitute themselves as a people that resists all social interpersons. However, it must be understood that there is a great need to recognize that these people have much to contribute to the urban social fabric, without prejudicing the good progress of social development, as well as harming the people in the environment of this. Finally, to realize that the indigenous who comes to live in the city, does not stop being indigenous, nor does it lose its identity, on the contrary, it constitutes a universe different from its own, constructing new thoughts of the urban context and of the society as a whole, without if not characterize himself as an Amazonian man.

**Keywords:** Identity - culture - Indigenous Ticuna.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Imagem 1-** Tipos de residências ribeirinhas.

**Imagem 2-** Indígenas trabalhando na agricultura.

**Imagem 3-** Festa na comunidade de Filadélfia em Benjamin Constant/AM.

**Imagem 4-** Transportes usados pelos indígenas Ticuna.

**Imagem 5-** Mapa mesorregião do Alto Solimões.

**Imagem 6-** Crianças em comunidade ribeirinha.

**Imagem 7-** Marco de limite da fronteira Tabatinga – AM / BRA / Letícia – AM / COL.

**Imagem 8-** Comércio em Tabatinga – AM / Brasil.

**Imagem 9-** Comércio em Letícia – AM / Colômbia.

**Imagem 10** – Aeroporto de Tabatinga.

**Imagem 11-** Rio Solimões.

## LISTA DE ABREVIATURAS

**COMARA** - Comissão de Obras Aeroportuárias da Força Aérea Brasileira.

**DSEI** - Distrito Sanitário Especial Indígena.

**FUNAI** - Fundação Nacional do Índio.

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**IFAM** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

**INSS** – Instituto Nacional de Seguridade Social.

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

**PIB** - Produto Interno Bruto.

**PROMESO** - Programa de Desenvolvimento para as Mesorregiões Diferenciadas.

**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

**SEMED** - Secretaria Municipal de educação.

**SESAI** - Secretaria Especial de Saúde Indígena.

**UEA** - Universidade do Estado do Amazonas.

**UFAM** - Universidade Federal do Amazonas.

**UNAL** - Universidade Nacional da Colômbia.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 A AMAZONIA E ETNICIDADE</b> .....	17
1.1. Noções de etnicidade e identidade indígena ticuna na região do alto Solimões. ....	17
1.2. Identidade de grupos, povos e etnias. ....	27
1.3. Os conflitos da identidade ticuna. ....	35
1.4. As contribuições da sociedade para a construção da identidade .....	55
<b>2 BRASIL, UM PAÍS MISCIGENADO</b> .....	65
2.1. O conceito de identidade da cultura brasileira.....	65
2.2. A cultura e a identidade na Amazônia. ....	74
2.3. A cultura amazônica.....	77
2.4. A Diversidade cultural na Amazônia.....	81
<b>3 A IDENTIDADE INDÍGENA NO ALTO SOLIMÕES.</b> .....	90
3.1. Cultura de fronteira. ....	90
3.2. A Amazônia e os indígenas ticuna. ....	95
<b>4- A IDENTIDADE INDÍGENA TICUNA</b> .....	133
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	172

## INTRODUÇÃO

A presente tese é resultado de uma pesquisa realizada sobre indígenas Ticuna que residem na área urbana do município de Tabatinga – AM, Brasil. Traz em seu contexto um conjugado de ideias teóricas e metodológicas de estudos sobre os indígenas Ticuna quanto a vivência destes fora de seu território - comunidade, em companhia de outras culturas, mediante um leque de objetivos que se descreve ao longo deste estudo, focado em crescimento profissional e social, a ruptura do vínculo entre a comunidade de origem e a sociedade não indígena sem perder, historicamente, a própria identidade com assimilação da cultura de outros grupos sociais.

O trabalho problematiza os Ticuna vivendo fora de seu espaço geográfico social de origem que não são seus territórios. Mostra a busca de reconhecimento dos seus direitos na convivência com os não indígenas e seus aspectos identitários. Assim como registra as causas e conflitos sofridos por membros deste povo que residem na área urbana do município de Tabatinga – AM, Brasil no que diz respeito a autoafirmação de identidade.

Aqui registra-se parte da cultura amazônica, numa visão histórica de formação e de sociedade, tecendo uma leitura sobre as peculiaridades Ticuna a partir da realidade em que vivem, quanto a sua vida social, econômica e a trajetória amazonida retratada pelas histórias e memórias ticuna como um guia de vida que, mesmo convivendo com as diferenças, realizam sonhos e propósitos, tendo como elo as diferenças. Apresentamos paralelo as entrelinhas, os povos amazônicos existentes nas possíveis etnias encontradas nesta região e que por meio de sua formação constrói a identidade de seu povo, sua origem e a sua história.

Nas comunidades ribeirinhas não moram apenas indígenas ticuna, mas pessoas que em torno do Rio Solimões constroem suas moradias para a sua própria sobrevivência, e que de certo teor, adjetiva de forma genérica a essa população. As pequenas cidades amazônicas em seu cotidiano os tratam como caboclos<sup>1</sup>, não se quer dizer que estes são caboclos ou índios, mas sujeitos sociais que qualificam o cenário amazônico, de uma forma bem peculiar de outras regiões do país. O que se sabe é que este termo “caboclo” ficou assim definido pelo mau uso da própria linguagem amazônica.

---

<sup>1</sup>Indivíduo nascido de índia e branco (ou vice-versa), de pele acobreada e cabelos negros e lisos.

Outro fator importante neste recorte, se dá em entender a Amazônia como cenário desta discussão social, enquanto floresta, enquanto palco de sobrevivência, as facetas da Amazônia representada pela mistura de raças.

A presente tese, discorre em compreender sobre o sentido da identidade como fator de sobrevivência estrutural para os Ticunas, e os conflitos sociais existentes entre indígenas e não indígena. Para tanto, analisou-se as respostas dos questionários aplicados em forma de entrevistas com indígenas que residem na área urbana da cidade de Tabatinga. Elucida-se, portanto, as formas de conflito entre as culturas que buscam formas antagônicas de identidade e de sobrevivência em um mesmo lugar. E, para não se cair na reprodução de velhas posturas dicotomizadas, demonizando um grupo e infantilizando o outro, teorizou-se além do entendimento da questão da diferença e da identidade cultural, fazendo uso dos conceitos de “identidades” e “culturas”.

Os procedimentos metodológicos realizados neste trabalho partiram de fontes e pesquisas bibliográfica e documental sobre os ticuna, entrevistas e anotações do caderno de campo, as quais ajudaram a perceber muitos aspectos ligados a temática, principalmente aquelas realizadas pela observação direta. Assim como, a compreensão das abordagens sociológicas, antropológicas na contextualização dos dados e informações primárias e secundárias obtidas ao longo do desenvolvimento das diferentes etapas da investigação, problematização e reflexão crítica sobre os conceitos do tema investigada.

De acordo com os resultados percebe-se que apesar dos Ticuna terem saído de seu território tradicional, constroem outras formas de resistências, para manter sua identidade dentro e fora do contexto urbano.

Outro aspecto importante são as redes de relações sociais que eles estabelecem dentro e fora da cidade, que são feitos entre os próprios ticuna e com indígenas de outras etnias, além da população não indígena. De lado, isso torna-se a busca para serem reconhecidos como sujeitos sociais partícipes de uma sociedade plural e de outro assegura, de certa forma, a relação de pertencimento. Esses vínculos têm garantido laços fortes para a manutenção de sua cultura dentro e fora da cidade. Para Santos os indígenas vivem:

Basicamente, [...] os indígenas referem-se a duas categorias temporais básicas distintas: as histórias de hoje e as histórias de antigamente. As histórias de hoje representam o esforço em retratar a História do Brasil sob o ponto de vista indígena, a partir do contato com os povos não-índios, bem como a vida cotidiana dos participantes da comunidade (testemunhos sobre

o contato com os brancos, histórias do cotidiano, conhecimentos a respeito de animais, alimentos, plantas e do seu ambiente/território, as preocupações com o habitat, histórias do povo e da cultura local). As histórias de antigamente (mitos e lendas), em sua maioria, retratam a mitologia própria de cada povo, constituindo um esforço no sentido de representar-se a si próprio: o que fazem, como vivem, como estabelecem sua moral, os rituais e a mentalidade. O mito, além de uma função literária e recreativa, figura com uma função social (2014, p. 49-50).

Toda esta percepção está voltada a uma problemática bastante observada e enfrentada por famílias que deixaram suas comunidades para vir morar no centro urbano da cidade, em busca da melhoria e qualidade de vida, pelos estudos de seus filhos, na busca de empregos para o sustento da família, por uma nova forma de mudar de vida.

Em estudos arqueológicos,

os Ticuna habitam a selva amazônica aproximadamente a cerca de dez mil anos, passando por diversos processos de mudança e adaptação, e desenvolvendo formas próprias de organização política, social e econômica. Antes do contato com os colonizadores europeus portugueses e espanhóis, os Ticunas viviam em terras firmes no norte do rio Amazonas-Solimões, separados por meio das suas margens, da etnia rival os Omaguas, povo mais poderoso nesse período, que foi, no entanto, exterminado pelos colonizadores (RIANOUMBARILA, 2003, p.32).

De igual modo, registra-se as questões indígenas na reconstrução do passado e do processo de reafirmação étnica que passou a ocorrer entre os índios ticuna na convivência do centro urbano. Visto que estes,

...habitam a região chamada de Alto Solimões, fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia. Estão distribuídos no Brasil em 118 aldeias localizadas em 15 unidades territoriais (isto é, terras indígenas). De acordo com seus mitos, os Ticuna são originários do igarapé Éware, situados nas nascentes do igarapé São Jerônimo (Tonatú), tributário da margem esquerda do rio Solimões, no trecho entre Tabatinga (na fronteira) e São Paulo de Olivença, ainda hoje, é essa a área de mais forte concentração de Ticuna, onde estão localizadas 42 das 59 aldeias existentes, ali residindo mais de 12 mil índios. Oliveira Filho (2002, p. 280)

Formando uma das maiores nações indígenas do Brasil, espalhados também entre o Peru e a Colômbia, os Ticunas contribuem com o abastecimento local de uma diversidade de produtos retirados da floresta, do rio e da terra. Nesta região de fronteira, principalmente, na cidade de Tabatinga, há um fluxo contínuo e descontínuo de Ticuna, muitos pertencentes a outras nacionalidades, como a colombiana e a peruana, que a todo tempo adentra em território brasileiro, sejam em busca de fortalecerem suas relações familiares e culturais, ou a procura de suprir suas necessidades básicas como saúde, educação, benefícios sociais, entre outros.

Ressalta-se neste trabalho, que o Amazonas na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, possui uma população majoritariamente indígena Ticuna com 46.065 mil indígenas (IBGE, 2010), a qual muitos aderiram às diversas seitas religiosas, introduzidas por missionários nas comunidades.

Por esse motivo a região do Alto Solimões é cenário de conflitos, pois muitos indígenas Ticanos colombianos e peruanos, que transitam no território brasileiro, por questões culturais específicas a suas etnias, também querem usufruir dos direitos e benefícios sociais estabelecidos pelo o Ordenamento Jurídico do Brasil, embora apenas os cidadãos brasileiros possam desfrutá-los.

Este trabalho apresenta uma estrutura em quatro capítulos:

No capítulo I está teorizado um olhar sobre a identidade de grupos, povos e etnias, e que na diversidade destes povos podemos conhecer a relação com o outro por meio da convivência, da construção e formação de identidade, destacando que há um propósito de conflitos gerados pelos marcadores identitários culturais mediante as fronteiras humanas.

No capítulo II, destaca-se teoricamente a apresentável Amazônia distribuída na identidade de culturas brasileiras e amazônicas com o foco da diversidade de povos plurais e polissêmicos, pela variedade de ressignificações que permeiam o cenário cultural desses povos.

No capítulo III, trata do contexto de identidade de uma forma mais geral, pondo-se a escrever um pequeno fragmento do que é a identidade Ticuna no alto Solimões e as diferenças dos povos e etnias existentes. Fornece uma melhor compreensão e entendimento, do ponto de vista do direito e da teoria do estado, sobre a região do Alto Solimões, região que pertence ao território brasileiro, mas que é também denominada área de tríplice fronteira, localizada entre três Estados Nacionais, Brasil, Colômbia e Peru. Na visão de Silva (2008) a fronteira pode ser vista a partir de várias perspectivas pelos diferentes sujeitos que as cruzam. Para uns é nela onde começa o Brasil, já para outros é onde termina. O critério de julgamento depende do olhar crítico do expectador.

No capítulo IV, disserta o resultado encontrado com o público pesquisado. Apresenta-se a realidade ticuna por meio da vida social, cultural, religiosa, familiar e profissional. Caracteriza de forma mais peculiar a organização cotidiana de suas comunidades, a forma de sobrevivência pelos saberes tradicionais hoje desmistificados pelo conflito de identidades misturado a outros povos e culturas.



Relata os problemas sociais gerados pela forma de mistura de culturas e da sociedade não indígena, e que, ao mesmo tempo não se dá como perdido a identidade própria. Assim essa relação homem-ambiente faz-nos refletir sobre os Ticunas para além das complexidades estabelecidas pelas fronteiras nacionais, considerando esse povo do ponto de vista de sua integridade sociocultural, uma etnia que mantém relações independentes dos países que habitam.

## 1 A AMAZÔNIA E ETNICIDADE

*Um mundo que se auto define como moderno e civilizado não pode aceitar conviver com essa ausência de democracia racial, cultural e política. Como se pode ser civilizado se não se aceita conviver com outras civilizações? Como se pode ser culto e sábio se não se conhece- e o que é bem pior-não se aceita conhecer outras culturas e sabedorias? (GERSEM BANIIWA 2006, p. 35).*

### 1.1 Noções de etnicidade e identidade indígena Ticuna na região do alto

#### Solimões

A história das populações indígenas na região do Alto Solimões é marcada por momentos de grandes lutas e conquistas. É interessante fazer uma reflexão sobre a etnicidade na Amazônia no Alto Solimões e de identidade indígenas, pensadas a partir da história, antropologia, sociologia e outras ciências humanas que qualificam o sujeito amazônico como um ator social importante na construção da identidade social do povo brasileiro.

Os indígenas Ticuna habitam em comunidades às margens do alto rio Solimões e seus afluentes e muitos migram para os centros urbanos dos municípios próximos de suas comunidades.<sup>2</sup>

Serão abordados diferentes conceitos sobre a temática Identidade e a etnicidade, voltada às famílias indígenas Ticuna que residem na área urbana do município de Tabatinga e que ao longo da história deparam-se com conflitos identitários no que diz respeito à sua aceitação no contexto social da cidade. Assim, este capítulo mostrará uma visão mais teórica, a partir de Frederik Barth, Stuart Hall e Cardoso de Oliveira, além das contribuições de vários outros teóricos.

Para Frederik Barth e Cardoso de Oliveira, em uma abordagem bem mais antropológica, a identidade e a etnicidade são estrategicamente e voluntariamente ativadas, ou não, por indivíduos e grupos de indivíduos em contextos de interação interétnica, por intermédio de processos contínuos de auto definição e de definição por parte dos outros. Por essa razão, consideram que os estudos dos grupos étnicos

---

<sup>2</sup> A presença de indígenas no espaço urbano é antiga, mas, ao mesmo tempo, há a invisibilização dessa presença. Os dados do IBGE já apontavam a presença de indígenas em centros urbanos há pelo menos três décadas. Entretanto, os dados não permitem identificar a quais etnias pertencem os indígenas urbanos. Desde o ponto de vista das políticas públicas, a presença indígena na área urbana traz problematizações acerca do atendimento de seus direitos, como saúde, educação e moradia. Acerca dessa problemática que atinge muitos municípios brasileiros, de todas as regiões do país, ver: GUIRAU; SILVA, 2013.

devem passar, não pelo conjunto cultural destes grupos, mas sim pelas dinâmicas de criação e reprodução, subjetiva e intersubjetiva, dos seus respectivos limites e de suas fronteiras. Assim sendo, a identidade é construída a partir das relações sociais das fronteiras identitárias construídas pelos grupos humanos que se caracterizam por criarem suas castas e assim determinarem suas etnias. Barth defende que é importante destacar que a etnia pode fracassar ou ter êxito de afirmação de identidade de acordo com a ecologia e a demografia, visto que esses dois fatores são preponderantes para a organização desses grupos para se afirmarem etnicamente.

No povo Ticuna, que migra para a área urbana mais próxima a sua comunidade, acontece do mesmo modo, visto que este constrói e reconstrói sua identidade e sua etnicidade a partir das relações sociais e a reafirmação cultural ligado ao seu referencial histórico trazido de suas comunidades e o exercício diário desses costumes.

No processo de compreensão da natureza étnica desse grupo, esta não se dá somente pela relação com o meio urbano, mas com a relação entre grupos co-residentes no mesmo espaço, que poderão ser eventuais competidores das mudanças das identidades adquiridas com o contato com a sociedade envolvente. Por outro lado, é necessário que se tenha um reforço étnico por parte destes, que se dá com o fortalecimento dos indivíduos praticando seus costumes sem se preocupar com os conceitos sociais externos aos seus. Visto que, todo o grupo humano é regido e controlado de acordo com sua organização política e econômica.

Ainda na visão de Barth, “o grupo étnico não define uma sociedade e nem uma cultura, pois para o mesmo é preciso separar a organização social de cultura e isso ocupa grande parte de sua argumentação” (1986, p. 171). O autor defende que a etnicidade faz parte do conjunto social, e que é parte indissociável para organização do tecido social. Para tanto, é indispensável que seus membros estejam irmanados na mesma filosofia de vida e que compartilhem a mesma cultura. Por outro lado, quando um desses grupos se desloca para outro ambiente social, como é o caso do centro urbano, começam a absolver novos comportamentos sociais, que vão se moldando de acordo com as novas informações percebidas das influências dos novos grupos. Constituindo assim, parte dessa nova sociedade.

Assim sendo, construindo identidades e as fronteiras identitárias que, segundo Barth (1992), são demarcações simbólicas que estabelecem limites de começo e fim de espaço e tempo dos grupos humanos, onde são fortalecidos os

emblemas e os marcadores identitários, constituindo assim as fronteiras simbólicas. Assim, defende a ideia de fronteira como uma margem estabelecida pelos grupos humanos para fortalecer o sentido de pertença, pois é através dela que se demarcam as diferenças e as pertenças.

Para Roberto de Oliveira, “etnicidade é essencialmente a forma de interação entre grupos culturais operando dentro de contextos sociais comuns” (OLIVEIRA, 2006, p. 23). Assim sendo, um grupo só se caracteriza grupo social a partir do momento em que todos os seus membros têm objetivos comuns e lutas pelos mesmos direitos. Por outro lado, a partir do momento em que grupos tão diferentes (culturalmente) entre si passam a conviver e disputar o mesmo território instaura-se não só uma situação conflituosa como emerge, conseqüentemente, a questão da etnicidade.

Hall defende a ideia de que, independentemente da diferença (classe, etnia, gênero), a identidade é moldada de acordo com a nacionalidade dos indivíduos, que busca unificar os sujeitos, criando uma única. Esse fator explica as grandes transformações que ocorrem velozmente nas mudanças das identidades das pessoas, visto que estas estão cada vez mais em um mundo conectado as informações mundiais. Hall aponta que o fenômeno da globalização é um dos responsáveis por algumas destas transformações.

De um lado, a forte pressão de homogeneização cultural, e, por outro, a produção de novas identidades, particularizadas a partir dos grupos étnicos que se estabelecem e se concretizam no fortalecimento de suas práticas culturais e seus valores.

É perceptível que Hall abre um leque de discussões no meio acadêmico sobre a identidade cultural na modernidade. Assim, conclui sua discussão enfatizando as contradições da globalização, que embora o sistema tente unificar as identidades, elas não acontecem. Visto que há uma grande afirmação étnica, que torna essa globalização fragmentada, o autor aponta para a ideia de que a globalização promove o esquecimento de narrativas locais, pelo fortalecimento de identidades universalistas que enfraquecem o sentimento de identidade de grupos étnicos.

Analisando o pensamento de Barth, Hall e Cardoso de Oliveira, é notório que o problema da constituição dos grupos sociais se dá também pelo sentimento de pertencimento, considerando que é a partir daí é que se constroem os grupos e se constituem etnicamente para que firmem suas identidades.

Seguindo a linha de pensamento dos autores acima, o sentimento de identidade e etnicidade para os Ticunas que vivem na área urbana está ligado à valorização de seus hábitos, costumes, estilos de vida, a organização social, política, econômica, religiosa, assim como a conquista de espaço urbano. Em relatos desses atores sociais, o espaço urbano traz expectativas para sua vida e a construção de uma nova trajetória social. Por outro lado, traz grandes desafios de lutas e conquistas. Lutas para a garantia de direitos, de efetivação das políticas públicas e pela dicotomia das leis que são garantidas por instrumentos legais do Estado e que não são percebidos por todos. Reconhecimento pela sociedade urbana ao respeito a sua cultura, sua língua e outros comportamentos inerentes a suas raízes, dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa. Conquistas por espaços igualitários na sociedade, pelo acesso a profissionalização, saúde, educação, direito de moradia e outras conquistas dada a essa troca de valores culturais que enriquecem o tecido social, tornando a sociedade cada vez mais plural.

Considerando que há uma gama de outros atores sociais que dividem os mesmos espaços urbanos e se correlacionam entre si, numa efetiva busca de lutas e conquistas, esses povos terão que viver compartilhando a mesma cultura. Que ao mesmo tempo em que se homogeneiza a cultura dos outros, fragmenta a sua. O fragmento se dá por meio da aquisição de novos hábitos, absorvidos dos grupos sociais de contato, a diminuição da prática de seus símbolos culturais, costumes, assim como o aprendizado da fala diferente a sua e outros símbolos externos.

Barth, Hall e Cardoso de Oliveira teorizam de forma clara como os grupos sociais vão se constituindo e organizando, considerando que estes, à medida que crescem formam a sociedade. Em um outro pensar, os grupos étnicos, como é o caso dos Ticunas na região do Alto Solimões, se definem pelas informações de identidade grupal a partir do seu conjunto de símbolos que caracterizam seu estado de pertencimento.

Junto com esse conjunto de representações simbólicas, pode-se destacar que esse povo mantém forte sua imagem social, pelo fato de se constituírem organicamente pelas informações genéticas e culturais que externam seus traços. Partindo das pinturas corporais, passando pela língua e outras características pertinentes a estes, que busca fortalecer sua identidade étnica.

Para os autores acima, a etnicidade, identifica e organiza os sujeitos em grupo, em seus mais variados estágios. Assim como defendem a ideia de que só há

grupos étnicos a partir do momento que seus membros se identificam como tal e socializam seus hábitos e costumes.

Nesta perspectiva, acredita-se que o povo Ticuna navega nessa expectativa de mostrar como vem afirmando-se como grupo étnico, mesmo estando em vários contextos, como é o caso dos centros urbanos.

Além dos teóricos já citados sobre a abordagem étnica e a compreensão do conceito social sobre os grupos humanos, é importante destacar a visão de outros pensadores que colaboram para que se tenha uma amplitude deste tema o qual todo indivíduo está inserido. Seja ele indígena ou não, este tem uma identidade que pode ser considerada étnica a partir da afinidade do grupo ao qual pertence. Assim, Max Weber (1991) interpreta as etnias como grupos humanos que se apoiam em sua crença subjetiva, em uma descendência comum fundamentada em memórias similares comuns de emigração ou colonização. E nos auxilia a entender o mundo social com base nas ações dos indivíduos inseridos no mesmo contexto social.

Para Weber, a sociedade é compreendida pela organização social numa perspectiva histórica, que se alicerça na ação dos sujeitos em grupos. É importante dizer que nesse estudo é necessário ter esses recortes sociológicos, para compreender as várias transformações que os grupos amazônicos passam, em especial os que migram para cidade. Transformações que estão alicerçadas no choque cultural e com a mudança de seus valores para agregar outros. O que de certa forma gerará muitas diferenças culturais. As diferenças aqui defendidas desmontam os conceitos cristalizados ao longo do tempo pela colonização e pela estrutura de poder, para dar um viés mais dinâmico do que seria a transformação das características das estruturas internas dos grupos.

Por outro lado, esses grupos migrados para outros espaços carreguem consigo as informações que trazem de seus antepassados e que são, muitas vezes, sinais hereditários que marcam parte das diferenças grupais, mais especialmente nos símbolos e sinais que as etnias emitem com as roupas, formas arquitetônicas, forma de vida, religião etc. e que aparecem marcos identitários dos grupos, formando assim, uma diferenciação entre um grupo e outro.

Assim sendo, moldando os pensamentos do sentimento de pertença grupal, Cohen (2004, p. 78) enfatiza dizendo que a dinâmica política de cada grupo se torna instrumento para justificar a existência deste, e, por conseguinte as etnias. Dessa

forma, a etnicidade pode ser entendida como um grupo de interesses informal, usada para o grupo se fortalecer e buscar vantagens para ele.

Apesar de fazer críticas às defesas de Barth, Cohen afirma que a política está ligada à identidade e à hierarquia internas dos grupos o que termina por complementar a teoria pensada por Barth. É justamente nesse contexto em que acontece a consolidação dos grupos étnicos, mesmo os que vêm para a cidade. Estes, por sua vez, consciente ou inconscientemente, constroem uma política interna que garante a sustentação de suas identidades, gerando um fortalecimento involuntário étnico, que quase sempre não é respeitado pelos atores sociais externos ao seu grupo, o que gera um desconforto ocasionando uma retração social para estes. Por outro lado, as agências de Estado que deveriam estar à disposição para garantir o fortalecimento desses grupos, muitas vezes, se tornam omissas. Omissas pelo fato de não ter o controle desses povos que migram das comunidades para as cidades, o que ocasiona muitas vezes a perda de assistências básicas, como a saúde e a educação, que esses teriam morando em suas comunidades.

Pensando dessa forma, esses grupos trazem consigo seus anseios sociais não deixando fora deste propósito, o sentimento de identidade, o qual se está propondo fazer, em uma breve discussão complementando os aspectos conceituais e contextuais de que a etnicidade está intimamente ligada à concepção da identidade.

Partindo da organização dos grupos, a construção de uma identidade se torna social, marcada por polissemias que devem ser entendidas a partir do exercício de sua significação e ressignificação, entendendo que os grupos são estruturados e moldados de acordo com as várias configurações de identidade construídas e adquiridas a partir das influências sociais, o que leva a ser alvo de reflexões dos teóricos clássicos e da modernidade.

Assim, o tema identidade vem sendo teorizado por Giddens (1991) ou ligado ainda a um passado mais recente na pós-modernidade como é o caso de Santos (1999) o qual situa a imagem do indivíduo no mundo globalizado, marcado por um capital selvagem desorganizado, tentando explicitar novas bases sociais sobre as quais se unem o pessoal e o social. É justamente nesse contexto que os grupos chamados minoritários enfrentam grandes desafios de se manterem sólidos entre si, visto que o pensamento global procura unificar as informações econômicas e sociais. Para os grupos “deslocados” de suas bases sociais, isso se torna ainda maior. Maior pelo fato de que, além de se articularem para continuarem com um capital para seu

auto sustento, precisam se solidificarem como grupo social humano para não serem achatados na esteira social excludente.

No contexto de estudo das populações amazônicas, esta temática tem sido destaque. Ora para mostrar a imagem do sujeito amazônico como construtor e partícipe do processo da construção da imagem do homem do Norte do país, ora para qualificar como minoria ou maioria, conforme as conveniências sociais. Isto porque, queira ou não, esse sujeito é considerado improdutivo em relação ao sistema capitalista. Pois, o sujeito produz em pequena escala, somente para o consumo e uma parca venda do excedente para compra de insumos para sua sobrevivência.

Destaca-se neste cenário, em especial, a imagem do indígena, visto que este carrega em seu grupo social uma imagem identitária diferenciada, preservada por manter seus costumes, rituais e tradições culturais, que são trazidos e misturados junto às sociedades urbanas, causando um outro olhar social, muitas vezes camuflado pelo estigma desses grupos externos.

Somando ao pensamento sociológico de Weber, percebe-se que a identidade indígena, assim como as demais, passa por uma construção histórica que se sustenta em ação coletiva, que não se resume tão somente a manutenção de sua etnicidade, mas sobretudo, em dinâmicas internas próprias. Seguindo este pensamento, Cardoso de Oliveira (1976) relata a identidade como uma construção social, que se forja na interação com o outro; portanto, contrastiva e relacional. Contrastiva por precisar de uma outra para se auto afirmar; e relacional por manter um contato permanente com outros sujeitos e com outros hábitos e costumes.

Para Cardoso de Oliveira, a identidade étnica é aqui entendida enquanto um caso particular de identidade social, particularidade esta que está relacionada ao conceito de grupos étnicos, que para ele se contrasta a partir das relações com os outros. No mesmo pensar,

[...] de acordo com Barth, grupos étnicos são geralmente entendidos na literatura antropológica como uma população que: em grande medida se autopropetua do ponto de vista biológico; compartilha valores culturais fundamentais, realizados de modo patentemente unitário em determinadas formas culturais; constitui um campo de comunicação e interação; um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem (BARTH, 2000, p. 27).

Pode-se, a partir daí, afirmar que os grupos se relacionam e criam suas peculiaridades a partir do compartilhamento de uma cultura comum com outra, e como



consequência ou resultado desse contato, a reafirmação de seu grupo étnico. A partir do século XX, tanto a antropologia quanto a sociologia procuraram multiplicar os conceitos sobre etnia. Autores mais modernos como Nadel e Meyers (2005, p. 56) afirmam que uma etnia é a união de um determinado grupo de pessoas, cuja união vem de seus integrantes acreditarem ter um antepassado histórico comum, assim como também de usarem a uma mesma língua e costumes

Essa definição, baseada no pensamento sociológico de Weber, (1983, p. 89-102) mostra que grupo étnico seria um conjunto de sujeitos que se reconhecem com informações culturais idênticas, diferenciando-se, assim, de outros grupos. Nos grupos étnicos amazônicos, essa leitura sócio antropológica não é diferente, visto que estes sentem-se membros de um mesmo agrupamento de indivíduos que possui religião, língua, costumes e outras informações primárias grupais - logo, uma identidade cultural em comum.

Para estes, não importa somente o fato dos indivíduos que compõem um grupo social partilharem os mesmos costumes e hábitos, principalmente, o fato delas acreditarem em fazer parte de um mesmo grupo ou etnia. Em razão disso, a etnia é considerada uma construção artificial do grupo, onde o modo de viver depende de seus integrantes acreditarem fazer parte dele para sim ser chamado de grupo étnico. Para a sociedade não indígena, ainda há que se entender a valoração e a importância dos grupos étnicos, visto que para essa sociedade ainda existe uma confusão em ser ou não indígena. Pensando nisso, Viveiros de Castro (1996) explicita que a questão da definição de quem é, ou não, indígena não seria um problema para os indígenas. Os indígenas sabem quem os são. Essa questão é externa aos indígenas, e de certo do Estado que os define como tal.

Os processos sócios históricos pelos quais passam os grupos humanos, e que quase sempre causam desintegração social de um determinado grupo étnico, são o que lhe garante coesão, se tornando uma forma de ostentação colaborativa à identidade grupal o que muitas vezes é visto como homogêneo, embora haja momentos conflituosos ligados à política e à dinâmica interna dos grupos. Contudo, o processo cultural necessita ter flexibilidade suficiente para dar conta de mudanças políticas e culturais que acontecem com frequência dentro deles.

A partir desta base teórica, pode-se entender que os conflitos identitários que acontecem entre os indígenas da étnica Ticuna residentes na zona urbana do município de Tabatinga/AM não os diminui como etnia, mas os caracteriza como “os

outros”, ou seja, os que viram de fora. Apesar se já estarem inseridos na comunidade urbana, sofrem de certa forma momentos de rejeição. Isso porque se constituem como grupos fora de suas comunidades, levando em conta que se auto afirmam como grupo étnico e que muitas vezes são estereotipados pelo fato de trazerem consigo seus traços culturais e linguísticos.

Não distante disso, Carneiro da Cunha (1986) trabalha a ideia antropológica de que a definição de um grupo étnico há muito tempo, esteve sob o controle das ciências biológicas, que admitia como critério racial, identificado biologicamente os aspectos físicos, geneticamente herdado. Ideia que aos poucos foi quebrada pelo fato de que os marcos legais afirmam que qualquer indivíduo pode se auto reconhecer como indígena ou outro grupo social humano. Por outro lado, não se pode descartar a afirmativa de que a biologia é responsável pelas matrizes étnicas, todavia se pode perceber que o processo de autoafirmação começa justamente com o pensamento de se ter pertencimento ou parentesco entre determinados grupos de indivíduos.

Nesse contexto, percebe-se que os grupos étnicos amazônicos não surgem necessariamente com as políticas de Estado, mas sobretudo da organização e restituição de seus territórios tradicionais, onde podem reorganizar suas coletividades com ou sem a ajuda do Estado.

Neste caso, a emergência étnica na Amazônia não tem uma relação direta com a política estatal, pois as políticas públicas são fomentadas por necessidades as quais irão garantir direitos a todos os brasileiros e principalmente às populações reconhecidas como indígenas. Nesse caso, a política indígena é construída a partir da organização grupal desses sujeitos, que solicita ao Estado garantia de seus direitos, assim como a efetivação das políticas públicas, tanto em suas comunidades como fora dela, como é o caso dos que saem para os centros urbanos. Por outro lado, a política indigenista que auxilia esses grupos, e que muitas vezes seus agentes estão ligados a alguma autarquia, camuflam o atendimento a esses grupos, procurando justificar o mal atendimento às dificuldades que o sistema enfrenta por mal gerenciamento das políticas públicas.

Para Barth, isso só é possível quando se caracteriza a identidade social fundamentalmente pela forma de como o próprio indivíduo se olha, isto é, a forma como ele é como os outros os vêem.

Quando o indivíduo se autocaracteriza está ancorado em uma determinada forma com a qual o identifica, isto quer dizer que a identidade social requer um certo nível de escolha, e ao mesmo tempo que exige um certo nível de responsabilidade.

Estudos revelam que a identidade está ligada a estruturas de classe existente a muito tempo, não sendo algo individual, ligada intimamente ao fato de um sujeito pertencer a uma determinada classe social em que os demais pertencem a essa classe e todos teriam a mesma identidade

A identidade não é inata, logo pode ser entendida como uma forma sócio histórica de coletividade e individualidade, onde o contexto social oferece condições para os mais variados modos e possibilidades.

Nesse sentido, dialogar sobre identidade é entender que, de certa forma, as características biológicas lhe dão condições gerais de possibilidades e condições particulares de entender os grupos humanos. As características historicamente humanas se encontram desenvolvidas na forma e relações sociais, onde cada indivíduo se encontra existente, nas formas históricas de individualidade, são apropriadas no desenrolar de sua existência por mediação do outro. (SÈVE *apud* JACQUES, 1998, p. 162)

Desse jeito, construir a identidade étnica na autoafirmação dos seus sujeitos sua grande base fundadora para se caracterizar como grupo. Coisa que não pode desvirtuar das bases grupais, ainda que as análises culturais dos grupos sejam essenciais para que a imagem do sujeito seja exposta a outros grupos, a etnicidade não se deve generalizar as ações da cultura. Nesse sentido, Barth (2010, p. 140) acentua que o fato de compartilhar cultura comum, as ações e atitudes dos indivíduos podem ser visto como consequência dos grupos étnicos e suas identidades como individual, visto que é a partir das ações individuais é que se dá visibilidade ao coletivo.

Vislumbrando essa ideia, pode-se pensar que as pessoas em sociedade possuem etnicidade. Mesmo aquelas que não são identificadas como grupo primitivo, como é o caso dos grupos sociais que vive em centros urbanos. Para conceituar entidade é mais evidente entre grupos que sofrem preconceitos. Conforme Bobbio, são estas premissas que caracteriza o conceito:

[...] falar a mesma língua, estar radicado no mesmo ambiente humano e no mesmo território, possuir as mesmas tradições são fatores que constituem a base fundamental das relações ordinárias da vida cotidiana. Marcam tão profundamente a vida dos indivíduos, que se transformam num dos elementos constitutivos da sua personalidade e definem, ao mesmo tempo, o

caráter específico do modo de viver de uma população. Por outro lado, as relações sociais que derivam do fato de pertencer a mesma etnia criam interesses coletivos e vínculos de solidariedade caracteristicamente comunitários. (BOBBIO ET AL 2000, p. 449)

## **1.2 Identidade de grupos, povos e etnias**

Pensar em caracterizar identidades de grupos no contexto da região do Alto Solimões – AM, Brasil, antes de tudo é navegar em um rio social, histórico e antropológico, considerando que nesta região há uma diversidade de povos que qualificam esta região por ser rica em costumes tradicionais por ser de área fronteira.

A questão da identidade nesta região busca o fortalecimento dos grupos étnicos, principalmente o povo Ticuna, que é o maior em número de pessoas do Brasil (IBGE, 2010). Neste povo, pode-se presenciar traços culturais primários que os caracterizam pelos seus modos de viver e o forte idioma falado exclusivamente por estes.

Pensar na inserção social de indígenas do grupo Ticuna na sociedade não indígena é um tanto quanto provocativo, sobretudo quando se pensa na estrutura social de um município como é o caso de Tabatinga-AM, que a ele tem agregado todo um universo simbólico estruturado com as agências de governo, categorizando como centro urbano e de outro os indígenas, carregados de informações culturais misturados nessas, os saberes tradicionais que misturam os rituais, a medicina doméstica, a culinária, a pintura corporal, dentre outros, com os conhecimentos da sociedade urbana.

A cidade de Tabatinga-AM está neste cenário como uma realidade empírica observada enquanto espaço social, que estabelecem relações sociais que fortalecem as identidades étnicas através de um processo que Sahlins (2004) chama de autoconsciência cultural. Autoconsciência nesse caso é saber que a constituição desse espaço urbano se dá especificamente por essas matrizes étnicas que estão tanto nas comunidades, como dentro do espaço urbano desta cidade. Por outro lado, o entendimento dessas culturas é que dá o modo peculiar dessa cidade fronteira características únicas. Única por viver nesse nicho cultural vasado dos hábitos e costumes indígenas que ultrapassa os muros das casas e aparecem visivelmente nas ruas.

Desse modo, pode-se pensar que a cultura sempre será vista como uma tendência positiva, no sentido de que ela é algo de bom que os grupos étnicos têm e

que podem compartilhar com outros grupos. E que, de certo modo, quando esta se encontra com outro grupo diferente do seu, e quando se insere neste outro grupo, acontece uma ruptura, configurado em um hibridismo cultural, defendido por Maia (2010, p. 30), resultado dessa mistura, ocasionando um outro perfil cultural. Por outro lado, é inconcebível que em um centro urbano os indivíduos que nele se agregam não tenham por algum momento essa troca e mistura de cultura, tornando-os carregados de informações que serão multiplicadas para as futuras gerações.

Para os grupos sociais étnicos, a cultura não é opressora, fortalecido em um pensamento que é ela que dá a identidade, que condiciona o comportamento coletivo e é aquilo que faz resistir a toda opressão de atores externos, mostra a forma de como o grupo pode se defender das inferências que pode o atacar, assim como ser instrumento de defesa.

Nesse entendimento, pode-se dizer que a identidade possui uma ligação muito forte com a etnicidade defendida tanto por Barth quanto por Cardoso de Oliveira, pois esta é autoconsciência da especificidade social e cultural de um grupo, dando a definição, portanto, na natureza das relações étnicas, na percepção do papel social dos indivíduos em seu próprio grupo e o externo ao dele.

Observando o contexto das famílias indígenas Ticuna que se transferem da aldeia para o centro urbano da cidade de Tabatinga-AM, em busca de melhor educação dos filhos e condições de vida, levam consigo os traços étnicos e identitários de seu povo, deparando-se com novos traços étnicos e culturais, fato que ocasionará um desconforto conflitivo devido à da aproximação de outros grupos e principalmente, com a nova sociedade. Apesar de ficarem encantados como o “novo” que a cidade pode oferecer, ela traz também alguns medos.

A sociedade indígena Ticuna ao longo dos tempos assegurou e resguardou sua história, a memória e a identidade cultural, o que os define como povo de grande respeito social, e que lutam para que essas informações étnicas sejam repassadas aos futuros membros. Para tanto, fazem questão de que todos falem a língua, que é um dos aspectos de afirmação da identidade, e os rituais, principalmente o ritual de passagem a festa da moça nova. Hoje, isso faz parte das reflexões mais contextualizadas e atualizadas acerca do tema identidade cultural e suas formas de resistência e desenvolvimento de projetos no território da Amazônia brasileira. Visto que muitas matrizes étnicas foram dizimadas, se não total, mas parte delas. Isso é visto nos registros linguísticos, que há povos que estão em fase de revitalização de

algumas línguas, com é o caso do Cocama, Cambeba e Caixana no Alto Solimões, os Mura no Rio Madeira, dentre outros. Neste cenário, a Amazônia sempre foi palco de um contexto de lutas, legitimação de uma cultura regional e tradicional bem características e de apropriações dos legados culturais para construção do novo ciclo do capital fundamentado nos saberes e conhecimentos tradicionais da biodiversidade amazônica.

Os indígenas sofreram, e ainda sofrem, devido aos grandes conflitos territoriais e de identidade, lutando pelos seus direitos, além dos que já conquistaram. Salienta-se que estes na atualidade conheceram e valorizaram sua própria história e, a partir daí, precisam não só de terras, mas de qualidade de vida, social, educacional, profissional, familiar, além das demais relações com a sociedade.

O termo indígena ou “índio”, como eram chamados no passado, além de se referir a pessoas integrantes de diferentes grupos étnicos sociais, longo histórico de luta contra marginalização imposta pelas políticas coloniais e nacionais, e pelos próprios integrantes da cultura ocidental, inicialmente foi uma identidade atribuída. Atribuída não somente para identificar um povo que seria no futuro desqualificado, mas para dar uma generalidade a grupos humanos que se caracterizam por se organizarem e se denominarem étnicos, (RAMOS, 1997, p. 221). Assim Caleffi fala que esta identidade foi atribuída por Cristóvão Colombo. Mas ainda conceituando índio:

Na língua portuguesa, índio ou indígena significa nativo, natural de um lugar. É também o nome dado aos primeiros habitantes (habitantes nativos) do continente americano, os chamados povos indígenas. Tudo isso foi o resultado de um mero erro náutico, onde Cristóvão Colombo imaginou que o continente americano denominado Índias e assim genericamente apelidou os indígenas que hoje de acordo com seu grupo étnico tem uma denominação própria. (CALEFFI, 1997, p. 49-65).

Com o passar do tempo, o sentido pejorativo do termo “índio” foi sendo mudado para indígena, entendendo que o termo “índio” seria cabível ao povo nativo da Índia. Este termo, de pejorativo passou a ser uma marca identitária dos povos tradicionais, capaz de unir historicamente grupos distintos e rivais humanos na luta por direitos e interesses comuns. Neste sentido se tratam como parentes.

Assim sendo, ser indígena hoje é ser um indivíduo portador de um *status* jurídico que lhe garante uma série de direitos. Assim como fazer parte de uma coletividade que, segundo Pacheco de Oliveira, “por suas categorias e circuitos de

interação, distingue-se da sociedade nacional, e reivindica-se como 'indígena'. Ou seja, percebe-se como descendente de população de origem pré-colombiana" (Pacheco de Oliveira 1998, p. 282).

Reconhecer o indígena hoje como um cidadão, ou derrubar qualquer sistema de tutela e de inserir desses grupos no organismo político social, gerou certo mal-estar na sociedade. Para a sociedade não indígena brasileira, torna-se um grande desafio, visto que esta não estava preparada para lidar com esses grupos, que antes eram "excluídos" e "esquecidos".

Ao contrário de que se esperava, o processo de inserção dos indígenas nas cidades, vem dando - se de forma rápida. Na medida que existem sérios problemas nas comunidades/aldeias que precisam ser solucionados, essas populações migram para outros locais. Principalmente para as cidades próximas às suas comunidades. Esses indígenas querem conhecer o "progresso" das cidades, se aprimorar intelectualmente, sobreviver enquanto grupo que necessitam ser respeitados em sua cultura e singularidades.

Porém, esse processo migratório vem dando - se com sérios problemas. Um deles bem notório é a modelagem social, onde as sociedades urbanas não respeitam seus traços culturais trazido de suas comunidades, fazendo um achatamento nessas culturas, impondo suas normas que minimizam os conhecimentos desses novos integrantes na sociedade urbana.

Os seres humanos são modelados por uma determinada identidade histórica que são construídas por meios dos conhecimentos familiares como o respeito, os conceitos, o amor a crença e a fé, para que assim saibam sobre si, e a forma pela qual se constrói a identidade. Assim, a história dos indivíduos é moldada pelo passado que há em cada parte ao longo da vida. Logo, a etapa presente é considerada a como melhor fase.

A história de vida dos indivíduos é influenciada pela família por meio dos valores internos e pelos valores externos adquiridos pela sociedade. Os valores externos são entendidos pelas atitudes, comportamentos, padrões de vida e modelo que a sociedade determina e cobra. Também do que se herda da vida geneticamente, dos familiares e de tudo aquilo que provem da natureza social e cultural.

Os grupos se descrevem a partir da família a que pertencem na vida social, ao país de origem e aos demais grupos aos quais se contextualizam. Assim a identidade étnica e de grupos vem sendo um tema de grande discussão para o século

XXI, o que pode impressionar os futuros teóricos do tema para construir novos conceitos, uma vez que a sociedade se transforma em diferentes momentos históricos que são vivenciados.

Indivíduos ou grupos étnicos, são classificados por seus traços culturais e particulares os quais são visíveis externamente. Essas diferenças passam a ser percebidas entre culturas e não entre organizações étnicas, que podem relacionar-se como um conjunto de traços culturais, que conduzem análises sobre formas culturais manifestadas.

Assim, bem como qualquer sociedade, o povo Ticuna possui também identidade própria construída ao longo dos tempos. O povo Ticuna busca por meio da história de vida relacionar-se com outros povos. Historicamente eles povoam o alto dos igarapés, afluentes da margem esquerda do rio Solimões, no trecho este entra em terras brasileiras até o rio Içá / Putumayo, na Colômbia. Constitui-se assim em uma grande sociedade.

O estudo das questões indígenas é de fundamental importância, principalmente quando se enuncia a partir de um novo *locus* social e de novas articulações político-sociais.

A partir da década de 1980, cresce o movimento indígena como política de resistência, ajustando-se, pensando em suas problemáticas e acertos crescendo sob um novo contexto a cidade, na busca por sua sobrevivência e de seus grupos nas aldeias, se mostrando a sociedade como um grupo, e que é a parte primeira deste território brasileiro, foi massacrado, subalternizado e invisibilizado.

Daí a necessidade de se entender como acontecem os conflitos identitários internos desses indivíduos no meio urbano, uma vez que terão um choque cultural e uma remodelagem social diferente da sua. Alguns pensadores desta temática na modernidade utilizam o termo identidade, mas numa perspectiva pessoal, procurando explicar os níveis psíquicos das identidades e os das subjetividades modernas. Como um dos caminhos para a discursão do termo (GIDDENS, 2002 WOODWARD, 2000, TURKLE, 1997), Giddens fala de uma “reflexividade da modernidade que se estende ao núcleo do eu” (GIDDENS, 2002, p. 37). Nesta perspectiva, o autor deixa clara a ideia e a importância do entendimento dos mecanismos de auto identidade do indivíduo na modernidade.

Na região do alto rio Solimões, desde a chegada dos primeiros colonizadores, até fixação permanente do sistema seringal em territórios indígenas, os Ticunas



estiveram sempre inseridos dentro dum campo de forças, permeado por discursos que lhes atribuíam um caráter negativo, especialmente sobre sua identidade, que era posta sob a rotulagem da cultura amazônica, diminuída e subalternizada.

A partir de então, foram considerados “caboclos” como uma classificação social de categoria minimizadora. Este termo para categorizar o sujeito na Amazônia se torna um pouco complexo, considerando que para a definição deste se torna indispensável uma leitura nas dimensões geográficas, raciais e de classe. Na dimensão geográfica, o homem amazônico é reconhecido como um dos “tipos” regionais do Brasil (cf. IBGE, 1975).

Já para a definição de caboclos ligado a classes sociais, na visão dos colonizadores, nada mais era do que camponeses amazônicos objetivando distinguir os moradores tradicionais dos imigrantes que chegavam de outras regiões do Brasil e até de outros países. E quanto à raça, estes seriam uma mistura desqualificada que estariam entre as duas categorias citadas.

Assim o termo caboclo procurava sistematicamente desqualificar a etnicidade Ticuna, retirando-lhe características e expressões inerentes que seriam unicamente suas. Percebe-se que na conjuntura política, a categoria cabocla, lhes garantiam uma melhor aceitação na sociedade local, em vez de se apresentarem como indígena. Os Ticunas durante muito tempo adotaram essas categorias, para se desvencilharem das opressões levadas pelo poder local. O termo caboclo na região amazônica, também é empregado como categoria relacional, ou seja, nessa utilização, o termo identifica uma categoria de pessoas que se encontram numa posição social inferior em relação àquela com quem o locutor ou a locutora se identifica. Nessa classificação os parâmetros utilizados, incluem as qualidades rurais, descendências indígenas e “não civilizadas” (ou sejam, analfabetas e rústicas), contrastam com qualidades urbanas, ditas “branca” e “civilizada”.

Por outro lado, com as diversas reflexões feitas sobre a ação produtivas dessas pessoas que eram rotuladas como caboclas, passaram a ser chamadas agora como comunidades do campo. O fato é que com a criação dessa nova categoria social, as pessoas ganharam forças políticas e puderam se organizar em associações ou entidades de classes para reivindicarem seus direitos.

Entra em contraste com um grupo social, uma das categorias sociais consistem uma agregação artificial de pessoas, baseadas na identificação de atributos

comuns compartilhados por indivíduos que não se engajam necessariamente em relacionamentos sociais em razão dessas similaridades. Para Brito (2011), em seus estudos sobre os caboclos, a identidade é construída na representação enquanto consciência por meio das articulações de ideias, crenças e valores de um tipo especial de diferença. Ressalta Brito que a identidade étnica é componente de um sistema interétnico, este que se configura como o sistema de relações sociais e simbólicas resultantes da convivência entre tribos ou entre tribos e os ditos brancos. Assim, a etnicidade é concebida como: “[...] uma construção social no tempo, um processo que implica uma relação estreita entre a reivindicação cultural e a reivindicação política. É uma categoria objetiva de auto reconhecimento de diferenças” (BRITO, 2011, p. 105). O que contrasta muito bem ao pensamento sócio antropológico de Hall.

Logo, a questão da identidade tornou-se um dos principais temas de reflexão política e sociológica da atualidade. Foca-se as perspectivas consideradas mais relevantes para o processo antropológico cultural, filosófico e psicossocial. Como Hall (2011, p. 54) pontua, o próprio conceito de identidade é extremamente complexo, pouco desenvolvido e pouco compreendido na ciência social e contemporânea.

Os fenômenos identitários estão no entorno e dentro da sociedade. As normas, condutas, elementos socioculturais, assim como, os modelos dos grupos externos que estão ligados aos grupos sociais no intuito de compreender o que é a sociedade e como é a dinâmica dela. Em suas razões da índole econômica, política e inclusive filosófica, propiciam solo fértil para a atual retomada deste tema, conforme descreveu Gulberg.

A preocupação pela identidade constitui um dos *leitmotiv* do pensamento latino americano, mesmo antes de que se possa falar propriamente de América Latina. Que somos? Quem somos? Qual é o papel que nos corresponde na história? Que elementos distinguem a nossa cultura? Até que ponto nos equiparamos com outras zonas culturais? Quem decide sobre nosso presente e futuro? São algumas perguntas que nestas e em outras formulações vêm se reiterando por gerações. (GULBERG, 2003, p. 132).

Discute-se quem se é hoje e qual o papel na verdadeira história onde ainda se remete a uma incógnita num processo de socialização. O ser humano como resultantes de fatores genéticos, hereditários e ambientes, além das possíveis capacidades das ações.

Nas visões psicológicas e sociais, a identidade articula o psicológico – o que o indivíduo/grupo tem de único que o distingue de outros indivíduos/grupos – com o

social – o que o grupo tem em comum com outros grupos. A identidade neste contexto é uma estratégia de relação. Ela se constrói na dialética entre auto identidade e heteroidentidade, o que pode definir como a própria construção da identidade com a relação à formação individual dos grupos particulares na consonância com identidade própria, ou auto identidade.

A auto identidade está na construção do que une a diferença ou a diversidade interna, ou seja, enquanto sujeitos, forma-se identidades a partir das características pessoais, tornando-se assim o conjunto das particularidades nas possíveis identidades mistas ou plurais, de forma que se pode construir característica de identidade única.

A heteroidentidade remete-se à formação do que outros povos formam do indivíduo. Eles se organizam e formam sujeitos de outra sociedade, no que resume a uma identidade negativa ou positiva que vá confrontar com aquilo que se pensa do eu. A junção da auto identidade e da heteroidentidade é que forma as fronteiras sociais.

Elas demarcam a inclusão e a exclusão da própria identidade dos indivíduos de acordo com o tempo e o espaço que se encontram. Nesse propósito, a identidade é resultado da interação do pessoal e do público. Ela permanentemente se constrói ao longo do tempo. A auto identidade e a heteroidentidade do povo Ticuna são formadas por interação de uns com os outros. Depara-se com os grupos representativos e das aldeias, com os grupos que vêm para cidade e os diferentes povos, onde suas histórias e estas estão recheadas das imagens exóticas vistas e interpretadas pelo homem urbano.

Diante disto, as identidades indígenas que vêm morar nos centros urbanos são construídas a partir da interação com outros grupos humanos, no qual estes sujeitos possam compartilhar seus objetivos comuns, seus valores, regras e crenças, tendo a compreensão de considerar a influência dos outros perante a visão total dos seus conceitos em formação. Zanelli pontua que:

Do ponto de vista social, a ordem que se estabelece, ou não, resulta do compartilhamento que ocorre na interação humana. Do ponto de vista individual, a identidade é elemento chave da realidade subjetiva e se encontra em relação dialética com a sociedade. Nesta acepção, o indivíduo é produto e produtor do sistema social. (ZANELLI, 2003, p. 47).

Somando a esse comentário, pode-se explicar que, quando um sujeito participa ativamente das organizações de um sistema sociocultural e que este atenua a atender seus objetivos comuns, estes imediata e indiretamente colaboram para definir a seus grupos sociais o modo de seus hábitos, crenças, valores e que estes são definidos por suas ações participes na sociedade em que estão inseridos.

Desse modo, embora que exista em cada um indivíduo o senso de individualidade, na construção do autoconceito e é inseparável do outro, portanto, as experiências de socialização constituem-se no principal referencial para a formação das identidades. Desta maneira, delineiam suas identidades. Segundo Dupuis (1996, p. 45), são os indivíduos, por meio de suas ações, contribuem para a construção de sua sociedade.

Para entender a esta expectativa vê-se que:

A dinâmica da identidade é alimentada pela busca constante de unidade subjetiva por parte dos indivíduos, pois eles adotam frequentemente padrões comportamentais direcionados para preencher as expectativas do outro sobre sua própria conduta, contrariando muitas vezes sua autodeterminação (RICOEUR, 1990, p. 185).

Os indivíduos sempre agem dentro dos contextos que lhes são preexistentes e se orientam no sentido de suas ações. Pois a construção do mundo social perpassa pela reprodução e transformação do mundo existente de que na sua reconstrução total.

Para Berger e Luckmann, “a vida cotidiana apresenta-se para os homens como a realidade ordenada. Os fenômenos estão pré-arranjados e com padrões que parecem ser independentes de apreensão em que cada pessoa faz deles, individualmente” (1983, p. 78). Sendo assim, a identidade ainda é um fenômeno que se processa como mecanismo regulador das interações sociais e da presença de outra pessoa na vida pessoal.

A vida em sociedade sempre se originará em torno de problemas ou conflitos, onde indivíduos têm que ter a capacidade de se administrar aos conflitos próprios e aos sociais, bem como saber lidar com as frustrações e sonhos. Os problemas dentro de uma sociedade estão sempre se renovando e para isto o indivíduo tem que estar sempre alerta para entender a este dinamismo.

### 1.3 Os conflitos da identidade Ticuna

Entre tantas mudanças, o tema indígena mostra a sociedade brasileira sob um novo aspecto, ainda pouco conhecido. O que leva a fazer com que políticas sociais, sociedade civil e econômicas não estejam preparadas para reorganizar-se em serviço desses novos grupos, e dispor caminhos às novas questões singulares, e conviver com as diferenças e de aceitar o indígena como brasileiro, cidadão, parte desta terra.

A história indígena está paralela ao meio de um processo histórico brasileiro na luta pela sobrevivência de diversos povos e hoje a migração dos indígenas para a cidade continua fazendo parte desta luta. Nesse sentido, a trajetória dos indígenas no contexto da cidade está marcada pela dualidade, ou seja, entre a expectativa de melhoria das suas condições de vida em uma nova realidade, da ilusão do que a cidade pode oferecer, e o contraste cultural e histórico de sua origem, marcada por práxis diferenciada que se depara com processos excludentes e discriminatórios enraizados, fundamentados durante a formação histórico cultural e socioeconômica brasileira.

O mecanismo de negação de sua própria história tem como serventia, no primeiro momento, possibilitar uma opção de acesso a um outro mundo, mesmo que, de forma inversa, construir a própria identidade. E é, por conseguinte, contínuo desafio no sentido de deparar com a estabilidade entre aquilo que se é e o que os outros esperam que o indivíduo seja. O seguinte é o espelho social que permite o indivíduo se reconhecer, se avaliar e se aprovar. “Sob essa possibilidade, o eu não existe, a não ser em interação com os outros” (WHETTEN E GODFREY, 1998, p. 21).

Neste sentido, é notório que através da experiência coletiva os membros de determinada organização ou de um grupo coletivo encontram respostas para as questões diárias, pois são os valores e as crenças compartilhadas que definem seu modo de agir e pensar. Ou seja, a interação de perspectivas e conceitos. Dessa forma, a sociedade Ticuna também se constitui na invisibilização quando o grupo perde a direção de sua existência e das redes de relações com suas origens e a ressignificação de sua identidade torna-se alternativa de sobrevivência. No termo em que o grupo vai se consolidando e unindo-se novamente, se ressignifica enquanto resistência e depois como projeto de vida própria e até mesmo individual. Ou seja, a descoberta de novas identidades. Na descoberta das identidades, os indivíduos indígenas Ticuna irão encontrar e entender o que tem de seu nelas e o que pode ver

do outro em si como a melhor forma de compreender-se. Neste sentido, o indivíduo tenta fazer do outro o seu ponto de referência em prol da construção da identidade própria, para isso é indispensável primeiramente colocar-se no lugar deles, os quais podem-se identificar como negro, africano, branco, asiático, indígena ou outro grupo social humano.

A identidade social progride sob determinadas categorias, a exemplo da etnia, identidade sexual, classe social, portadores de deficiências, idade, entre outras. Unidos sob o mesmo motivo, os sujeitos procuram sua contextualização no tempo e no espaço, buscando fortalecer sua identidade na sociedade, recriando uma nova existência. No pensamento sociológico de Durkheim, na maneira como o homem atua sempre condicionado pela sociedade, logo a sociedade que esclarece ao indivíduo, formas de agir e apresentam um tríplice caráter: a) exteriores: proveem da sociedade não do sujeito; b) coercitivos: impostas pela sociedade ao indivíduo; e c) objetivos: têm uma subsistência independente do sujeito. Portanto, os fatos sociais da parte externa, coercitivos e objetivos, (DURKHEIM, 1999, p. 41).

O indivíduo, na atualidade, vive momento de fusão de culturas não se insere num contexto cultural homogêneo e fixo como ocorria no passado; ele se instala numa sociedade envolta em tríplice movimento: a sociedade individual, a sociedade plural e a sociedade global.

Nesse processo uma cultura se caracteriza como doadora e a outra como receptora, o que não significa dizer que este seja um processo de vida única, ou seja quando em contato, todas as culturas podem sofrer mudanças, pois ocorre aí um processo de influxo recíproca (ULLMANN, 1991, p. 125).

É possível dentro dessa análise, pensar em como é difícil ser indígena na cidade, ser aquele que possui costumes diferentes, tradições diferentes, ou uma outra relação com a natureza, com o sagrado e com a vida. E em como alocar todos esses elementos na nova cultura que vão abarcando todos eles. Difícil não pelo fato de ser indígena, mas pelo conjunto de valores que este indivíduo vai ter que compreender para se inter-relacionar num universo plural alheio ao seu.

Nos últimos tempos, indígena na Amazônia é alguém que começa a aparecer para a sociedade brasileira, não apenas como um ser 'exótico', mas como um indivíduo politizado, organizado em grupos de movimento indígena, que busca manter as suas tradições, a língua, a história. O indígena agora utiliza também das armas dos não indígenas, ou seja, da política, da ideologia, da organização, do conhecimento.

E nesse pensar vai ampliando seu olhar sobre sua cultura e a cultura dos outros, compreendendo a forma de como essas informações são absorvidas por ele, assim como ele também libera cultura.

As culturas são dinâmicas, estão constantemente em mudança, no caso do povo Ticuna não são exceção. O deslocamento cultural em si não é, portanto, um mal a ser combatido, nem tampouco algo que se deve proibir de se moldar espontaneamente. Que ao modo se ver, mudar a sua cultura seria o mesmo como proibir de crescer.

Um dos processos de modificação cultural é a desculturação, que é a perda parcial ou total da cultura, sem uma substituição satisfatória por outra. É um fenômeno pouco comum, mas tem ocorrido no Brasil.

A cultura ganha novas formas e significados ao se dinamizar nas redefinições e nas múltiplas criações das identidades dos indivíduos, diante das influências exercidas pelos diferentes agentes sociais. Conduz para a cultura um sentido mais materialista tanto no ponto de vista como na produção, desarticulando os modos do fazer e criar já instituídos em seu longo processo histórico e, perdendo a particularidade singular e de essência do seu determinado grupo.

A cultura Ticuna pode ser compreendida como agente de reconhecimento e aproximação tolerante das diferenças. O saber de viver e o contato com as múltiplas diversidades, aumentam a figura imaginária de visão sobre as particularidades do mundo, e de como os grupos humanos se conduzem e comportam-se no seu complexo processo de organização social.

É necessário rever o modo de pensar e ver os povos indígenas em um país, que se auto define como civilizado, moderno, não pode conviver com essa falta de democracia cultural, racial e política.

Precisa-se desmistificar essa visão romântica sobre os indígenas, de que são ingênuos, protetores das florestas, incapazes ou pouco capazes de compreender o mundo externo ao seu; de serem estereotipados de preguiçosos, bárbaros, cruéis, traiçoeiros e tantas outras denominações negativas que são vistas e ouvidas.

A Constituição de 1988 concebe os indígenas como sujeitos de direitos, e, portanto, de cidadania, ganhando o direito de continuar propagando suas culturas, seus valores, seus modos próprios de vida e também de ter o acesso às tecnologias e a outras culturas.

A obrigatoriedade da participação direta dos povos indígenas em questões que lhes dizem respeito, garantindo os direitos de representação, autogoverno e consentimento prévio e informado, aumentou consideravelmente as associações indígenas como um meio de diálogo e de uma política dos movimentos indígenas. Logo, há o reconhecimento de uma cidadania híbrida “na qual o indígena deve ter respeitado seu direito como ser humano, como brasileiro e por sua identidade étnica” (BANIWA, 2012, p. 05).

Nos dias atuais, a tradição oral ainda é o principal meio de transmitir o conhecimento nas culturas indígenas, junto com a escrita e as novas tecnologias para registrar e preservar suas tradições e seus conhecimentos,

[...] resultante de uma pluralidade de formas de intercâmbio entre diversos modos culturais, cultura erudita, popular, empresarial, etc. que geram processos de adaptação, assimilação, empréstimo, sincretismo, interpretação, resistência ou rejeição de componentes de um sistema identitário. (COELHO, 2004, p. 36).

Nas comunidades não indígenas amazônicas, as culturas imaterial e material somam parte do patrimônio dos povos indígenas. A cultura material pode ser vista nos traços, desenhos e símbolos do artesanato em geral, os diferentes trançados dos cestos de palha e na construção de suas aldeias e moradias. A cultural imaterial destaca os conhecimentos sobre a natureza, o trabalho, os rituais, as festas e as cerimônias religiosas, os mitos e a língua falada, o que ainda é muito forte nas populações amazônicas e que aos poucos vem sendo modificados com as misturas culturais dos sujeitos.

Acredita-se que esse processo de modificação cultural do indivíduo, sendo um moderno processo de expansão, não conseguindo destruir por completo a identidade social e local do povo. Este processo é considerado não violento, mas oriundo de uma necessidade de informação e a busca de aspectos culturais por parte de vários povos, pela necessidade de relacionar-se uns com os outros.

As experiências de vida de cada indivíduo confirmam uma conclusão, que estudiosos sobre o assunto acabam quase sempre chegando de que não é fácil separar a dimensão individual da estrutura ao exercício cotidiano da identidade da dimensão social.

A identidade é a realização do indivíduo no sentido biopsicossocial - suas emoções, pensamentos e admissão de acordo com o ambiente em que vive com a



sua maneira de atender o mundo e com sua própria genética. Ela do ponto de vista social e comunitário é as influências externas e internas ao longo da vida da pessoa, ou seja, ela é construída socialmente, com as vivências e experiências.

Pensar em identidade para Lane (2006, p. 78) é pensar em imagens, representações, conceitos de si mesmo, e como o indivíduo se reconhecesse. Esse conceito só tem sentido a partir das relações que se tem com os outros.

Para reforçar essa, ideia Hall salienta que:

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela se tornou politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença. (HALL, 2003, p. 21).

Devido à emergência do individualismo nas sociedades modernas, a noção de indivíduo ganha outras interpretações, passando de um plano numérico para o cultural, modificando o seu sentido generalizado para o complexo, tornando-se uma noção impregnada de valores, de sentidos, de normas e condutas morais sem perder, entretanto, sua característica de unidade constituinte do todo.

O homem originou-se em sua identidade pela forma mais cruel de vida, sua própria subsistência, a luta individual na época primitiva, depois começou a se organizar por meio das suas relações e de fato do que vinham produzindo coletivamente, começa então seus primeiros objetivos, a conquista coletiva a partir de suas relações.

Sabe-se que o ser humano não se organizava de forma comunitária (clãs, tribos, e outras formas de organização). Nestas formas primitivas de organizações sociais, cada indivíduo é apenas um membro, um componente do conjunto, sem possuir independência individual. Podendo não existir somente para ele próprio, mas em função da comunidade que é o verdadeiro sentido de todos

Ao tratar-se de identidade étnica ela afirma-se negando a outra identidade, etnocentricamente por ela visualizada. Nesse sentido, como sistema o etnocentrismo de representações, torna-se a evidencia empírica da emergência da identidade étnica em seu estado mais primitivo.

Sendo assim, aquele indivíduo unificado do século passado, fez passar por grandes mudanças e hoje parece ter perdido a sua identidade, sua centralidade. Isso é bem notado com a chegada dos estados capitalistas, revolução industrial, as duas

grandes guerras mundiais, as crises econômicas que afetaram o mundo no decorrer do século, provocando profundas transformações individuais e coletivas.

Observando esse cenário, fica fácil de entender os motivos sociais pelo qual o homem deixa seu lugar de origem e insere-se em outras culturas, em outras sociedades. Assim, pluraliza e fragmenta a sua identidade.

Acredita-se que um dos aspectos importantes desta última década se caracteriza pelas grandes migrações ocorridas, desde meados do século XX no mundo. Por causa da miséria, de lutas políticas, guerras localizadas, interesses culturais, etc., o homem de uma forma geral aprendeu a não ser um indivíduo singular, mas que depende do outro para formar sua própria identidade.

Isso é notadamente visível na região do Alto Solimões com as populações indígenas que cada vez mais saem de suas comunidades a busca de novos horizontes.

Quando o indivíduo se autocaracteriza, ancorado em um determinado modelo com o qual identifica-se isto quer dizer que a identidade social requer escolha de certo grau, ao mesmo tempo em que exige um nível de consciência. Follmann destacou que se:

Propõe uma noção de identidade que engloba o individual e o coletivo, que não é redutível nem a um nem a outro e que também não é redutível à simples soma dos dois. A partir desta perspectiva a identidade é considerada um fenômeno que envolve as dimensões biográfica e relacional. Outro aspecto relevante desta concepção de identidade é a construção em sociedade, a ideia de que a identidade se forma a partir da interação. (FOLLMANN, 2001, p. 44).

De tal modo, o indivíduo se socializa e constrói sua identidade por etapas, na passagem de um extenso processo que se exprime fortemente do nascimento à adolescência, e prossegue na idade adulta na sociedade o qual está contextualizado. Cada ser desse modo é, exclusivo, único, sem cópia, original, irrepitível e insubstituível. Sendo que, a questão da identificação pessoal está ligada essencialmente, o direito natural a diferença de cada pessoa, embora igual em deveres e direitos em relação as demais, é, entretanto, sua complexa humanidade, diferente de todos os demais seres humanos.

Desta forma, com relação a outros homens, o indivíduo não apresenta-se apenas como um portador de um único papel, pois há diversas combinações que

configuram uma identidade como totalidade. Uma totalidade oposta, mutável e múltipla, no entanto, única.

Ao apresentar-se frente a uma determinada pessoa, comportam-se de dada maneira, neste momento as “outras identidades” pressupostas estão encobertas. Nesta sociedade, o que se representa determinante para a existência do homem, é sua imagem.

Segundo Ramos (2003) o indivíduo pode ser considerado,

[...] indivíduo dentro dos seus padrões sociais, vive em sociedade como membro de um grupo, como pessoa de um grupo, como pessoa, como socius. A própria consciência da sua individualidade, ela adquire como membro do grupo social, visto que é determinada pelas suas relações entre eu e os outros, entre grupo interno e o grupo externo. (RAMOS 2003, p. 238).

As pessoas estruturam e configuram a sua realidade como em um processo de representação na vida cotidiana desempenhando um papel de recriar na sua vida uma realidade mais significativa de como as coisas se apresentam para a sua própria existência.

Para Oliveira e Loures Oliveira, (OLIVEIRA; LOURES OLIVEIRA, 2008) “o indivíduo consegue se realizar e afirmar sua identidade cultural, podendo também, reconstruir seu passado histórico”. Cada indivíduo, ao nascer, segundo Strey, “encontra-se num sistema social criado através de gerações já existentes e que é assimilado por meio de inter-relações sociais” (2002, p. 59).

Assim a identidade é realmente formada ao logo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. A identidade surge da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir do nosso exterior, pelas formas através das quais, nós imaginamos ser vistos pelos outros. (SILVA, 2003, p. 39).

Igualmente, o sujeito é confrontado por uma gama de identidades gerando uma fusão na realidade individual. Portanto, a identidade não existe na modernidade, ela já tem uma trajetória desde a época mais remota das sociedades. O homem, desde sua origem, é considerado um ser de relações sociais, que incorpora valores e normas vigentes na família e em seus pares na sociedade.

A partir desses pressupostos é importante perceber que a sociedade Ticuna não é diferente de qualquer outra, ou de qualquer sociedade no sentido de construir sua identidade. Para Sousa (2013, p. 15), a sociedade Ticuna está dividida em partes

exogâmicas (onde só se pode casar com um membro da outra parte) não-nominadas, cada uma composta por clãs. Estes grupos são patrilineares, isto é, o clã é transmitido de pai para filho.

O conjunto de nações ou clãs identificados por nomes de aves formam uma metade, os demais, identificados por nomes de plantas, formam uma outra. Mesmo, os clãs Saúva e Onça, um mamífero e um inseto, são associados à metade “Planta” por descritas razões da mitologia Ticuna.

Ainda segundo Sousa (2013), a condição de membro de um clã confere a um indivíduo uma posição social, sem a qual não seria reconhecido como Ticuna. Cada clã Ticuna é constituído por outras unidades, os subclãs. Nesse sistema social, cada indivíduo pertence simultânea e necessariamente a várias unidades sociais (metade exogâmica, clã e subclã), uma vez que elas estão contidas umas nas outras.

O povo Ticuna tem seu próprio modo de organização em suas relações sociais, políticas, econômicas, aquelas com outros povos e as de dentro do povo, as quais mantém contato. A maior parte da base da organização social do povo Ticuna é a extensa família, entendida como um conjunto relativo a ela, articulada em torno de um patriarca ou matriarca por meio a relações de parentesco, afinidade política ou econômica.

Uma família extensa Ticuna geralmente se reúne a família da matriarca ou do patriarca, a família, filhos, genros, noras, cunhados e outras famílias, afins que se ligam à grande família por específicos interesses.

As regras sociais, embora já muito misturadas com as dos não indígenas, baseiam-se em torno da mitologia; e dos conhecimentos tradicionais acerca do mundo sobrenatural e natural orientam a vida social, casamentos, e o uso de extratos animais, minerais ou vegetais, na cura de doenças, além de hábitos cotidianos.

Para Sousa (2013) é, a partir dessas orientações cosmológicas que realizam à determinação dos casamentos exogâmicos (cujos casamentos os cônjuges pertencem a diferentes grupos sibs ou étnicos) ou endogâmicos (cujos casamentos os cônjuges pertencem ao citado grupo sibs ou étnico) e as divisões hierárquicas entre os grupos (sibs, fratrias ou tribos), onde requer o direito de ocupação de determinados específicos territórios e o ingresso a recursos naturais, bem como o controle do poder político.

Além disso, dependendo do papel que o indivíduo exerce, ele adquire um lugar na sociedade que é denominado de *status*, que, juntamente com os papéis sociais, determina sua posição social (PISANI, 1996, p. 65).

Para Pisani, o homem assume vários papéis, e que estes podem envolver-se em conflito dependendo da individualidade e da consciência que o indivíduo adquire no cotidiano das relações interpessoais. E a partir daí descobre a própria identidade. Nesse sentido, nota-se que a construção da identidade se dá por meio das relações sociais, dos papéis que se desenvolve. Para Hall, consolida-se pelo referencial que se tem a partir do eu e da imagem do outro.

Nesse sentido, a construção da identidade está interligada com o contexto (Castells, 2008, p. 22), tendo em vista que todas as intervenções sociais e as características de cada tipo de identidade conectam-se ao ser social, sendo ao ator social aplicadas as suas necessidades para com a sociedade.

O meio de reafirmação da identidade indígena e o sentimento do orgulho de ser “índio” estão dando auxílio a recuperar gradativamente a autoestima desaparecida ao longo dos anos de repressão colonizadora. Isso está tornando possível a tomada de comportamentos e atitudes mais positivas entre eles, diante de um horizonte sociocultural mais esperançoso e promissor.

As gerações atuais indígenas nascem, crescem e vivem com um novo olhar direcionado para o futuro, potencialmente possível e alentador, que difere das passadas gerações que nasceram e viveram conscientes dos acontecimentos fatais e do desaparecimento de seus povos.

O indivíduo constrói, modela sua própria identidade a partir do momento em que entra em conexão com o mundo ao redor e, de forma determinante, com outra cultura humana. De modo mais preciso, as características exclusivas de cada criatura, como o modo de pensar, ser e agir desenvolve-se no seio das práticas socioculturais, ou seja, na prática das ações diárias e na vivência da realidade cultural em que o indivíduo está inserido, darão o sentido ao modelo social em que se está inserido.

Logo, para o ser humano formar um Eu, precisa construir, com relação ao outro, esse Eu. Em outras palavras, para que qualquer Eu apareça, é preciso que exista alguém ou alguma coisa que possa ser classificada como o outro. E assim somando a sua identidade social.

Do ponto de vista sociológico de Cardoso de Oliveira, a identidade tem a ver com a tomada de parte de ideias vindas de um determinado grupo. Nessa perspectiva,

sua personalidade é formada, mas a recebe também do meio em que historicamente se situa, onde realiza sua interação social conforme ele vai atuando em seu tempo e espaço.

Constrói a imagem de si próprio de maneira permanente, suas crenças e representações, constituem uma estrutura psicológica que lhe admite selecionar as suas ações e as suas relações sociais. Para Castells (2008, p. 22), a identidade é construída a partir de materiais culturais para redefinir posições na sociedade, transformando, assim, a estrutura social. Este conceito de identidade define aquilo como que é sempre igual a si mesmo.

Está claro que não há somente uma pluralidade, pois

[...] influência que a classe social, a religião ou a política tinha sobre o indivíduo deixa assim de fazer sentido, passando este a definir a sua própria identidade, de acordo com as suas escolhas e as suas experiências individuais, independentemente da estrutura social em que está inserido. (OLIVEIRA, 2004, p. 71).

Ferreira lembra que:

Assim, identidade tem relação com individualidade – referência em torno da qual o indivíduo se constrói; com concretude – não uma abstração ou uma mera representação do indivíduo, articulando-se com uma vida concreta, vivida por um personagem concreto, alicerces de uma sociedade igualmente concreta e constituída por vidas vividas; com temporalidade – transforma-se ao longo do tempo; com socialidade – só pode existir em um contexto social; com historicidade – vista como configuração localizada historicamente, inserida dentro de um projeto e que permite ao indivíduo alcançar um sentido de autoria na sua forma particular de existir. (FERREIRA, 2000, p. 78).

Partindo desse pressuposto, considera-se o indivíduo como sujeito ativo no contexto cultural. Ele tem liberdade de tomar decisões, por meio de novas representações. Ele recebe a informação e constrói, coletivamente e criativa, um processo cultural voltado à época histórica atual de sua vivência.

Nas palavras de Oliveira (2000), a constituição da identidade possui um conteúdo marcadamente comunicativo ou reflexivo, embora que presume relações sociais tanto quanto um código de categorias destinado ao impulso do desenvolvimento dessas relações. A identidade não se funda numa compressão sinestésica do ser, mas em uma auto preocupação de si em situação.

Ferreira “considera a identidade como uma referência em torno da qual o indivíduo se auto reconhece e se constitui, estando em constante transformação e

construída a partir de sua relação com o outro” (2004, p. 47). Nesse sentido, a construção da identidade é um processo que vai buscar significado às relações vividas no cotidiano, onde o outro, também participa do processo construtivo. Logo, a demanda de construção da identidade em determinadas posição depende do comportamento do indivíduo, estreitamente relacionadas com o indivíduo e a cultura e a sociedade em que esse está inserido.

A sociedade é composta por um emaranhado de pessoas que entre si criam, dão vida e consolidam relações interpessoais e interdependentes, por seguinte formam a sociedade. Elias diz que “o indivíduo é parte de um todo maior, que ele forma junto com outros” (1994, p. 19).

A cada tentativa de (re) construção de identidade, o sujeito se depara com a aceleração da vida pós-moderna e a certeza de que é improvável estabelecer uma identidade fixa em um mundo dinâmico, imprevisível e fugaz. Para isto Stuart Hall (2000) nota-se que a essência das disputas em torno da característica identidade, em especial na teoria social, se relaciona com a questão da estabilidade, ou melhor, da estabilidade em decadência, “as identidades velhas, ou por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em decadência, fazendo surgir novas identidades fazendo o indivíduo moderno” (Hall, 2000, p. 7). O sujeito que era visto como ser unificado passa a ser instável e fragmentado, o que para muitos pode significar uma crise. Neste sentido, pode-se perceber o quanto os sujeitos conseguem se resignificar no meio social, procurando alternativas de autoafirmação junto à sociedade.

Ainda com ideia de Hall (2000) uma nova identidade pode ter caráter político, caráter posicional e conjuntural, de forma que a identidade e a diferença sejam articuladas em outra identidade, sem que uma anule completamente a outra. Ter uma identidade é sinônimo de uma identificação com o que está estabelecido na cultura e no meio social. Nesta linha de pensamento, desconsidera-se o movimento próprio das alteridades que transformam a realidade a partir da própria condição das diferenças.

Ainda refletindo Hall, estão surgindo identidades culturais que não são fixas, e sim,

[...] suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado (HALL, 2000, p. 88).

Assim, quando não é incluída a diversidade na organização da identidade se passa pelo processo de espanto do outro, que será percebido fora do esperado como algo exterior, isso é muito frequente nas sociedades indígenas no momento em que deslocam-se para os centros urbanos. Estes ficam em momento de transição de identidade que, somado ao pensamento de Barth, pode-se chamar de identidades deslocadas; por mais que tragam consigo suas informações culturais, passam por momentos de deslocamento sociocultural até se estabelecerem em suas novas frentes identitárias, sem tampouco desvalorizar ou abandonar suas raízes. Ver bem a importância de se conhecer a própria cultura, as raízes da para que haja a formação de identidade, no propósito de se definir enquanto cidadão sabendo se situar na sociedade.

Quem não vive as próprias raízes não tem sentido de vida. O futuro nasce do passado, que não deve ser cultuado como mera recordação e sim ser usado para o crescimento no presente, em direção ao futuro. Nós não precisamos ser conservadores, nem devemos estar presos ao passado. Mas precisamos ser legítimos e só as raízes nos dão legitimidade. (ARIAS, 2001, p. 33).

Conforme o que está sendo refletido, o conceito de identidade cultural reporta-se à construção indenitária de cada cidadão no seu contexto cultural. Em outras palavras, a identidade cultural está relatada com a forma como percebemos o mundo exterior e como tomamos posição em relação a ele.

As culturas indígenas são consistentes, como consistentes é o a que dá vida a elas. Os indígenas preservam suas línguas, suas práticas de vida e sua ligação com a com a sociedade e a natureza. Eles mantêm a tradição oral e rituais como manifestação artística e maneira de vinculação com o sobrenatural e a natureza.

Mantêm papel de educador e socializador da família, empregam os conhecimentos e sábios milenares, e realizam o respeito à natureza. Com isso, percorre as culturas indígenas manifestando sua personalidade de alteridade e coletiva, seja no trabalho ou na festa, por isso são populares e democráticas. As culturas servem como marcadores identitários, isto é, porque são elementos simbólicos e estão associados a produção do processo de da ideia, de alteridade ou de pertencimento com relação ao outro.

Os marcadores são sinais corporais, como as formas de falar, de vestir, de agir, entre outras, evidenciadas pelos próprios sujeitos e seus significados. Normalmente confundidos com a identidade.



Ao se tratar disto, podem-se listar aqui alguns tópicos de marcadores que podem ter enorme influência para a construção de identidades particulares: educação, experiência profissional, aparência, estado civil, *status* familiar, moradia, orientação sexual, idade, gênero, raça, cor, etnia, deficiência, individualidade, hobbies, classe social, naturalidade, nacionalidade, crenças e valores, comportamento, temperamento, estilo de vida, padrão mental, família, saúde opção política, atitudes, condição física, condição psicológica, descendência, habilidades, bairro, cidade onde mora, língua.

Esse conjunto de marcadores faz com que a construção de identidade pessoal seja fortalecida. Todos os indivíduos estão incluídos em um desses grupos, mesmo que nem tudo sobre um indivíduo esteja no outro. Ninguém pode ser reduzido por outros ou por si mesmo a apenas um marcador, por mais significativo que ele seja. Os marcadores são dinâmicos, tudo pode ser mudado ou muda na dinâmica da vida, das escolhas ou dos fatos que o indivíduo faz. Nessa dinâmica, ninguém pode se fixar unicamente e estaticamente como vítima ou algo que faz falta à diversidade.

Os marcadores indenitários são chamados também de cativéis ou fronteiras intransponíveis para os indivíduos se isolarem ou isolarem os outros. Os marcadores podem ser plataformas a partir das quais o indivíduo se relaciona com o mundo, com maior ou menor acolhimento e interação. As características identitárias culturais são possibilidades com as quais também o sujeito escreve sua história. Mais que uma característica essencial de uma sociedade, pode ser considerada como o elemento principal uma cultura que difere uma nação de outra. Isso por que cada sociedade é carregada de aspectos culturais que transpõe aos seus membros voluntariamente seus saberes.

Para Cardoso de Oliveira, a cultura está extremamente ligada à forma como o indivíduo se manifesta em todas as situações da sociedade, à forma dele expressar-se. É importante ressaltar que cada pessoa que pertencente a uma determinada sociedade agrega valores, os quais a levarão a fazer ou expressar-se de forma específica.

A cultura encontra-se desde quando o ser humano se integrou ao espaço da natureza, através da criação dos seus primeiros artefatos, o que causou um referencial da sua própria existência. Assim sendo, o indivíduo produz sua cultura tendo como base a natureza, onde procura criativamente conviver em uma harmonia única para que sempre esteja em paz consigo mesmo.

De acordo com o aporte científico de Bosi “cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social” (1996, p. 95). O autor deixa claro que cultura é tudo aquilo que foi deixado de ensinamentos dos nossos antecedentes para outras gerações, mas que são repassados aos outros em todos os momentos da vida, considerando que o indivíduo vive em constante mudança, e essas mudanças fazem com que este sinalize sua cultura sempre para que esta não desapareça e seja deixada como herança aos outros que vierem a fazer parte desses conhecimentos.

É por meio da transmissão cultural que os indivíduos podem comunicar-se, com os outros, não apenas por meio da linguagem, mas também pelas formas de comportamento. Isso significa dizer que as pessoas percebem quais as intenções, sentimentos das outras, porque conhecem as regras culturais da sociedade em seu comportamento.

As culturas se divergem ou têm pontos de discordância que descrevem vivência, índole, estágio que se encontra nos domínios da técnica e da ciência e, ainda, no que afirma respeito ao seu plano político, às respectivas classes sociais e seus governantes, uma vez que possui formas de defesa, crenças religiosas e relações familiares específicas e próprias, etc.

A identidade cultural acontece em níveis diferentes e forma a consciência do povo. Isso ocorre devido à necessidade de comunicação, que se torna por certos meios e formas. Neste sentido, em certo sentido, falar de identidade implica, uma dimensão interpretativa e outra normativa, já que identidade designa algo como uma compreensão de que o sujeito é, logo, as características fundamentais definitórias como seres humanos.

A cultura cria parte de uma determinada totalidade, nação, sociedade ou povo. Essa grande porção é tudo o que o viver coletivo configura. São os hábitos, os costumes, a maneira de pensar, de agir e sentir, as tradições e técnicas utilizadas que levam o desenvolvimento do homem a interação ao com a natureza. Segundo Hall:

A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre

em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar. (HALL 2003, p. 43).

Assim sendo, cultura é tudo que diferentes etnias e raças possuem vida social em matéria, o conjunto de leis que administram o país, a moral, as crenças, a educação-aprendizagem, as expressões literárias e artísticas, hábitos e costumes, ou seja, é a totalidade que abrange o comportamento coletivo e individual de cada grupo, nação, sociedade ou povo.

Cultura, conforme Santos (1994, p. 120), vem do latino verbo *colere*, que quer dizer cultivar. Foram os antigos romanos que inicialmente ampliaram esse significado do termo, passando a fazer uso dele como refinamento pessoal. Habitualmente se faz esse uso do termo cultura até hoje.

Tecendo uma releitura sobre as identidades, podemos clarificar que a concepção de cultura, não se separa das relações sociais, e o enfoque volta sobre as práticas e as percepções dos grupos, considerando-se que elas estão a todo instante em disputa e em movimento. Atualmente a palavra identidade é empregada comumente como justificativa e forma de valorização de culturas locais, de legitimação de grupos sociais e de diferenças culturais e de valorização comportamentais.

A cultura, no momento em que é bem trabalhada pode se tornar algo que faça parte do cotidiano da vida e da sociedade. Sendo um agente forte de identificação social e pessoal, com um modelo de comportamento que soma gerações e segmentos sociais, a uma efetiva terapia que dá origem aos recursos internos do indivíduo e estimula sua interação com o grupo e um fator essencial na promoção da vida, na medida em que o indivíduo se realiza e se expande como pessoa em suas potencialidades.

Portanto, na discussão da identidade, a cultura faz de alguém capaz de conhecer ou de divulgar a arte de estabelecer uma identidade pessoal que efetivamente desenvolve sua existência. Esta identidade cultural, em diferentes níveis, vai baseando a consciência do povo. Partindo desse pressuposto, os grupos sociais têm condição de estabelecer as bases, mesmo que subjetiva. Outra característica é que esses grupos são superiores e exteriores ao indivíduo, assim, se uma pessoa se põe de lado do um grupo, provavelmente ele não acabará. Os membros de um grupo também possuem um conhecimento grupal, certos princípios, valores e objetivos em comum. É preciso levar em reverência o que é produzido por este grupo social: os

costumes, as tradições culturais, suas trajetórias, os valores, suas experiências, seus modos, seu saber de educação, seu acervo de produções e artefatos culturais são de fato considerado suas características de identidade.

A cultura de um povo também é representada nos bens familiares e culturais espalhados pelas comunidades, nos diversos centros urbanos, ruas, bairros, e que, muitas vezes, não têm visibilidade por um todo social. É também presente nas histórias e nos relatos contadas e na defesa do seu literal entorno natural e cultural. A prática de preservar o ambiente através da valorização cultural foi vivida pelos Ticunas, sendo um exemplo de como os significados são construídos e vão constituindo a cultura do povo.

Os Ticunas aldeados possuem suas roças e as considera de sua propriedade. Não se trata de propriedade coletiva, nem mesmo de propriedade da terra. Trabalham nas roças da família, em geral, o pai, os filhos mais velhos que ainda não são casados e a esposa. No entanto, os solteiros maiores filhos homens, podem ter sua própria roça quando casarem. Os mais idosos também têm suas roças independentes de seus filhos e genros, mesmo estando morando na mesma casa.

Nessa convivência comum, os Ticunas vão construindo sua identidade cultural de grupo. A identidade é fluida e tem um dinâmico processo de reconstrução e revalorização, resultado de contínuas discussões internas ou de contatos e influência de outras culturas. Do mesmo modo, ao entrar em contato com outras culturas, os grupos culturais tomam certos traços da cultura alheia ou práticas e os incorporam à sua própria identidade.

A cultura é o patrimônio mais importante de um povo, pois resulta dos compartilhamentos de conhecimentos de um lugar entre as pessoas e vai sendo passado, e recriada, de geração em geração. Logo, todas devem ficar valorizadas. Esse conceito permite observar que a força das culturas afro-brasileiros e de indígenas em todos os momentos cotidianos das pessoas que residem no Brasil. Percebido nos seus diversos modos de falar, andar, comer, brincar, orar e celebrar estão inscritas em suas marcas civilizatórias. Há um vestígio de destaque nesses povos, do sagrado ancorados na dimensão, respeitam e celebram a vida e a morte, fazendo uma relação ética pela forma de se expressar com a natureza e de ver o mundo para manter viva suas histórias.

A variedade de riquezas na produção artística do povo Ticuna exprime uma inegável capacidade de afirmação e resistência e de sua identidade. São bastões de

dança esculpidos, as máscaras cerimoniais, as pinturas de entrecascas de árvores, as cestarias, a tecelagem, estatuetas zoomorfas, colares com pequenas figuras esculpidas em caroços de tucumã, a cerâmica, além da música e de tantas histórias que compõem seu acervo literário. A mulher está intimamente ligada a tecelagem.

A fabricação de fios retirados de palmeiras amazônicas é uma das primeiras tarefas feitas por mulheres na adolescência. A valor dessa atividade ganha uma permanente expressão no ritual fortalecimento da cultura desse povo, pois a partir desse ensaio de aprendizagem da menina é que leva ela a se preparar para o principal ritual desta etnia - a festa da menina moça, que consiste num período de reclusão, onde a mulher nova, *worecū*, se dedica a trabalhos em tucum, especificamente a dar voltas em fios, que são envolvidos em modo de “flor”, de forma diferente dos novelos circulares vistos usualmente.

Cada povo tem seu modo de vida, cultivando, respeitando a terra, o ambiente, praticando valores culturais como forma de fortalecer a sua identidade. Um dos exemplos são as histórias, cerimônias, crenças, brincadeiras dentre outras ações.

Partindo desse aspecto, com o qual o povo Ticuna se identifica, as reflexões sobre identidade estão ligadas à diversidade da identidade, construídas por meio das culturas. Elucida-se então as diferenças dessas diversidades, bem como citar benefícios ou contribuição dessa diversidade para a sociedade. Para Woodward:

As diversidades das identidades assinalam também a diversidade das culturas ou ainda sua influência na construção, reconhecimento e afirmação das identidades, numa relação complexa de simultânea identificação e conflito, de recepção e superação, de acolhimento e de recusa. (WOODWARD, 1977, p. 9).

Parafraseando Woodward, identidade de um grupo define-se assim a partir de algo que é exterior a que se apresenta como semelhante. A invenção das identidades, tanto ao nível do sujeito como dos grupos e dos povos, constrói-se na fidelidade a uma herança recebida, tornada própria ou rejeitada no todo ou em partes, e entregue ao futuro após a alquimia da personalidade, como experiência de vida.

Neste sentido, a identidade é vista como relacional onde depende de algo de fora dela para se compor, isto é, da outra identidade. Afirma Lessa que:

Além de plurais e construídas historicamente, as identidades são constituídas por meio da marcação da diferença, o que significa dizer que a identidade depende da diferença. Afirmar a identidade implica em demarcar fronteiras. Atuam, entre outras coisas, na demarcação dos cidadãos frente aos outros;

na explicitação das marcas das diferenças. Podemos mencionar que a questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social, porque em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável, e ao mesmo tempo, se articula perfeitamente com a dinâmica das práticas rituais. (LESSA, 2010, p. 89).

Logo, a invenção da identidade e da cultura é o resultado de uma confluência de encontros e de confrontos, de perdas e de ganhos, de acolhimento de paternidades recebidas, rejeitadas, constantemente recriadas. Por isso, o respeito é fundamental às diferentes manifestações culturais.

Para Castro (2008, p. 76) identidade é “como um processo em constante movimento e é o que faz com que o indivíduo reconheça a si mesmo, *a priori*, como parte de uma identidade coletiva, reconhecendo aos outros como iguais, estabelecendo uma relação íntima ou essencial entre ele e seu grupo”. Para a autora, a identidade é o conjunto dos resultados de uma coletividade que juntos constrói seus próprios objetivos compostos pelas pessoas de uma comunidade e que todos possuem um objetivo qualquer.

É a partir da identidade e da cultura que deve ser compreendida a relação estabelecida entre passado, presente e futuro na busca de legitimação para as comunidades imaginadas. Portanto, é interessante compreender que somos diferentes um do outro, compartilhando dessa diferença podemos citar as diferenças de gênero, raça, culturas, religião, costumes, hábitos e outros fenômenos que se constroem na sociedade como a questão do machismo, as situações socioeconômicas, o racismo e outros fatores que embasam as diferenças no ser humano. São essas fontes que causam conflitos e se tornam modelos e construção para novas formas do olhar preconceituoso do outro.

Conforme Costa (1999, p. 48), “as identidades são construídas em sociedades através do processo de interação social, assestando uma dupla série de mecanismos, simbólicos e relacionais”. Sendo assim, as identidades se encontram, surgem tensões, contradições ou outro tipo de conflito, e isso prejudica o processo de desenvolvimento de uma determinada sociedade, gerando a perseguição de uma identidade em detrimento a outra. Portanto, a ideia de diversidade se coloca nesse momento como um valor a ser perseguido. Costa retrata em seu texto que:

A busca pela representação da diversidade humana em seu bojo deve traduzir-se em ações concretas, que vão desde uma redefinição da política de recursos humanos até a revisão das atitudes de todos os colaboradores.

O respeito à diversidade como valor implica em atitudes que levem da contemplação à ação cotidiana. Este respeito pode ser medido em graus, seja em uma sociedade ou uma organização, o que nos permite medir o quanto elas se empenham no sentido da promoção da diversidade. (COSTA, 1999, p. 498).

Conforme já elucidado, sabe-se que a diversidade é uma característica da vida. Sem diversidade não há novas possibilidades não há vida, e nem criação. “A homogeneidade é a morte, é a impossibilidade, é o fim da vida. Assim, a diversidade é um convite para se pensar na vida, olhar para a natureza e aprender com ela” (FRAZER, 2002, p. 12). Parafraseando a autora, diversidade é o segredo da vida essencial para qualquer organização, para a sociedade, fonte de sucesso, no entanto, há muitas dificuldades para colocar essa ideia em prática.

Para Hall, “a sociedade atual é atravessada por diferentes divisões e antagonismos que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito”, isto é, diferentes posições de identidades, formados por meio do processo de diferenciação no interior de jogos de poder e de exclusões” (2000, p. 15).

Comentando Hall (2000, p. 28), pode-se dizer que os sujeitos são constituídos de muitas identidades, e que estas são dinâmicas, pluralizam conceitos e definem traços de sustentabilidade a cada ser humano. Do mesmo modo, o problema não está nas diferenças, mas sim em como produzimos, os diferentes cotidianamente. Por isso, não basta apenas tolerar; é preciso questionar esta produção que gera discriminação, segregação, preconceito, violência e morte. Acredita-se ainda hoje na construção da identidade a partir das diferenças. Conforme afirma Habermas:

A visão que se busca é que cada indivíduo se completa e se efetiva no convívio com os diferentes que se encontram à sua volta. É na relação entre o “eu” e o “outro” que se constrói a identidade a partir de processos de singularizações que vão distinguindo os indivíduos, dando-lhes consciência de si mesmo para assumirem suas subjetividades dentro da rede de intersubjetividades. (HARBERMAS, 2002, p. 58).

Podemos pensar segundo o pressuposto acima que a identidade diz ter consideração ao reconhecimento do “eu”. A distinção articula todos os elementos que constituem a identidade do indivíduo, isto é, a maneira como este se sente, os desejos e as posições em determinados contextos.

Sabe-se que para este reconhecimento se precisa entender que o indivíduo não é único na sociedade. Como lembra Cox, “diversidade cultural diz respeito à

representação em um sistema social, de pessoas com afiliações a grupos claramente diferentes em termos de significado cultural” (1991, p. 6). A definição de diversidade cultural alcança em partes quando se passa a representar o que constitui a descrição de pessoas com associações diferentes em um sistema social, ou seja, o que faz que um grupo seja percebido em uma determinada sociedade como sendo diferente de outro.

É conveniente destacar que “a identidade só pode ser compreendida em sua conexão com a produção da diferença” (SILVA, 2000(b), p. 69). Partindo dessa visão, entende-se que a diversidade é como uma alternância costumeira da cultura e como uma definição relativa e discutível, pois unicamente se origina a partir da oportunidade em que há uma divisão de conceito pelo menos entre dois grupos, onde se enxergam que não se confunde do outro a partir dos volumes de raça, etnia, gênero e nacionalidade, mas não pelas extensões em si, se não pelo valor e significado esmero que elas atribuem ao grupo. Logo, a identidade de cada grupo ou pessoa é resultante de organizações criadas pelas abundâncias de influências que são determinadas pelo mundo social.

#### **1.4 As contribuições da sociedade para a construção da identidade**

A sociedade é um conjunto de indivíduos que partilham uma cultura com dias maneiras de estar na vida e os seus fins, que interagem entre si para formar uma comunidade. (GIDDENS, 2003, p. 91).

Tudo o que o indivíduo faz e a forma como faz, como se relaciona com os outros, é o que constrói a sociedade. E assim como ele influencia a sociedade, ela o influencia, ou seja, são interdependentes. A família, o sistema jurídico, a escola, e o Estado são exemplos de marcações que congregam os elementos essenciais da sociedade, dando-lhes permanência e sustentação. Apoiado nos comentários anteriores sobre as sociedades indígenas do Alto Solimões, é notório que eles passam por todos esses aspectos de construção social. Nas palavras de lideranças e caciques da etnia Ticuna:

A verdade é que hoje o Brasil e o mundo de forma geral conhecem mais a nossa história do que os nossos filhos da terra. Além de que sofremos também com os poderes de muitas autoridades. Na nossa história já houve forte influência do homem branco e nossos índios foram perdendo suas tradições, tanto é que para ser cacique de uma aldeia era necessário ser o



homem mais velho da tribo, pois hoje não escolhe mais caciques pelas antigas gerações, porque a nossa própria comunidade acha que é preciso olhar para o que mais de novo e problema afeta a nossa terra e nosso povo. Não resta dúvida que fosse importante ter uma nova consciência política para assim nos restabelecer a identidade que está aí esquecida pelas novas gerações. (Antogildo, liderança indígena, novembro de 2016).

Além das lideranças, o sentimento de identidade e sociedade para os educadores Ticuna passa pela forma de como seria ensinar a própria história de vida deste, ressaltando a história dos antigos. O que se torna difícil, pois os livros didáticos usados nas escolas em nenhum momento tratam das questões identitárias, nem tampouco a formação das sociedades indígenas, tornando-se o principal instrumento de contradição.

Os educadores indígenas afirmam que a cada dia há uma mudança inexplicável para o sentido da verdadeira história do povo Ticuna, uma vez que os grupos dominantes determinam, constroem e criam daquilo que existe um novo mito, uma nova história, uma nova lenda. A palavra viva da comunidade precisa ser contada para seus integrantes, tornando-se viva entre eles a partir da tradição oral e assim guardada em suas memórias.

Neste sentido, a sociedade indígena é entendida, portanto, como algo dinâmico em permanente processo da mudança, já que as relações e instituições sociais acabam de dar continuidade à própria vida social. (CHAUÍ, 2006, p. 28).

Nestas sociedades, pressupõe-se uma convivência e atividade conjunta do homem, organizada conscientemente ou ordenada. A definição mais geral de sociedade pode tornar-se resumida como um sistema de interações humanas padronizadas culturalmente. Assim Junqueira defende que:

O ser humano é, assim, moldado pela sociedade e assimila sua cultura desde o nascimento. Como resultado, a cultura de determinada sociedade se torna tão familiar aos indivíduos que fazem parte dela, que diante dos seus olhos tudo parece natural, como se fosse um desdobramento da natureza humana. Em contrapartida, a cultura de outros povos é vista com estranheza: costumes exóticos, sem sentido, absurdos ou mesmo cômicos. (JUNQUEIRA, 2002, p. 19-20).

De acordo com o autor, a sociedade tem apresentado várias formas de entender o preconceito, a discriminação e o racismo que estão no submerso leito onde os sujeitos são as próprias vítimas desde a época da colonização.

Logo, a ideia de sociedade se põe paralela ao de comunidade considerando que as relações sociais como ligação moral e de interesses conscientes e estabelecidos, no tempo em que as relações comunitárias refletem-se de formação natural como articulações orgânicas. Entretanto, a sociedade não é um conjunto de simples indivíduos habitando juntos num determinado lugar, a existência também é de uma organização social, de leis e instituições que regem a vida dos sujeitos em suas relações mútuas.

A sociedade passa por constantes transformações, assim como todo o universo, tendo que se adaptar às modificações do meio, que são construções do ser humano, criando necessidades, problemas e soluções.

Em convivência com outras pessoas, atenta-se com os objetivos pessoais ou dos grupos aos quais criam parte, se chocam o tempo todo com os limites, a falta ou os conflitos de compreensão. Nota-se que a cultura leva a uma nova postura que permite perceber a nossa vida em sociedade como uma fonte inesgotável de estabelecimento de padrões e regras, e suas constantes mudanças. A isto e a chamada diversidade.

Atualmente, cercados pelas comodidades culturais e em uma sociedade moldada pela tecnologia e pelo mercado, fica difícil se imaginar como de fato o é um animal cultural. O ser humano é a única espécie que pode desenvolver um espaço totalmente e controlado para sobreviver, que são as comunidades, as cidades ou outra forma de organização social e, talvez por isso, esquece a dimensão constitutiva de nosso ser: os instintos.

É possível certificar que cada um cidadão é produto do meio, ou de uma genética herdada. O seguinte lado, as ciências humanas buscam salientar a importância do meio social como representante das capacidades inatas, que podem ou não ser desenvolvidas no suceder da vida de cada um.

Sem dúvida, cada ser humano carrega potencialidades diferentes para esta ou aquela tarefa, mas é preciso fazer escolhas ao longo da vida, e elas sempre são limitadas por condições socioeconômicas, oportunidades, contatos sociais etc.

Se o indivíduo não segue um modelo já pronto pela sociedade ou instituições, ele sofre punições, inclusive de privações. Assim, os seres humanos adquirem uma cultura social formada pelo individualismo, ou pela ação comunitária com desejo de conseguir bem-estar material ou sentimental.

A desestruturação social vivida na presente época demonstra que as tradições se tornam possíveis a sociedade, já não possuem a fidelidade dos valores básicos que representam as responsabilidades com a honestidade, e a reciprocidade com os demais, caem em total descrédito.

Para esta leitura, analisa-se a compreensão de algumas concepções teóricas como Karl Max, Max Weber e Émile Durkheim, os quais analisam diferentemente as definições de sociedade e indivíduo.

Para Karl Marx, os indivíduos são analisados conforme suas as classes a que pertencem e seu contexto histórico-social. Há uma incessante luta de classes entre a burguesia – donos dos meios de produção – e o proletariado – trabalhadores que vendem sua força de trabalho, já que exibem sua existência em grupo. Essa ligação entre os dois, no entanto, não é apenas por entre os indivíduos, mas também entre as classes sociais, burguesa e a operária. Elas só se relacionam, por causa do trabalho, nesse caso, o empresário necessita da força de trabalho do operário e este precisa de salário.

Já Max Weber a partir do indivíduo enxergar a sociedade, por meio do que a chamou de ação social, ou seja, as relações com os demais que a sociedade compõe.

Para Silva:

O conceito básico para Weber é o de ação social, entendida como o ato de se comunicar, de se relacionar, tendo alguma orientação quanto às ações dos outros. “Outro”, no caso, pode significar tanto um indivíduo apenas por vários, indeterminados e até desconhecidos. Como o próprio Weber exemplifica, o dinheiro é um elemento de intercâmbio que alguém aceita no processo de troca de qualquer bem e que outro indivíduo utiliza porque sua ação está orientada pela expectativa de que outros tantos, conhecidos ou não, estejam dispostos a também aceitá-la como elemento de troca. (SILVA, 2012, p. 105).

Criadas isoladamente pelos indivíduos, as regras e as normas surgem por membros da sociedade gerada assim pelos grupos sociais. Dessa forma, o indivíduo sem contato não cria regras e nem pode individualmente modificá-las. Os sujeitos seriam apenas membros da sociedade e teriam a sua forma de viver determinada por ela. Por mais que se tente separar o indivíduo da sociedade, percebe-se que o desenvolvimento de um está intimamente ligado ao do outro. A dissociação é impossível.

Os indivíduos passam por interferência de seu meio social, e, por outro lado, o meio também sofre com a influência do indivíduo. Por isso, quanto mais a comunidade der condições de desenvolvimento das potencialidades de cada membro, mais irá realizar feitos e conquistas.

A cultura e a sociedade estão interligadas, pois para o aparecimento da cultura é necessário que suceda uma ação mútua entre os indivíduos localizados em um determinado ambiente e espaço. Diante do disto, a forma de como o indivíduo se relaciona com os outros surge da sociedade e influencia o reflexo dos valores. No entanto, atuar em sociedade é diferente do agir em comunidade. A ação social é uma ideia mais bem definida. E o agir em comunidade são as expectativas que se fundamentam nas normas sociais daquele lugar.

Émile Durkheim, por sua vez, enfatizou que a sociedade predomina sobre o indivíduo através das instituições e dos valores decididos por ela. Para ele, o enfrentamento só existe quando há algum problema nos valores sociais e normas. Assim, afirma que a sociedade é uma determinante, e exige que o indivíduo se torne apto totalmente aos seus objetivos.

Os seres humanos não vivem juntos apenas por opção, mas porque a vida unida em sociedade é uma necessidade. Portanto, as pessoas realizam suas próprias necessidades vivendo em sociedade.

Pela cultura, o homem se expressa e continuamente se reinventa, recriando a sua própria identidade, conjugando biologia e biografia, involuntário e voluntário, determinação física e biológica com a aventura da liberdade, dando novos significados ao seu viver, projetando-se num futuro de promessa, pessoal e coletivamente, a partir do que recebe e faz memória.

O que especifica a identidade humana é a cultura, enquanto percepção e expressão consciente dessa mesma identidade. Esse processo vai criando referências sobre como deve se comportar e como os outros reagem a determinadas situações.

A identidade cultural é uma ação por costume da relação indivíduo-sociedade, pois é no decurso dela que o indivíduo se adapta e reconhece-se a um ambiente como seu. Dessa forma, sem a identidade cultural, seria extraordinário que as pessoas se inserissem em uma sociedade com particularidades próprias. Para a percepção de identidade, a cultura adquire uma função de demarcar as diversas personalidades e formar diferentes grupos humanos.

É ela que cuida da identificação e diferenciação dos agrupamentos de indivíduos de um determinado local, sendo esta comparada em diversas escalas. A identidade cultural em determinada sociedade está intimamente ligada à memória de seus membros, não podendo ser vista como um conjunto de valias fixas e imutáveis que qualifica o indivíduo e a coletividade a qual ele faz parte.

Envolve tudo o que foi criado pela humanidade, como as manifestações artísticas de todo tipo, ideias, valores, crenças, instituições sociais, conhecimentos científicos, instrumentos de trabalho, tipos de vestuário, construções por dentre outros.

Cultura é um fenômeno unicamente humano que se refere à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia. A cultura é compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se relacionando a um fenômeno individual. Por outro lado, cada grupo de seres humanos, em diferentes épocas e lugares, atribui significados diferentes a coisas e passagens de vida aparentemente semelhantes. (BRASIL, 2009, p. 58).

Analisando esta afirmativa, pode-se relatar que são necessárias muitas lutas para transformar os conceitos humanos igualitários, uma vez que a própria humanidade sofre preconceitos dependendo de suas raízes culturais como também a que grupo este se encontra inserido. Ainda há muito que lutar para que certas atitudes e comportamentos humanos não interfiram no processo de construção da identidade de cada pessoa.

Os indivíduos em suas particularidades buscam em seu grupo social uma maneira de viver, os padrões cobrados da sociedade estão na forma de viver, nos padrões de qualidade e comportamento de cada indivíduo. É desta forma que a sociedade cobra do indivíduo que ele seja um exemplo de comportamento, padrões e valores, elementos estes que constituem o modelo de sociedade.

Esses modelos estão ligados diretamente à cultura, que vive em constante renovação, e o indivíduo necessita entender a si mesmo e ao mundo social de forma mais ampla, para que se torne cada vez mais rica e abrangente.

O indivíduo como parte da cultura tem que buscar entendimento dos símbolos, pois é essa simbologia que nos proporciona adaptação no meio, nossa interação com os outros, nossa interpretação de vivência e nossa própria organização em sociedade. Outro sentido muito comum atribuído à palavra cultura é aquele que a define como produção artística e intelectual. Assim, podemos falar de cultura erudita, cultura popular, cultural de massa

etc., todas expressões que designam conceitos específicos para a produção intelectual de determinados grupos sociais. (NAPOLITANO, 2004, p. 88).

Pensar nas relações entre culturas é valorizar a tendência das próprias culturas, tomando-a como principal vertente avaliar e julgar as outras. O padrão de comportamento cultural consiste em uma norma comportamental, estabelecida pelos membros de determinada cultura.

O principal caráter da cultura é o mecanismo adaptativo, que consiste no poder de perceber que os indivíduos têm em dar resposta ao meio de acordo com mudança de hábitos, mais até que possivelmente uma transformação biológica gradativa. Ela é também que compõe as partes cumulativa porque as alterações apresentadas por uma geração passam à outra seguinte, que vai se modificando, desaparecendo e incorporando outros modos buscando assim melhorar a vivência das novas gerações.

A cultura se forma a partir dos traços culturais existentes, da absorção da comunicação dos grupos entre si, gerando a diversidade cultural na nossa sociedade. Pode-se identificar grande diversidade cultural na sociedade contemporânea, isso permite iniciar uma reflexão sobre como tratar essas diferentes dimensões culturais de uma sociedade, levando em consideração a importância dos meios de comunicação de massa, as lutas de classes sociais, os saberes populares e eruditos, e as mudanças sociais, entre outros aspectos que influenciam direta ou indiretamente na cultura de um povo. Nenhuma pessoa aprende, toda cultura, mas depende a certos modos particulares da transferência cultural de seu grupo.

O ser humano se impõe fronteiras todo o momento, na educação, na religião na vida, no amor. Assim, constroem-se barreiras nas relações, impedindo o mundo de se tornar mais próximo de uma unicidade, nesse aspecto há que se discutir as fronteiras culturais produzidas como parte das relações humanas, nas suas mais diversas formas - políticas, econômicas, sociais, culturais, religiosas, simbólicas e outras. E é definidora de diferenças - imagens, representações, conceitos, preconceitos, estigmas e processos de identificação e diferenciação em múltiplas escalas.

Assim, essas fronteiras são marcadas pela interação entre diferentes sujeitos que possuem práxis e construções simbólicas, culturais e indenitárias diferentes, que somam para a existência de múltiplas relações, e são essas que resultam a diferença entre os sujeitos que vivem nessas fronteiras culturais.

A fronteira nada mais é do que uma imutável construção, pois as culturas se estabelecem, se diferenciam, se relacionam e dão origem a novas culturas que entram nessa dinâmica. Por meio dessa dinâmica em construção, vamos modelando a identidade, com a participação dos mais diversos grupos sociais. Como registra Montes, identidade

[...] é um processo de construção que não é compreensível fora da dinâmica que rege a vida de um grupo social em sua relação com os outros grupos distintos. Assim, percebemos que é impossível pensar a identidade como coisa, como permanência estática de algo que é sempre igual a si mesmo, seja nos indivíduos, seja nas sociedades e nas culturas. Ao contrário, é preciso pensar que, uma vez que as sociedades são dinâmicas e a vida social não está parada, também a identidade não é só uma coisa fixa, mas algo que resulta de um processo e de uma construção. E não podemos entender essa construção sem o contexto onde ela se dá (MONTES, 1996, p. 56).

Dizer apenas que fronteira e limite não tem em si a mesma representação não é o suficiente, é preciso distingui-los. Montes aborda a questão de que é se organizando que se manifestam as identidades, e isso promove conflitos na organização desta comunidade, o que se conclui que a identidade desafia as fronteiras étnicas constituídas pelos grupos étnicos da sociedade. Por outro lado, Strauss aborda que:

A cultura, a língua e os aspectos físicos de um povo são dinâmicos, podem sofrer muitas mudanças, mas as formas de identificar-se são construídas de acordo com a interação com os outros, e é a partir dela que se organizam como grupo étnico. (STRAUSS, 200, p. 96).

Afirma-se que, a linha de demarcação é algo que foi delimitado, uma linha divisória que se conserva como um empecilho fixo, independentemente da realidade ou não de fatores culturais ou físico-geográficos, no tempo em que a fronteira é fluida, não se prende ao limite e tem vida própria. Nesse sentido, o chamado sinal de demarcação da fronteira é, na verdade, um representante visível do limite.

O início de uma fronteira sempre é passível de ser apreciado pelo homem, pois, este é, em maior parte, quem as estabelece. De acordo com o conhecimento de Hissa (2006, p. 88), limite seria algo que se persuade entre mundos, com o objetivo de dividir o que não pode continuar ligado, de revelar-se que existe diferença. Nesse sentido, o ponto extremo é reconhecido como o que se coloca a espreitar o território e o domínio proibido, como se nele alcança-se uma vida independente e a vocação da guarda.

Logo, a fronteira só existe porque se identifica a algo diferente do que é comum para o sujeito, e a isso chama-o de outro, pois a partir do momento em que se reconhece esse outro sucede a afirmação da nacionalidade.

Explica Woodward (1999, p. 118) que as identidades são determinadas pelas fronteiras e as distinções, isto é, determinada identidade só pode ser admitida como tal no momento em que se reconhece em relação à outra, distinta. Identidade é construção de significados, cabe-nos tentar interpretá-los e relacioná-los com a cultura da qual eles compartilham.

Analisando esses fatos percebeu-se que as tradições culturais são reinventadas, criado novos valores e representações sobre o mundo e as coisas. Por essa razão não há uma única identidade essencial - há identidades em construção. Devem ser identificadas e valorizadas positivamente, ao mesmo tempo em que são combatidas as tendências a transformá-las em dessemelhança, assim como a torna os sujeitos referidos a elas objetos de preconceito e discriminação.

As populações Ticuna, são percebidas através sociedade brasileira, ora de forma idealizadora, ora de forma preconceituosa. A intolerância muitas vezes parte daqueles que convivem concretamente com os Ticunas: Dominadas, política, ideológica e economicamente, os moradores rurais necessitam pleitear as poucas apropriações de resistência em sua região com os membros de sociedades indígenas que vivem. Por isso, utilizam estereótipos, chamando-os de “preguiçosos”, “traíçoeiros”, “ladrões”, e “beberrões”; enfim, de todas as formas que possam desqualificá-los.

Visto que as populações urbanas, que vivem distanciadas das terras indígenas, tem em vista ter uma imagem favorável deles, embora os vejam como algo muito distante. Os Ticunas são indígenas que alternam para parte de um conjunto de crenças e imagens amplamente disseminadas pelo senso comum como indivíduos de resistência: eles são os donos da terra, são seus primeiros habitantes, eles sabem conviver com a natureza sem devastá-la. Da mesma forma que são vistos como parte do passado e, portanto, como estando em processo de desaparecimento. Ainda que, como comprovam os dados, nas últimas três décadas tenha se constatado o crescimento da população indígena Ticuna.

Recentemente os diferentes seguimentos da sociedade brasileira, em especial da Amazônia na região do Alto Solimões, estão tomando consciência de que os indígenas Ticuna são seus conterrâneos. Eles residem no mesmo país, participam



da construção das legislações, escolhem candidatos e vivenciam situações iguais aos dos demais, e como resultado ajudam da poluição ambiental, assim como da elaboração das diretrizes e ações da gestão do governo nas diversas áreas: sociais, da saúde, educação, política, econômica, e administração pública.

Qualquer grupo social humano se organiza em um determinado local completo de saberes integrados, com importantes ligações com o ambiente em que crescem, vive e se desenvolve mutuamente.

No entendimento do pesquisador, cultura é uma reunião de objetos materiais e imateriais que explicam que uma sociedade humana dá sobre a experiência por ela vivenciada, e as dificuldades que encontra ao longo da vida, percebendo-se o quanto as diferentes culturas são dinâmicas e estão em constante processo de transformação.

No caso da sociedade Ticuna, a diversidade de cultura pode ser colocada em foco tanto sob o ponto de vista das diferenças existentes entre as sociedades indígenas e não-indígenas, quanto as das diferenças entre as muitas sociedades que vivem no Brasil. Tudo está sempre relacionado ao contato entre as diferentes realidades socioculturais e as necessidades de convívio entre elas, especialmente num país pluriétnico, como no caso é o caso do Brasil.

As histórias e as culturas se inter-relacionam de alguma forma, em algum eixo comercial, social, cultural. De alguma forma, estão todos interligados, e as culturas também umas com as outras, principalmente quando se reflete sobre o multiculturalismo e as diversidades culturais existentes no Brasil e no mundo. É nesse aspecto que Barth, Hall e Cardoso de Oliveira analisam a questão da etnicidade e da construção das identidades dos sujeitos, tendo por base essa construção conjunta, onde todos os indivíduos se completam culturalmente pela troca mútua de saberes, sejam eles em suas comunidades, ou em outro espaço social de interação humana. Assim, há a necessidade de reconhecer, valorizar a identidade étnica específica e de cada uma das sociedades indígenas, e em particular, compreender as suas línguas e suas formas tradicionais de organização social, e de ocupação das terras e do uso dos recursos naturais, aí então, compreender como acontece o tecido social, principalmente dos indígenas brasileiros.

## 2 BRASIL, UM PAÍS MISCIGENADO

### 2.1 O conceito de identidade da cultura brasileira

O Brasil é um País de etnias, e de interlocuções de culturas, de extremos, de diversidades e de similaridades que se formam em um grande mosaico sociocultural. Definir o caráter da identidade nacional brasileira não é uma tarefa muito fácil. Muito menos precisa no tempo o momento em que nossas letras começam a assumir suas próprias características. Por isso, definir identidade é repensar em uma coletividade nos modos de relações uns com os outros como lembra Taylor:

Como uma identidade não é elaborada isoladamente, mas antes negociada pelo o indivíduo durante toda a vida, se depreende daí a importância do reconhecimento nessa construção. Entende-se, desse modo, porque a questão identitária só interessa e só é reivindicada por aqueles que não são reconhecidos por seus interlocutores: “Minha própria identidade depende vitalmente de minhas relações dialógicas com os outros” (TAYLOR, 1994, p. 52).

É, pois, em volta da noção de reconhecimento que se formam tanto os movimentos nacionalistas dos povos, gerando suas características próprias.

Inicialmente a determinação de identidade nacional, consubstancia-se, na existência da identidade cultural, da qual é a função de fatores históricos, psicológicos e científicos. Como há identidades contraditórias em nós, nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas, em função dos elementos nacionais, culturais, de gêneros, de classes sociais, de posições políticas e religiosas, enfim, de várias identificações que formam o sujeito de nossa era em mosaico. (BRITO, 2005, p. 54).

Para falar em identidade, precisa-se falar também em diferença. Muitas vezes, a identidade é descrita, a partir do que ela não é. Essas são as diferenças utilizadas para promover agrupamentos ou classificações. Dessa forma, do que possa parecer ao contrário, a identidade e as diferenças não são conceitos opostos, e além de serem interligados, pois partilham de uma importante característica, que é de serem resultantes de uma atividade social.

Historicamente a problemática das questões das formações de identidades, são temas recorrentes em literaturas de países colonizados, sobretudo da América Latina, é um continente que onde, a partir da época de sua “descoberta”, buscam uma afirmação semelhante, fato abrangente, devido às diversas contribuições culturais dos

indivíduos que imigraram, e sem esquecer dos habitantes que já estavam aqui, e dos que foram trazidos para cá, contra a sua vontade.

A mistura desses povos resulta uma série de aspectos positivos, para a construção do povo brasileiro, principalmente no que diz respeito a criatividade, a capacidade de adaptação, o senso estético, a inteligência, a índole pacífica, a alegria e outras. Nessa troca cultural, ligada a esse legado que perdura até os dias atuais, vieram junto também, algumas características negativas a indolência, a tolerância, a sensibilidade extrema e as influências externas, o tecido social frágil, o oportunismo, dentre outros visíveis no meio social. Assim, uma mistura que ao mesmo tempo traz peculiaridades. Peculiaridades estas que estão acentuadamente nas populações indígenas do Brasil e em destaque na Amazônia brasileira, onde há um número expressivo de povos, línguas e culturas.

O recorte desse trabalho retrata a visibilidade que o povo Ticuna vem tendo por estarem cada vez mais em contato com os centros urbanos. Não deixando de assinalar que, apesar do contato com outras culturas, eles procuram conservar seus modos de vida e de se apresentarem socialmente, visto que muitos destes ainda convivem em comunidades e participam de uma vida social comunitária.

A presença do indígena na cidade causa muitas vezes estranheza ao tecido social visto que para muitos atores sociais, esses indígenas ainda são vistos como improdutivo e muitas vezes hostilizados com outros termos pejorativos que minimizam essas pessoas. Nos últimos tempos, há registros grandes de indígenas vindo das comunidades para os centros urbanos. Para Gersen Baniwa:

A presença indígena nos centros urbanos não é nova. Nova é a visibilidade que essa população está ganhando. Até então eram populações invisíveis e totalmente excluídas e negadas do campo dos direitos indígenas, de modo que sofriam dupla discriminação: de serem parte dos segmentos empobrecidos das periferias das cidades e excluídos dos direitos indígenas oferecidos aos índios de aldeias. Com o processo de democratização do país os processos de reafirmação étnica e identitária vieram à tona e junto as políticas de ações afirmativas, essas populações começaram a ganhar espaços de visibilidade e o movimento indígena e as políticas públicas foram pressionadas a olhar para eles também como sujeitos de direitos específicos, o que é absolutamente legítimo. (BANIWA, 2008 entrevista concedida pelo jornal da globo).

A constituição do povo brasileiro se deu, e ainda se dá na atualidade, a partir da fusão de grupos étnicos. Dessa forma, o Brasil é considerado um país de muitas misturas, e de casamentos entre esses grupos. Com a vinda dos europeus a partir do

século XVI, e a introdução dos negros junto a essas matrizes, misturou-se o sangue dando origem ao povo brasileiro, tornando uma nação plural, miscigenada, o que lhe torna peculiar diante das demais nações. O resultado dessas misturas trouxe várias outras descendências que se multiplicam em todo o país, fazendo com que cada vez mais se aumente essa fusão social.

Os fatores básicos da nacionalidade brasileira são provenientes das raízes de origem evolutivas, formação, ambiente, situação geográfica, povo e cultura. Com uma cultura tão múltipla, o produto de um processo histórico e complexo, situada em um território extenso, com diferentes expressões regionais entre si, a identidade brasileira é uma das singularidades numa multiplicidade de misturas.

Os colonizadores vieram ao país primeiramente para explorar e obter vantagens da terra. Corrompiam os escravos para trabalharem e explorarem as riquezas na terra *brasilis*. A sociedade foi moldada aos poucos e a política teve grande avanço, porém ainda se vive sobre a sombra da corrupção histórica vinda do processo de colonização.

A controvérsia sobre a identidade étnica tem uma peculiar importância no pensamento científico brasileiro. Foi um conceito utilizado para análise do contexto social e cultural do país. Segundo Patrícia Birman, a identidade teve e terá na antropologia feita no Brasil sua utilização voltada para análise de dados como a “identidade nacional” e a “fabricação” da nação:

Os intelectuais brasileiros que tratam das relações “entre negros e brancos”, ou do “lugar do negro na sociedade brasileira”, ou ainda do “problema do negro e dos mestiços” na sociedade nacional, nunca pretenderam ser “neutros”, ao contrário, viam-se em parte como indivíduos responsáveis e concernidos a um projeto de nação (BIRMAN, 1997, p. 85).

Encontrar um caminho que aprecie essa diferença sem limitar-se, tem sido uma proposta que indica em diferentes direções, mas vale a pena ainda assim indagar como o discurso literário tentou resolver a discussão da identidade nacional.

E para Hall, “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER apud HALL, 2000, p. 9).

Para Birman (1997), a construção da identidade nacional passa, assim, por uma série de mediações que permitem a invenção do que é comumente chamado de “alma nacional”, ou seja, parâmetros simbólicos que funcionam como “provas” da

existência do Estado-Nação, e que determinam sua originalidade como uma língua comum, uma história cujas raízes sejam as mais longínquas possíveis, um panteão de heróis que encarnem as virtudes nacionais, um folclore, uma natureza particular, uma bandeira e outros símbolos oficiais ou populares. Os integrantes de cada comunidade são convidados a neles se reconhecer e a eles aderir.

Sem dúvidas alguma, as particularidades de um povo são vigorosamente marcadas nos momentos históricos, onde são necessárias as uniões para que as coisas ocorram. Os brasileiros caminham ainda para utilizar a sua liberdade de expressão e poderem lutar sim por melhores condições, o problema está na união do povo, e de todas as suas classes. Muitos apenas enxergam os seus problemas e não conseguem olhar o que se vive em uma sociedade, que as melhorias solicitadas por determinadas classes podem beneficiar a todos.

O Brasil um dos países que tem a maior incidência de miscigenação do mundo. Essa diversidade é o resultado da contribuição de vários povos na formação da sua identidade. A população brasileira é intensamente miscigenada. Isso ocorre em razão da mistura de vários grupos humanos que existem no país. As raças são inúmeras que favoreceram a formação do povo brasileiro.

Primeiramente chegaram ao Brasil os europeus portugueses. A partir do século XIX, o regime político brasileiro impulsionou a vinda de um intenso número de europeus imigrantes e asiáticos. No início da metade do século XX, pelo menos quatro milhões de imigrantes saltaram no Brasil. Um dos principais grupos humanos europeus, destacam-se os portugueses, espanhóis, italianos e alemães. Em relação aos povos asiáticos, pode-se destacar japoneses, sírios e libaneses.

Considerando essa grandiosa contradição de raças, culturas e etnias, o resultado só poderia ser uma miscigenação imensa, a qual promoveu uma grande riqueza cultural. Por esse motivo, encontram-se em diversas manifestações culturais, costumes, pratos típicos, entre outros aspectos. Resultando em uma diversidade cultural.

Neste sentido, a diversidade cultural são diversos ângulos que retratam particularmente as diferentes culturas, como tradições, culinária, religião, linguagem, costumes, modelos de organização familiar, política, e entre outras qualidades próprias de seres humanos ou de um grupo que habitam em um determinado território.

Manuel Castells (2001) assinala que a diversidade cultural é um conceito criado para compreender os processos de diferenciação entre as várias culturas que

existem ao redor do mundo. As múltiplas culturas formam a chamada identidade cultural dos indivíduos ou de uma sociedade. Uma marca que personaliza e diferencia os membros de determinado lugar do restante da população mundial.

A diversidade significa pluralidade, ou seja, diferenciação e variedade, conceito que é considerado o contrário total da diferente natureza. Atualmente, devido ao processo de colonização e da miscigenação cultural entre quase todos os países e a maioria dos povos do planeta possuem sua diversidade cultural, equivale a um pedacinho das tradições e costumes de diferentes e variadas culturas.

A identidade nacional brasileira é uma construção que reúne elementos socioculturais diversificados, provenientes de diferentes grupos etnológicos. Focados neste conceito muitos estudiosos têm o povo brasileiro como objeto de estudo. Manuel Castells aborda que “a partir do momento em que ‘o povo brasileiro’ passa a ser objeto de estudo, a correlação de elaborações conceituais de muitos pensadores contribui para a construção da identidade nacional brasileira. Isto é, o que seria identidade na perspectiva antropológico-social?” (MANUEL CASTELLS 2001, p. 125).

A ideia de identificação não é mais passível de ser desenvolvida sem que para isso faça-se uma leitura atenta nas relações sociais. Ao contrário de que muito já se defendeu, de que a identidade era algo puramente individual e que, portanto, sua descrição deveria partir da análise do indivíduo. Segundo Ortiz, a contemporaneidade nos mostra que o caráter coletivo do sujeito é observado através das suas relações.

Entender essa identidade implica entender o reconhecimento das diferenças, da pluralidade que a constitui, advinda da integração racial e cultural e também da diversidade geográfica, porque “ser brasileiro significa viver em um país geograficamente diferente da Europa, povoado por uma raça distinta da europeia” (ORTIZ, 1994, p. 17).

Nessa junção que se dá sobre a administração dos portugueses, matrizes raciais dessemelhantes, tradições culturais não iguais, funções sociais diferenciadas se confrontam e se unem para dar lugar a um povo novo, num modelo novo de estruturação societária. Novo porque surge uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas principais formadoras, fortemente misturada por diferentes raças, dinamizada por uma cultura única e singularizada pela redefinição de aspectos culturais delas originados. Da mesma forma, novo porque vê a si mesmo e, <sup>[P]</sup><sub>[SEP]</sub>é visto como uma gente nova, um novo estilo humano, variado de quantos existam.

Povo novo, ainda, porque é um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e como vê a todos os brasileiros. (RIBEIRO, 1970, p. 68).

Para isso, é preciso vir a ter uma execução de trabalho de unidade, a identidade, e, ao mesmo tempo, é necessário ter senso de responsabilidade da diferença em relação aos outros. A identidade nacional é construída, conservando, a partir da autodescrição da cultura. Nesse aspecto, ressaltam-se dois grandes princípios que regem as leis culturais: o da exclusão e o da participação.

Ribeiro (1970) afirma que a identidade brasileira é marcada pela multiplicidade, ou seja, a multiplicidade de culturas étnicas que formaram o país em suas raízes históricas. A identidade cultural brasileira vai refletir os vários povos que constituíram demograficamente nosso país, ou seja, ela é o resultado das miscigenações de povos e costumes que geraram uma terceira geração cultural, a qual pode se denominar a real identidade nacional. Essa terceira geração cultural é melhor definida a partir da multiplicidade.

Assim, a identidade nacional, é a totalidade de valores culturais resultantes de vivência, que apesar de compreender as discordâncias ou heterogeneidades regionais e peculiaridades grupais, seja distinguida por um traço que admita a definição de um perfil multidimensional preponderante baseado em homens, territórios, instituições, línguas, religiões, costumes, histórias e futuros comuns.

A cultura constrói a identidade e faz parte da totalidade de uma determinada nação, sociedade ou povo. Essa soma é tudo o que configura o viver coletivo. É através das manifestações culturais do povo que se pode conhecer sua realidade e sua história. Nelas se encontram informações que revelam não só juízos de valor, mas também as questões históricas que levaram a eles.

Portanto, Laraia (1997) ressalta que conhecer e valorizar a cultura são autoafirmações do que o indivíduo é. Do contrário, o sujeito poderia ser conduzido a qualquer coisa, que busque homogeneizar as culturas locais a fim de ter controle deste. Este processo chama-se mistura de culturas. Quer dizer, a infusão de uma cultura sobre outra a fim de matar uma delas.

Nesse sentido, pode-se dizer que o homem é resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete

o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam (LARAIA, 1997, p. 46).

Sociólogos e historiadores brasileiros, a partir do século XIX, buscaram explicar a formação do povo brasileiro, caracterizado pela diversidade cultural, enquanto uma nação. E o olhar de alguns desses autores foi exclusivamente dedicado ao aspecto cultural. O legado cultural herdado dos outros povos e se misturam no país é de origem aos brasileiros. (BARRETO, 2000, p.74).

O pensamento de povo que prevalecia junto aos intelectuais no final do século XIX era o da composição racial, o brasileiro. O estudo dos cultos afro-brasileiros, mostram a existência dos fenômenos da fusão cultural e o sincretismo que indicam precisamente os aspectos das mutações culturais.

A identidade brasileira, numa visão coletiva ou individual vê a cultura como o alicerce forte para delimitar o papel de conduta e características individuais dos grupos humanos, ou seja, exerce uma responsabilidade de colocar limites nas personalidades sociais. Visto que é através desta que as coisas são modificadas e atualizadas, entendendo que os indivíduos passam por constantes modificações, que são características do processo dinâmico da cultura. Antigamente as identidades eram consideradas estáticas, por não manterem contato com outras culturas, fato que mudou com a visita constantes de povos diferentes no meio dos que tinham pouco contato. Um indivíduo que nasce em determinado lugar absorve todas as informações culturais que estão neste local. Entretanto, se esta for para ensinada em outra cultura, ela adquirirá todas as características desta nova cultura a qual está sendo educada.

Assim, neste contexto pode-se perceber que o conceito de etnia se diferencia da ideia de cultura e raça. Etnia é uma definição associada a uma menção e/ou procedência habitual de um certo povo, ou seja, são reuniões de pessoas que tomam parte dos semelhantes aos intelectuais, laços linguísticos, morais e culturais. Apesar de possuírem a mesma situação de dependência de organização econômica, política e social, não constitui ainda em uma nação, mas apenas em com um agrupamento étnico. Etnia refere-se ao conjunto cultural onde um grupo étnico se concretiza como uma comunidade humana definida por conformidade linguísticas, culturais e semelhanças genéticas.

Cultura é tudo que as diversas raças e as variadas etnias usufruem em matéria de vida social, assim como, o grupo de leis que as rege. Essencialmente, a moral, a educação, a aprendizagem, as crenças, as expressões artísticas, as



literárias, os costumes e os hábitos, ou sejam, é a totalidade abrangente do comportamento coletivo e individual de cada grupo, sociedade, nação ou povo.

Munanga (2002) afirma que o termo raça significa dizer que há grupos de pessoas que possuem características fisiológicas e biológicas comuns. No entanto, o uso do termo raça acaba classificando um grupo étnico ou sociedade, levando também à hierarquização.

Appiah (1997) afirma que isso implica em uma revisão da história e no questionamento da cultura hegemônica, que não os incluiu, na busca de antepassados, na criação de uma linhagem, na escolha de símbolos e até mesmo, por vezes, no estabelecimento, senão de uma língua.

As identidades, complexas e múltiplas, nascem de uma oposição a outras identidades, baseando-se em formações discursivas imaginárias e não na razão. Entretanto, segundo Appiah (1997), se é papel do intelectual buscar a verdade, é tentador também “celebrar e endossar as identidades que, no momento, parecem oferecer a melhor esperança de promover os outros objetivos culturais, e silenciar sobre as mentiras e os mitos” (APPIAH, 1997, p. 248).

Atentando para a heterogeneidade cultural, econômica e etimológica brasileira e as constantes influências ideológicas exteriores, a identidade cultural brasileira atualmente liga-se mais a estereótipos e símbolos do que sua historicidade.

Para Renato Ortiz, (1994, p. 69) a cultura nacional é composta não apenas por instituições culturais, mas também de símbolos e representações, que aliados ao descontentamento em relação ao subdesenvolvimento, fundamentam a formação do elo entre discrepâncias.

Para Liliana Giorgis (1993, p. 05) “una identidad autorreferencial y construida sobre los principios de una lógica abstracta, no puede dar cuenta de los cambios y de las diferencias sócio-culturales”. O fato é que no campo da análise em que cultura é entendida como coisa dinâmica, não estática e sempre mutável, o conceito de identidade como característica do que permanece tal como é não daria conta de explicar fenômenos que se constroem no mundo sociocultural.

A identidade cultural não é, portanto, um padrão sólido que nos daria um sentido único de pertencimento à cultura, à nação, mas, antes reproduções móveis, formadas e transformadas continuamente em relação às formas com que os indivíduos são representados nos diferentes sistemas culturais que nos rodeiam.

Observando os mais variados conceitos sobre a afirmação cultural, Wurman destaca que:

[...] nossa estrutura cultural é reservatório de informação ao qual nós, indivíduos, recorremos para comparar acontecimentos casuais e lhes dar um sentido, e no qual a sociedade em que vivemos procura parâmetros de comparação com uma ideologia cultural ou com a história. Esses acontecimentos, uma vez confrontados com nossas ideias pré-existentes, podem ser transpostos para diversas categorias dentro de nosso reservatório de informação, descartados ou apagados no esquecimento individual ou coletivo. (WURMAM, 1991, p. 263).

As características próprias nacionais, muitas vezes, confundem-se com as identidades culturais, face à longa heterogeneidade de vestígios culturais ligados à diversidade dos grupos étnicos. Apesar de o país ter uma dimensão geográfica imensa e de numerosa diversidade cultural, econômica, social e étnica, o Brasil tem em seu idioma o português um elemento de unificação. Fala-se o português imposto pelos colonizadores, apesar das inúmeras línguas brasileiras existente no país contrastando com os sotaques e vocabulários regionais. Assim, um dos mais fortes aspectos da identidade nacional brasileira é a língua.

Diante destes pontos que tem em vista estimular a observação sobre o assunto, ainda é necessário destacar a importância de defender a identidade da cultura brasileira, em seus diversos aspectos, inclusive nos que se relacionam diretamente com a educação, sendo independentemente da realidade econômica e política do nosso país.

E, se a identidade nacional é interpretada como totalidade de valores culturais de determinados pontos de vivência, é igualmente essencial que governo, sociedade e profissionais ligados à área cultural, recuperem sempre a memória dos os registros que dão fundamento as decisões, aos fatos, as atividades, ao acervo e a legislação, que propiciaram uma série de transformação de que se entendem, nos atuais dias, como identidade cultural do Brasil.

O ser humano é um construto social que se constrói ao longo da vida nas relações com os demais membros de seu grupo. Precisa de cuidados, orientação e ensinamentos. Só se torna de fato humano na medida em que convive e aprende com outras pessoas em um dado momento em uma dada cultura. Por meio desse aprendizado na vida social, forma a personalidade e organiza o modo de viver, os sentimentos e desejos.

O homem é um ser sociável e organiza seu modo de viver coletivamente, criando métodos de organização para sua vida política, de trabalho, de distribuição e troca de riquezas que produzem e de relacionar-se com o meio ambiente. Mais ainda, cada um dos povos desenvolveu linguagens, valores morais, manifestações artísticas, religiosas, mitologias, vestuários e moradias. Assim, a pluralidade cultural antes de tudo, indica um acúmulo de infinitas práticas de vidas humanas, que é patrimônio de todos nós, pois pode enriquecer nossas vidas e nos ensinar diferentes maneiras de criar o futuro e existir socialmente.

## **2.2 A cultura e a identidade na Amazônia**

De início, é preciso ter conhecimento de que os habitantes da Amazônia, não estão sem contato no tempo e nem no espaço, ao contrário, sempre estabeleceram e continuam a determinar ligações de trocas materiais e simbólicas entre si, e com as comunidades vizinhas, com os agentes mediadores da cultura, entre o mundo rural, urbano e a vida em escala global.

A representação de que esses povos mantem um modo de vida rigorosamente tradicional não deve ser apreciada, tal como se vivessem em modo de repouso ou congelado. Suas demonstrações culturais e sociais se espalham pelo mundo urbano e vice-versa, entendendo o sentido de algumas práticas e rejeitando outras. Ainda que reproduzam ditas manifestações tradicionais em suas vidas diárias, não se pode afirmar que esses grupos sociais não estejam introduzidos em um processo realizado gradualmente de diferenciação e transformação.

Ao buscar perceber esses grupos sociais, é preciso interpretar seu cotidiano, e é necessário considerar o contexto contraditório no qual estão inseridas suas manifestações e práticas culturais.

Ter entendimento do modo de vida dos grupos sociais que habitam a Amazônia não significa apenas conhecer e descrever a riqueza dos seus recursos naturais, mas, sobretudo, compreender seus amplos territórios.

O que tem importância é destacar que o propósito de um plano de organização do conhecimento, depende do interesse e do perfil da comunidade a que se destina. Os abundantes grupos sociais que habitam a Amazônia desenvolvem um estilo singular de vida, transmitindo seus costumes e práticas culturais de geração a geração, sem, muitas vezes, haver um reconhecimento político de suas existências.

Cada gesto, cada palavra, cada pedacinho dessa gente e de seus lugares, quase invisíveis, foram se acumulando e dando-se a conhecer uma forma especial de vida que revela o oculto, que exprime o inexprimível.

A modificação na composição étnica de cada região, fazendo despontar não só novos tipos sociais, preferentemente frutos da combinação social, cultural e racial, e da mesma forma um novo estilo de vida. Embora os experimentos em eliminar e/ou esconjuram qualquer resíduo da cultura e do estado de vida indígena tenham sido avassaladoras e inflexíveis, o processo não foi plenamente alcançado.

As etnias indígenas na Amazônia brasileira servem para distinguir um grupo de homens ou um coletivo de indivíduos que partilham uma comunidade de origem, real ou imaginária, de língua, que habitam um mesmo espaço territorial e que estão dentro dos limites que englobam um mesmo complexo de usos, costumes, hábitos que, produzindo um mesmo modo de vida, são conservados e transmitidos de geração em geração. (FOSKETT, 1978, p. 120).

A Amazônia, com sua natureza exuberante e, ao mesmo tempo, frágil, acolheu uma grande diversidade de povos ao longo da história, no interior de suas matas e na beira dos rios. Depois da Conquista, em 1500, estes povos passaram a ser chamados, genericamente, de indígenas (BATISTA, 2002, p. 61).

O principal sujeito da formação cultural e social amazônica foi e é o indígena, que no decorrer do processo de invasão estrangeira teve que adaptar-se e assimilar valores, instituições, técnicas, entre outros, tanto dos portugueses, espanhóis, imigrantes nordestinos e de outras regiões do Brasil, inclusive, de outras etnias (BATISTA, 2002).

As culturas se diferenciam ou mantem seus pontos de divergência que assinalam a vivência, o temperamento, o aprendizado onde cada uma delas se encontram nos domínios da técnica e da ciência e, ainda, no que diz expressa ao sentido do sistema político, às respectivas classes sociais e pertencente aos governantes, uma vez que cada um desse grupo possui suas maneiras de repelir um ataque, relações familiares próprias e crenças religiosas, etc. Mas também as culturas tornam-se semelhantes, respeitando que toda cultura humana se prosperou de forma perfeitamente igual ao logo da história.

Em uma determinada cultura, verifica-se desde a origem dos instrumentos de trabalho, o desenvolvimento demográfico, o engrandecimento das cidades, o início e a transformação da escrita, a ciência e da tecnologia e o início da agricultura; nelas

existem traços igualáveis, resultante das necessidades básicas sentidas de modo igual por todas as pessoas. Toda cultura se compreende e desenvolve métodos para obter alimentos e abrigos, possuindo formas organizacionais para distribuir bens de consumo entre as pessoas.

O contato entre esses grupos causou a perda de sua identidade original, criando novas formas de vida e de trabalho. Andrade (1983) explica que:

O complexo cultural amazônico compreende um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida que delinearam a sua organização social e um sistema de conhecimentos práticos e usos dos recursos naturais extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terras firmes responsáveis pela forma de economia de mercado (...) que desenvolveram o homem e a sociedade. (ANDRADE, 1983, p. 71).

É desta forma, concordando com Andrade, que as complexidades dos fatos existentes na Amazônia modificam o termo de cultura generalista. Isso devido à vasta diversidade apresentável nas pessoas, no modo de viver e do comportamento histórico de um povo diverso, de matrizes étnicas puras e de uma mistura de nacionalidades e regionalidades.

Segundo Arthur Reis (1966), os grupos indígenas da Amazônia são diferentes entre si. Têm suas culturas representadas naquilo que eles exteriorizam como maneira de viver, no uso que eles fazem do meio geográfico, da natureza. Sua contribuição no processo de modificação das condições existenciais da região a partir do contato português, num processo intenso de transculturação em todos os aspectos, é indiscutível, principalmente a partir da CF de 1988, a qual reforça a forma de como estes estão inseridos no corpo da sociedade nacional.

Para Reis, os indígenas da Amazônia possuem uma história que não os diminui aos nossos olhos, ao contrário, dignifica pelo que padeceram, pelo que proporcionaram na formação regional desde a contribuição étnica à econômica, pelo que puderam realizar como demonstração de resistência, de heroísmo, pondo por terra a conclusão apressada de que não expressavam senão inferioridade, passividade, incapacidade para a ascensão na vida.

De acordo com Reis (1966, p. 54) as invasões estrangeiras, a vinda dos nordestinos, o processo de perda cultural à qual os indígenas foram submetidos, a exploração da terra e todas as outras formas de apropriação e submissão a que foi exposta a região e o homem amazônico, explicam a modificação de sua identidade.

Para Pinto (2005, p. 50), o pensar sobre a Amazônia foi feito de forma limitada e concentrada nas áreas da história natural, da geografia e da antropologia. Segundo ele, na construção do pensamento sobre a Amazônia, diversos autores utilizaram a tese aristotélica de que os povos derrotados em guerras obrigatoriamente seriam escravos, da mesma forma que existem povos que considerados inferiores, teriam que se tornar escravos, o que reporta à superioridade não indígena europeia em relação aos indígenas, negros e mestiços.

Nunes (2004, p. 24) comenta que o povo brasileiro é dotado de uma cultura própria, tem fisionomia distintiva e seu *ethos* peculiar encontra-se onde componentes de extração portuguesa se fundem àqueles caracteres primitivos, indígenas e negros.

Tornando o povo com uma cultura com fisionomia própria, e com o predomínio dos elementos indígenas, mesclado a caracteres negros e europeus, cujo ator principal é o caboclo, resultante da mestiçagem do indígena com o branco, e da qual força cultural tem origem na forma de articulação com a natureza. O termo caboclo direciona a uma categoria social denominado de um grande percurso histórico da identidade de um povo, a noção deste termo surge como uma espécie de preconceito atribuído ao caboco ribeirinho, mas especificamente a sua cultura amazônica que por meio de suas organizações se relacionam a luta pelo seu povo.

Neste estudo, este termo se refere não para usar de preconceito, mas para entender a forma colocada nesta cultura e que reflete pela imagem, símbolo, a ideia de um povo indígena. Em maior parte do problema o termo caboclo torna-se um conflito de identidade frente ao povo branco, surgindo um conflito interétnico. Veríssimo (1970, p. 156) afirma que o Brasil é uma região onde as raças se mesclam, desaparecendo completamente os tipos puros e a região amazônica é um exemplo vivo desse fato.

### **2.3 A cultura amazônica**

A cultura plural amazônica ainda hoje é vista de forma muito contraditória aos olhos da sociedade de uma forma geral. Não existe uma única identidade na Amazônia e nem uma única cultura, a dinâmica da cultura desta região pode ser considerada moderna e dinâmica em suas práticas e modos de vida, construída nos contextos sociais e econômicos que se apresenta.

A análise sobre os saberes tradicionais sem dúvida exige um olhar cada vez mais crítico e onde se busque entender a concepção que orienta ações e atuações as

quais percebem a Amazônia na dialética local e global. Assim, interessa analisar como os conhecimentos tradicionais agregam um conjunto de entendimentos impostas de um olhar de fora que o visam como importantes, mas subalternos, de modo a justificar, a sua apropriação como recursos.

As etnias indígenas são a grande população da Amazônia que compõem o estilo de vida da sociedade, não importa onde nem que grupo étnico seja. Geralmente quando se fala de Amazônia o que nos vem ao pensamento é um lugar distante, com pessoas totalmente não civilizadas, pensa-se numa vasta vegetação, com rios, canoas, caboclos e bastante animais. Se sabe que é um lugar, que está enraizado os costumes do ator social amazônico – o homem, a tradição familiar e de gênero e outros aspectos.

Conhecer o que compõe essa cultura brasileira é uma tarefa árdua porque, a partir das relações entre as culturas, são agregados valores e produtos ao conjunto do sistema cultural amazônico. Os impactos culturais sofridos pela região ao longo de sua história, sobretudo, os de grande importância, são olhares importantes. Diante disso Clifford Geertz que diz cultura é

[...] um sistema ordenado de significados e símbolos em cujos termos os indivíduos definem seu mundo, revelam seus achados e fazem seus julgamentos; um padrão de significados, transmitidos historicamente, incorporados em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam-se, perpetuam-se, desenvolvem seu conhecimento sobre a vida e definem sua atitude em relação a ela; um conjunto de dispositivos simbólicos para o controle do comportamento, fontes extra somática de informação. (GEERTZ, 1989, p. 66).

Em breve, a cultura brasileira é um imenso conjunto de culturas, que limita as diferentes etnias que dão forma ao povo brasileiro. Por essa razão, não permanece uma composição uniforme da cultura, e sim em uma mistura de diferentes vertentes culturais que formam, juntas, a cultura do Brasil.

O fato de que o homem reconhece o mundo lado a lado de sua cultura, tem como resultado a atração em atentar para o seu modo de vida como o mais correto e além disso natural.

Para Geertz (1989), cultura representa um conjunto de teias de significado e sua análise. O autor advoga que é preciso investigar a importância da cultura, pois ela é pública, em decorrência do significado também o ser (1989, p. 23) transcreve a dificuldade exposta por Wittgenstein: “nós não compreendemos o povo (e não por não

compreender o que eles falam entre si). Não nos podemos situar entre eles”. (KUPER, 2002, p. 132).

É referentemente recente o emprego do termo “cultura” para definir o conjunto de atitudes, crenças e códigos de valores compartimentados num determinado período histórico. Foi através do conceito de “cultura primitiva” e, principalmente, dos estudos antropológicos de Clifford Geertz, que se chegou de fato a reconhecer que aqueles sujeitos sociais, outrora chamados de “camadas inferiores dos povos civilizados”, possuíam cultura.

Apesar de Geertz procurar demonstrar como diferentes culturas originam ações e interpretações diferentes, provocando conflitos entre os grupos, ele não se sujeita a buscar eliminar a heterogeneidade, como defendiam as cartas eurocêntricas, a começar pelo Iluminismo. Contrariando esta ideia, Geertz enfatiza a importância do conceito de “estrutura cultural guiadora de ação” para compreender os conflitos entre grupos heterogêneos.

Ainda contribuindo, Geertz afirma que a diversidade de cultura representa as múltiplas culturas existentes em todo o mundo. Assim a cultura é compreendida como um conjunto de tradições e costumes dos povos que são ensinados de uma geração para outra, como forma de perpetuar os saberes.

Por outro lado, há nas culturas elementos simbólicos que diferenciam uma das outras, e que, conseqüentemente compõem os conceitos de identidade cultural, ou seja, os elementos simbólicos da cultura identificam os indivíduos que pertencem em determinados grupos.

Uma vez que a divergência cultural reuni em um conjunto de culturas que existem, recobra esses resultados de identidade que discrimina o conjunto dos elementos referentes presentes nas culturas encorajando as diferenças culturais existentes na relação de lugar e espaços dos seres humanos.

É notório que o processo acelerado da globalização interfere na dinâmica dos grupos, uma vez que existe um extenso intercâmbio cultural e econômico entre os países o que os torna difícil uma cultura homogênea.

Com convicção, a diversidade cultural não se revela apenas nas variadas formas de se expressar, mais transmite e enriquece o patrimônio cultural da humanidade por intervenção da variedade de manifestações culturais, mas, também, por meio dos iminentes modos de distribuição, criação artística, difusão, produção e



desfrute das expressões culturais, por indeterminados exceto que sejam os meios e tecnologias utilizados.

Tanto no campo individual quanto grandemente no campo social, as revelações culturais se originam e mantêm-se pelo reconhecimento dos valores ou simplesmente pela tradição, e fatores prevalentes como costumes culturais. Há a arte popular quando desvalorizada e tratada como marginalizada por alguns, por servir de resistência cultural durante muito tempo a alguns grupos sociais excluídos.

O termo diversidade para Geertz diz respeito à variedade e convivência de ideias, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente. E cultura (do latim cultura, cultivar o solo, cuidar) é um termo com várias acepções, em diferentes níveis de profundidade e diferente especificidade.

Do que já foi falado acima, o Brasil possui uma grande e rica diversidade cultural, que pode ser encontrada e manifestada nas expressões artísticas, crenças religiosas e também na sexualidade. Apesar de não se encontrar essas diferenças culturais sendo frequentemente abordadas em meio a grupos sociais, convivemos com elas no nosso dia a dia. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

As culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo das suas histórias, na construção de suas formas de subsistência, na organização da vida social e política, nas suas relações com o meio e com outros grupos, na produção de conhecimentos etc. A diferença entre culturas é fruto da singularidade desses processos em cada grupo social. E são diversos os grupos sociais que formaram a cultura do nosso país e que contribuíram para formação de uma pluralidade cultural brasileira, que tem como desafio criar nas pessoas o sentimento do respeito, para que essas diferenças culturais sejam enriquecidas com o incentivo do convívio social. (BRASIL, 1999, p. 78).

A dificuldade em conviver em um país com tantas diferenças culturais está justamente interligada com a pluralidade cultural que aqui existe, fazendo com que ocorra a dificuldade de se retirar de si entranhas a ideia de que existe uma cultura superior a outra, que se teria que obedecer e respeitar, desvalorizando as demais culturas, ignorando o Art. 5º da Constituição Federal de 1988, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. (BRASIL, 1988, p. 12).

Diante disso, percebe-se uma grande falha como nação. O Brasil, um país de diversidades, deveria sentir-se privilegiado como tal. Essa grandeza o faz multicultural e próspero.

Pensar sobre a questão do multiculturalismo e perceber a importância da diversidade cultural presente nas sociedades contemporâneas é um ato de extrema urgência diante das graves consequências provenientes dos processos da formação homogênea do Estado-Nação e da concretização política de uma cidadania nacional fundada nos pressupostos liberais que, em nome da afirmação de uma fictícia igualdade entre os diferentes indivíduos acarretou a exclusão de vários segmentos sociais, bem como o não reconhecimento de reivindicações culturais expostas por vários grupos coletivos. Como ressalta Costa e Werle,

[...] o multiculturalismo é a expressão da afirmação e da luta pelo reconhecimento desta pluralidade de valores e diversidade cultural no arcabouço institucional do Estado democrático de direito, mediante o reconhecimento dos direitos básicos dos indivíduos enquanto seres humanos e o reconhecimento das 'necessidades particulares' dos indivíduos enquanto membros de grupos culturais específicos. Trata de afirmar, como direito básico e universal que os cidadãos têm necessidade de um contexto cultural seguro para dar significado e orientação a seus modos de conduzir a vida; que a pertença a uma comunidade cultural é fundamental para a autonomia individual; que a cultura com seus valores e suas vinculações normativas, representa um importante campo de reconhecimento para os indivíduos e que, portanto, a proteção e respeito às diferenças culturais apresenta-se como ampliação do leque de oportunidades de reconhecimento. (COSTA; WERLE, 2000, p. 271-273).

Dessa forma, o multiculturalismo prima pela exigência de reconhecimento da diversidade cultural e de um tratamento igualitário na convivência de várias etnias e/ou raças que edificaram e constituem o espaço público de uma sociedade multirracial.

Pinto (2009) aborda que:

É justamente o “reconhecimento da condição de diferença que permite uma profícua reflexão sobre a democracia, através da busca de modelos capazes de manter o princípio de igualdade entre todos e, ao mesmo tempo, de acolher as diferenças e necessidades específicas de cada um”. (PINTO, 1999, p. 45.).

## **2.4 A Diversidade cultural na Amazônia**

A cultura amazônica tem suas características principalmente pela forte ligação com as etnias indígena e, por conseguinte, tem suas raízes construídas a extensão de milhares de anos. A complexidade desse domínio, além dessas raízes, se intensifica quando ocorrem os primeiros contatos dos indígenas com os europeus e os africanos e a evolução dessa troca cultural.

O Estado do Amazonas libertou os escravos bem antes da Lei Áurea, e tem lutado para a diminuição das desigualdades sociais. Acredita-se que ainda há muito a

ser feito para que se possa viver em uma sociedade na qual os cidadãos se respeitem mutuamente. Ainda falando da matriz africana, Canen aborda que

[...] todos têm o mesmo discurso em relação a este tema, mas na verdade quando se fala em diversidade, o assunto é tratado com indiferença, por exemplo, assiste-se a cerimônias onde o negro com grande ênfase é exaltado, como se fosse uma admissão de culpa por discriminação e um “acerto de conta” com relação a injustiças passadas. Ainda há ambiguidade quando se trata deste tema, as pessoas querem a igualdade social, mas na prática é tudo realizado de forma excludente e discriminatória. (CANEN, 2002, p. 22).

Neste sentido, falar de desigualdade e diversidade cultural é mergulhar intrinsecamente na definição e na representação dos significados envolventes dos traços paradigmáticos de um grupo social, que por sua vez, fará da percepção, o pilar da conduta e da escolha.

A cultura é a maior herança e riqueza do gênero humano. Nela, até os protestos são cordiais, o silêncio se torna uma virtude e o paladar ganha a forma de originalidade de difícil rompimento.

Cultura da Amazônia está influenciada em primeira instância, pela cultura dos povos que são e estão inseridos nela, que recebem importante influência principalmente das diversas populações indígenas que formam esta sociedade plural do universo amazônico e, com isso, uma pluralidade de culturas. Sodré elucida que:

A cultura é um fenômeno social que representa o nível alcançado pela sociedade em determinada etapa histórica: progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, ciência, literatura, arte e instituições que lhes correspondem. Em um sentido mais restrito, compreende-se, sob o termo de cultura, o conjunto de formas de vida espiritual da sociedade, que nascem e se desenvolvem a base do modo de produção dos bens materiais historicamente determinados. (SODRÉ, 1989, p. 03).

A cultura amazônica, embora tenha suas características próprias, existe uma complexidade que é comum a qualquer outra cultura, principalmente quando se pensa em limites das fronteiras culturais.

Aranha e Martins (1993, p. 88) comentam que a palavra cultura tem vários significados, mas no campo da Antropologia a cultura é o que o homem produz ao construir sua existência, as práticas, as teorias, as instituições, os valores materiais e espirituais. Consideram que o contato do homem é intermediado através do símbolo.

Portanto, a cultura é o conjunto de símbolos elaborados por um povo em um determinado tempo e lugar.

Os valores culturais indo até pela troca de outras civilizações associam-se e vão transformando o domínio ao ponto do conteúdo, em que determinados casos, de onde a mudança pode ser tão brusca que implicará em certas perdas de identidade cultural amazônica. Assim, por influência desses momentos históricos e violentos de grande impacto cultural e uma nova identidade começa a se formar, relativamente diferente da anterior.

Partindo desse pressuposto, a cultura é vista como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Indivíduos de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas. Em relação ao dinamismo da cultura é preciso conhecer as diferenças entre as sociedades Laraia argumenta que:

Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir. (LARAIA, 2002, p. 101).

A isso Laraia responde dizendo que para constatar a existência dessas diferenças não é necessário retornar ao passado, nem mesmo empreender uma difícil viagem a um grupo indígena, localizado nos confins da floresta amazônica ou em uma distante ilha nos rios. Basta comparar os costumes de contemporâneos que vivem no chamado mundo civilizado.

Laraia conclui que as diferenças de comportamento entre os homens não podem ser explicadas através das diversidades sematológicas ou mesológicas. Os determinismos geográficos, assim como, o determinismo biológico, foram incapazes de resolver o dilema proposto, a conciliação da unidade biológica e a grande diversidade cultural da espécie humana.

Aquilino de Pedro diz que a cultura “é a maneira de pensar, sentir e agir comum a um povo. É o enfoque da existência recebido do povo no qual a gente se nasce. A cultura evolui, muitas vezes lentamente, e às vezes com grande rapidez, como sucede em nossos dias, por influxo dos gigantescos meios de comunicação” (AQUILINO; PEDRO, 1999, p. 71).

O resultado disso são os processos culturais. Os quais estes são de maneiras, inconscientes ou conscientes, através das quais dos grupos sociais organizam-se e comportam-se. Por meio de mudanças culturais as culturas realizam transferências significativas sejam assimilando novos traços, ou seja, abandonando outros.

Os indivíduos, por outro lado, fazem aparecer cultura porque são capazes de especificar normas e convenções quando convivem em sociedade. Daí se dizer que não existe cultura de um só homem. Cultura supõe um povo, um grupo, uma nação, que a vive, transmite e também a transforma. A noção de cultura não se separa da noção de coletividade.

Assim, cultura é o conjunto de convenções que agregam valores e formas sociais estabelecidas por um povo, que o vive, pratica, transmite e a qual se transforma com o passar do tempo.

A cultura amazônica é percebida, reconhecida e criada pela via do imaginário estético-poetizante (LOUREIRO, 1995, p. 55). O homem amazônico devaneia diante da beleza exuberante da floresta, dos seus habitantes e dos rios. A percepção e a aparência de um imaginário mítico que se reconstrói, se reinventa e ressignifica a cultura amazônica em sua própria dinâmica.

Em certo sentido, se presencia, na região Norte, o contrário, isto é, a cultura popular sendo transmutada em cultura de massa. Como observa Morim, esse processo de transformação é alimentado pelo Estado, pela atuação de políticas culturais.

A cultura tornou-se uma produção que progride graças aos créditos, aos equipamentos e as edificações, do mesmo modo que as produções técnico-econômicas o fazem. “[...] O que ocorre hoje é uma simbiose parasitária-antagonista entre a cultura e seu inimigo protetor sufocador que a faz viver, ao mesmo tempo, que asfixia: o Estado providência e os grandes grupos o constituem” (MORIN, 2002 p. 206).

Na região Norte, nos Estados do Pará e do Amazonas, onde a cultura indígena responde pela formação social e o imaginário artístico-cultural é notadamente marcado por elementos da cultura indígena e nordestina (os bois-bumbá de Parintins/AM; a Ciranda, de Manacapuru/AM; o Sairé, de Alter do Chão/PA), percebe-se facilmente o quanto a indústria cultural se apropriou das manifestações culturais para solidificar seus *slogans* a serviço do consumo capital e do lucro.

Percebe-se que o modo de ver e sentir o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, bem como os diferentes comportamentos sociais são produtos da herança cultural. São, portanto, resultados das operações da cultura. Assim, entender a cultura amazônica como um sistema de símbolos e significados - que, por sua vez, compreendem categorias ou unidades ou regras sobre relações e modos de comportamentos, significa perceber que tanto a simbologia quanto o significado estão representados nos mitos, nas lendas, nos contos orais, no cotidiano, constituindo o imaginário amazônico.

A cultura amazônica, é como qualquer outra cultura, até porque não há uma cultura inferior a outra, pois o conhecimento humano é dinâmico e vem se transformando ao longo de sua história. Os valores culturais obtidos pela troca com outras civilizações se agregam e vão modificando o domínio ao ponto de, em alguns casos, a mudança ser tão brusca que implica em certa perda de identidade cultural amazônica.

O diálogo entre culturas, ou seja, o diálogo intercultural, corresponde a uma existência do nosso tempo, em que temos uma necessidade de dar respostas comuns a desafios de toda a humanidade. O diálogo permite o enriquecimento cultural, a troca e partilha de ideias, exige a igualdade entre todos os homens - povos da terra de direitos e deveres.

O Art. 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Art. 13 e 15 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: toda a pessoa deve saber se expressar, criar e difundir suas obras na língua de sua escolha, de preferência na sua língua materna. A Declaração Universal da UNESCO sobre a diversidade cultural destaca que “cada indivíduo deve reconhecer não apenas a alteridade em todas as suas formas, mas também o caráter plural de sua própria identidade dentro de sociedades igualmente plurais”. Este documento, em seu Art. 1º diz:

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovações e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL, 1998, p. 04).

Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

Para o autor Paulo Freire:

Diversidade cultural tem como característica a ideia de um mosaico multicolorido, onde cada cor representa um grupo com suas crenças, valores, etnias, classe, social, ideologia, regiões, nações, indivíduos do qual surge a transculturação por meio desse processo no interior de cada nação e grupo cultural gerando formas diversas de conviver com a diferença, no intuito de construir uma humanidade individual e coletiva. (FREIRE, 2002, p. 63).

Trabalhar a diversidade na escola perpassa por reconhecer nossos valores, costumes e crenças. Há uma necessidade muito grande dos amazônidas reencontrarem sua identidade e os valorosos saberes, que são diluídos facilmente entre as outras culturas, ocasionando um prejuízo nas informações destas. Considera Freire (1993, p. 36) que o respeito ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos indivíduos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo.

A identidade é assim uma forma de narrativa sobre um povo, ou uma cultura, e esta expressa contradições e disputas por uma atribuição de significado que se pretende abarcador de uma extensa realidade.

No caso da Amazônia, o processo cultural é, nesse sentido, eminentemente político, e como tal nunca dá conta de contemplar a todos os segmentos da sociedade que pretende representar. É neste sentido que existem diversas manifestações artísticas que citam, seja através de palavras ou imagens, a floresta, os rios, as lendas e os mitos.

Até mesmo a identidade pessoal dos indivíduos se torna plural. Pertencente a mais de um grupo cultural. Por isso se diz que toda identidade é posicionada. Para Loureiro (2001), a cultura é entendida como uma configuração intelectual, artística e moral de um povo ou, mais amplamente, de uma civilização, e que pode ser compreendida no processo de seu desenvolvimento histórico ou num período delimitado de sua história.

As vivências dos indivíduos em diferentes contextos sociais, com suas hierarquias de valores, com cultura própria colocam sérias dificuldades de convivência intercultural. Por razões particulares, acontece que pessoas de espaços culturais diversos são muitas vezes obrigadas a relacionar-se e a ter de conviver.

Para Nunes (2004, p. 9) é a “soma de todas as criações que melhoram a condição material dos homens ou que expressam a vida intelectual e moral”. A cultura reproduz o resultado do esforço de autoafirmação da espécie humana, que se desprende da condição da animalidade até atingir, passando pela selvageria e pela barbárie, os mais altos graus de desenvolvimento. De certo que esta ideia, no entanto, é considerada do ponto de vista sociológico, incompleta e foi corrigida e ampliada pelo conceito antropológico de cultura.

As culturas, atualmente, não estão necessariamente restritas a um espaço geográfico – embora se relacionem a elementos provenientes deste espaço –, mas são delineadas também diante dos contextos e da imbricação de cenários que as compõem. As culturas se entrelaçam de forma a se hibridizarem, sobretudo diante do contexto em que vivemos, configurado pela globalização e no qual há constantes interferências das tecnologias e do processo de mídiatização. As culturas não são entidades estáticas nem encerradas em si mesmas. Uma das principais barreiras que dificultam o diálogo intercultural é o hábito do indivíduo de concebê-las como algo fixo, como se houvesse linhas de fratura que as separam.

Neste sentido, a identidade é o resultado de uma construção social e da complexidade do social. O processo identitário é estruturado através de uma inter-relação indivíduo e social, onde se pode verificar fatores psicológicos e sociológicos que se articulam. Neste caso, a identidade de cada indivíduo está sempre em construção, já que interage com as transformações vivenciadas no contexto social, responsáveis pela infinita produção de culturas.

A identidade é formada por meio da cultura, é considerada como um código produzido publicamente pelos homens em um dado espaço. Este código que rege suas vidas se constitui como um conjunto de práticas, de técnicas, de hábitos, de costumes, de valores que uma sociedade produz e que garante a coexistência dos indivíduos em seu interior.

Este código regula o comportamento dos homens em sociedade, ainda que este comportamento seja diferenciado, haja vista a sociedade ser dividida, resultado do relacionamento dos homens entre si e com o mundo na busca constante de superarem os problemas que suas existências apresentam. Nesse contexto, se busca tratar de tais aspectos, que são constituintes da cultura indígena, rural ou campesina, ou ainda urbana, e que indicam o pertencimento do indivíduo a algo mais amplo, a um grupo, a um lugar, a um espaço.



Nesse contexto, cultura é conceituada como o conjunto de características que estabelecem normas comuns de comportamento, identificando um ser ao grupo. Para os sujeitos amazônicos, cultura não é simplesmente uma referência que marca uma hierarquia de civilidade, mas a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa.

Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa. Um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas. (DA MATTA, 1986, p. 123).

As culturas não se diferem do mesmo modo. Para Lévi-Strauss (2000), as sociedades humanas nunca se encontram isoladas e o contato entre elas provoca estranhamentos e desejos de oposição. Para o autor:

É na própria medida em que pretendemos estabelecer uma discriminação entre as culturas e os costumes, que nos identificamos mais completamente com aqueles que tentamos negar. Recusando a humanidade àqueles que surgem como os mais “selvagens” ou “bárbaros” dos seus representantes, mais não fazemos que copiar-lhes as suas atitudes típicas. O bárbaro é em primeiro lugar o homem que crê na barbárie. (LÉVI-STRAUSS, 2000, p. 60).

Tanto na negação ou aceitação de novos costumes, é no contato com outras culturas que as sociedades reafirmam ou modificam sua própria cultura na construção de sua identidade.

Sendo assim, a identidade pode ser representada pelo papel social do sujeito. Por isso, a identidade é multidimensional e sincrética, apresenta um caráter dinâmico causando dificuldade na sua delimitação.

Os sujeitos se relacionam com diferentes grupos estabelecendo relações de pertencimento, por se identificarem, e ao mesmo tempo se diferenciando para se afirmarem enquanto sujeito - ator social. (ANDRADE, 2000, p. 147) As identidades são contraditórias, se cruzam ou se “deslocam” mutuamente. As contradições atuam tanto fora, na sociedade, atravessando grupos estabelecidos, quanto dentro da cabeça de cada indivíduo.

Assim sendo, identificação não é automática, mas pode ser conseguida ou perdida. Elas representam o que algumas vezes é chamado de uma forma particularista de vínculo ou pertencimento.

De certa forma, vale ressaltar que as identidades não se perdem, apenas se reafirmam em organizações étnica de cada povo, uma vez que ficam registradas nas

marcas identitárias de cada um, seja por valores, tradições e costumes ou por aprender a adentrar-se na cultura do outro, respeitando e consolidando os elos de identificação de cada grupo.

Os ganhos e perdas de identidades fortalece o convívio, substitui a natureza pela hierarquia da essência do outro, por isso, de certa forma, a aquisição dessas identidades permeia o sistema estrutural de uma sociedade, da mesma forma que se neutraliza essas identidades está se escondendo a origem da cultura.

Ser multicultural é se ter um olhar e respeitar a cultura alheia, sem mascarar a sua por meio de representações insignificativas. Contribuir na sociedade do outro é permear valores individuais e coletivos em prol de melhorias sociais.

Contudo, ressalta-se ainda que é grande o número de povos na Amazônia e que estes formam as características regionais, seja ela brasileira, peruana ou colombiana. Vive-se em um mundo global onde o conflito gera a descoberta de si próprio, bem como fortalece qualquer sociedade, afinal não se pode viver em uma sociedade sem conflitos.

### 3 A IDENTIDADE INDÍGENA NO ALTO SOLIMÕES

*E que a diversidade possa ser vista por nós como um colorido cata-vento capaz de trazer para o campo da educação novos ares, novas cores, novos sentidos e sentimentos, impulsionando-nos em direção à liberdade, à construção da igualdade social e ao respeito às diferenças. (GOMES, 2011)*

#### 3.1 Cultura de fronteira

As primeiras definições do conceito de cultura na Antropologia, entre os séculos XIX e XX, foram produzidas por autores evolucionistas como Frazer (2000), Morgan (1973) e, principalmente, Tylor (1994). Esses antropólogos propuseram sua conceituação a partir da premissa de que a cultura, no singular, seria um todo complexo que incluiria as mais diversas manifestações humanas e fenômenos materiais e imateriais.

Sendo assim, estão contidas nessa definição, na visão de Tylor, ainda, as formas de governo, o parentesco e a organização social. Inicia-se aí a ideia de que a cultura englobaria tanto os valores, as regras e a filosofia quanto as produções materiais, como a arquitetura, a culinária, entre outras.

De igual modo, a região do alto rio Solimões é formada pelo complexo de pessoas das fronteiras da Colômbia, do Peru ou do Brasil, indígenas ou não. A maioria da população da tríplice fronteira Brasil/Colômbia/Peru é composta por sujeitos multiculturais, multinacionais e multiétnicos, o que vem se consolidando na formação de uma cultura de fronteira que tem como pano de fundo a diversidade dos grupos que a compõem, grupos estes que em determinados contextos tomam o primeiro plano da cena social.

Nesta região não somente diversidade humana, mas uma essência da natureza que em sua exuberância guarda uma diversidade de bens materiais e imateriais o qual fazem parte da consolidação de uma cultura plural na fronteira. Fazendo com que o sujeito que reside nesta área possa aperfeiçoar-se, reproduzir-se e recriar-se em sua história.

Dessa forma se vê que a cultura é construída, vinculada, agregada a outras através dos atores sociais, ou por muitas vezes fragmentadas por alterações que durante algum tempo foram criando sequelas, ou prejuízos sociais, pela dizimação de alguns elementos que qualificam as identidades culturais. Logo, o homem como ser

que constrói sua própria história torna-se grande contribuinte para a modificação de sua própria cultura.

Mas diante disto o ser humano identifica-se em uma sociedade complexa, forma seus grupos sociais e por um objetivo comum confronta-se e entra em conflito até mesmo com sua própria identidade.

É notório que o conceito de cultura tem sofrido alterações valorativas ao longo dos tempos. A cultura não pode ser interpretada como uma forma de refinamento espiritual, mas tem referência à essência e se consolida na existência humana.

Assim, ao aglutinar de uma forma unitária toda a atividade humana, converte-se numa realidade radical do próprio homem, definindo-o até na sua essência.

A cultura é uma ferramenta imprescindível para toda a vida, é uma dimensão constitutiva da existência humana, como as mãos são um atributo do homem. O homem às vezes não tem mãos, mas não é um homem, é um homem sem mãos. O mesmo se pode dizer que uma vida sem cultura é uma vida manca, fracassada e falsa. O homem que não vive à altura do seu tempo, vive por debaixo daquilo que seria a sua autêntica vida, ou seja, falsifica ou estafa a sua vida, desvive-a. Tendo em conta este pressuposto, a problematização da cultura assenta numa visão global deste fenómeno. Uma cultura humana deve ser precisamente o suficientemente pouco integrada para ser permeável às novas convenções, aos fenómenos de difusão e às alterações ambientais (ROCHA, 2003, p. 96).

Verifica-se que a modificação da cultura está nas mãos dos homens, diante disto, vale a pena mudar quando for para o bem e o bom desenvolvimento dela. Essa flexibilidade está posta diante das necessidades de cada grupo.

Com uma visão mais ampla, como uma fonte de intercâmbio cultural e de interações entre as populações, Rocha (2003, p. 96) analisa a fronteira como o lugar “onde se encontram culturas diferentes, sociedades diferentes, economias diferentes, populações diferentes, enfim, onde ocorrem mudanças quantitativas e qualitativas nas vidas das populações envolvidas como grupos sociais, classes e etnias”.

A nacionalidade do indivíduo é definida pelo local onde nasceu e há um limite que define a qual país se pertence. Assim, se define que existe um sentimento nacional que é compartilhado por aqueles que também nasceram no mesmo lugar. Pensando no Brasil, o território do Estado-nação é delimitado pelas fronteiras e, de norte a sul, há o compartilhamento da nacionalidade brasileira. Logo, a fronteira serve para o reconhecimento e definição de identidades.

Assim, se reconhece as fronteiras das culturas pelo fato de que se precisa conhecer de fato a origem e a própria história, valorizando tradicionalmente o que se

é de costumes, crenças e origem tradicionais. E que nem sempre um povo está sozinho, sem o conviver do outro.

Com a chegada de novos conhecimentos, especialmente no domínio do conhecimento científico, surge uma preocupação relacionada com a incorporação da cultura popular e dos seus saberes neste novo contexto. Assiste-se a um especial interesse por esta realidade de contato entre gerações e povos.

Isto pode se chamar de massificação das sociedades. Conduzido a uma preocupação pela satisfação de necessidades específicas, à medida que o indivíduo gera a diferença cultural em vários lugares da sociedade.

Por meio da cultura, os indivíduos, compreendem, conhecem e reproduzem suas culturas, elaboram alternativas e buscam alternativas para suas demandas sociais.

No recorte da identidade, a ideia de fronteira cultural, que é o que diferencia uma cultura das outras, torna-se um conceito atraente. Com uma visão mais aprofundada, pode-se entender que a cultura também dependerá dos povos inseridos em um contexto. O problema é que a ideia é atraente demais, de modo semelhante à própria ideia de cultura, já que significa coisas diferentes para pessoas diferentes.

As fronteiras entre países foram estabelecidas no decorrer da história pela ocupação populacional, acordos entre nações ou conquistas militares. Historicamente as fronteiras foram, em geral, influenciadas por fatores étnicos, linguísticos e culturais de uma dada população, o que de fato integram-se de forma complementar uma a outra.

Além disso, muitos estudos das fronteiras estão voltados para as transformações geradas pela globalização. Sob esta perspectiva, a fronteira nacional vem sendo confrontada por fenômenos tais como os fluxos crescentes de pessoas, informações, recursos e mercadorias.

Estudos relatam que a cultura tem um ponto de vista capitalista, podemos pensar estrategicamente no termo sobrevivência. Pesquisadores como José Ademir Oliveira (et al., 2010), apontam que as cidades localizadas na fronteira brasileira possuem, neste século XXI, papel estratégico do ponto de vista econômico e da circulação por serem os pontos mais avançados da soberania deste país no contexto de cooperação e da integração regional. (OLIVEIRA, 2010, p. 104).

Vários problemas, contudo, encontram-se inseridos naquele espaço geográfico que dificultam uma inserção transfronteiriça que permita o seu

desenvolvimento econômico, tais como constantes fluxos de contrabando e drogas, prostituição (muitas vezes infantil), problemas com garimpo ilegal, e inúmeros outros que incidem negativamente. A fronteira Brasil, Peru e Colômbia tem uma característica baseada neste fluxo. Tabatinga por situar-se entre os países gera tal violência, principalmente, com as drogas. Por desenvolvimento econômico, Sandroni (2004) esclarece que se refere ao crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto *per capita*) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia, o que de fato não se verifica em proporções consideráveis para a cidade de Tabatinga que faz limites com Colômbia e Peru.

Nos últimos anos, mesmo em meio a grave crise econômica mundial, o fluxo do comércio internacional brasileiro cresceu mais de 70%, (BIELSCHOWSKY, 2000) ampliando o volume de importações e exportações em portos, aeroportos e postos de fronteira em todo o país. Cresceu também o número de veículos e pessoas cruzando nossas fronteiras. Estes veículos a que se refere, no caso da fronteira da cidade de Tabatinga AM / Brasil, são em sua maioria as motocicletas que fazem parte do cotidiano das pessoas que aqui residem.

Tabatinga é um município de maior desenvolvimento de mercados, lojas, comércios de atacado e varejos. O espelho econômico reflete na população peruana que aparece em desenvolver o mercado da agricultura e que abastece a cidade.

A ampliação do fluxo de pessoas, mercadorias e veículos que ingressam e saem do país por portos, aeroportos e pontos de fronteira também trazem outros desafios e exige o aprimoramento dos meios de controle realizados pelo Estado. Até porque não foi apenas o fluxo legal de mercadorias que cresceu.

Nos últimos anos, cresceram também as apreensões de contrabando, descaminho, drogas, armas, munições e outras mercadorias que ingressaram ilegalmente no país. Parafraseando Carvalho, (2000, p. 78) na fronteira geográfica, a identidade é tema privilegiado, porque nela o sujeito é constantemente inquirido. Quem é você? A que lado você pertence? As respostas para essas e outras questões tornam-se cada vez mais complexas e ambivalentes na afirmação da identidade, quando os sujeitos são migrantes ou gerações de migrantes que notoriamente transitam entre os valores da cultura de origem familiar e os valores culturais de países fronteiriços.

Por meio da cultura, os indivíduos, compreendem, conhecem e reproduzem suas culturas, elaboram alternativas e buscam alternativas para suas demandas sociais. Um dos autores que reflete a respeito do conceito de cultura e fronteira é Tassinari (2002), para quem não representa somente a sociedade, mas também cumpre, dentro das necessidades de produção de sentido, a função de reelaborar as estruturas sociais e imaginar novas. Assim para o autor:

O termo “fronteira” evoca várias noções do senso comum, como a de “fronteiras da civilização”, as “terras de ninguém” habitadas apenas por “selvagens”, prontas para serem “desbravadas” e colonizadas. Na verdade, quando falamos em fronteira, lembramo-nos do processo de formação da própria identidade nacional dos países colonizados. Essa imagem radicaliza a diferença entre os colonizadores e os povos indígenas, cada qual habitante de um espaço diferenciado, e também evidencia uma situação de conquista e opressão dos primeiros sobre os segundos, a partir de uma guerra pelo território. (TASSINARI, 2002, p. 52).

De alguma forma, é essa a imagem que está presente em noções antropológicas como a de frentes de expansão, utilizada pela antropologia brasileira nas décadas de 1950 e 1960, o avanço de segmentos da sociedade nacional, com claros propósitos econômicos desenvolvimentistas, sobre áreas antes habitadas somente por indígenas.

Tendo em vista esta multiplicidade de sentidos, inicialmente é importante retomar o conceito de fronteira, que abrange mais do que sua especificidade colocada historicamente nas obras de historicidade brasileira. Nesta acepção, fronteira teria um entendimento como algo que delimita, demarca e especifica território, separando e dividindo de um lado um território, diferente do que ficou do outro lado da fronteira.

Ao tratar dos povos indígenas em situação de fronteira, se toma o primeiro sentido como ponto de partida, mas, se abordará também, as noções relacionadas à segunda conceituação de fronteira.

Neste sentido, pode-se dizer que as fronteiras são construções históricas e culturais. São processos sociais e historicamente, vale dizer, simbolicamente produzidos. Devem ser concebidas mais como abertura e atualidade, do que como dado ou acabamento. Outra ideia é a de locais de mutação e subversão, regidos por princípios de relatividade, multiplicidade, reciprocidade e reversibilidade.

Como se afirmou anteriormente, os povos indígenas foram repartidos arbitrariamente entre os países que partilharam a região após os tratados sucessivos de delimitação territorial e os processos de independência. Até recentemente, essas

populações eram objetos de políticas indigenistas, que, apesar de suas diferenças nacionais, tinham um comum objetivo, a assimilação progressiva dos indígenas às novas noções de construção social. (PIMENTA, 2009, p. 02).

### **3.2 A Amazônia e os indígenas Ticuna**

A Amazônia é considerada por muitos como uma população de múltiplas faces, isto é, o imaginário das pessoas acaba que caracterizando a Amazônia como um retrato de um povo sofrido que conhece apenas rios, lagos, jacarés, peixes dentre outros seres, porém, há uma forte tendência de salientar suas características biogeofísicas, tais como: maior floresta tropical do mundo, maior bacia hidrográfica e de reserva de água doce, fonte de inestimável biodiversidade e biotecnologia, entre muitas outras, conforme apontou (FERREIRA & SALATI, 2005).

Entre a imensidão das árvores, dos rios e dos animais na Floresta Amazônica existe muito mais do que os olhos podem ver através de vídeos, fotos e livros como é conhecida pelo restante do Brasil. Talvez isto esteja no imaginário das pessoas tudo aquilo de forma diferente de como indígenas, rios e lagos, jacarés e outros, realmente são. Há um outro modelo ou imagem que passam dos povos amazônicos, principalmente ao europeu, assim como também às pessoas do próprio país que divergem seus conceitos e preconceito sobre esses povos.

Nesta região fronteiriça, habitam várias populações indígenas, no lado brasileiro estão os Cambeba (também chamados de Omaguas), os Cocama, Caixana, Witoto, Ticuna, Marubo, Mayuruna (ou Matsés), Matis, Kanamari e Kulina. Há ainda uns grupos em fase de identificação pela FUNAI, no Vale do Javari, no momento conhecidos somente como Corubo e Flecheiro, que têm suas raízes genéticas nesta região, que de certa forma nasceram, cresceram e vivem até os dias atuais. Esses povos são transfronteiriços. Cruzam as fronteiras sem a preocupação da nacionalidade, nem tampouco com o sentimento patriota, somente o de ser indígena. Há outros grupos que preferem viver uma vida mais pacata, mais simples, vivem nos lugares mais longínquos, nas cabeceiras dos rios e igarapés, em uma vida comum e fraterna com a terra.

Longe dos grandes centros, da tecnologia e muitas vezes, à margem da cidadania, essas populações ainda precisam lutar por direitos fundamentais, assegurados na constituição.



No Brasil e no Estado do Amazonas a maior etnia por número de pessoas é a Ticuna (IBGE, 2010).

Percebe-se que as características físicas desses povos fronteiriços quase não identificam suas etnias. Estes são identificados pela sua forma de ser, de acordo com seus hábitos e costumes, crenças e tradições. Geralmente estes indígenas possuem parentescos entre seu grupo ou entre outros grupos, por conta da mestiçagem, fato que não os deixa menos ou mais valorativo que o outro. Por outro lado, essa mistura interétnica reforça o sentimento de parentesco que, para os indígenas, possui um apreço muito grande e é de elevada importância. Outro entendimento é a forma de como se organizam para passar os conhecimentos, que embora já se tenha muito forte a educação formal, estas populações ainda se reúnem para passar os conhecimentos tradicionais adquiridos no seio da família e da comunidade.

Para o pesquisador Oliveira (1988), ao longo do tempo, os indígenas Ticuna, como outros povos, praticavam o cultivo de espécies nativas como a macaxeira, o cará, uma espécie de cana-de-açúcar, e outros tubérculos, que servem para a sua base alimentar.

De certa forma, os Ticuna não produzem só a agricultura de subsistência, dessa forma tiram a matéria prima somente para sobrevivência. No passado, a alimentação do povo Ticuna era baseada em carne de caça. O ato de pescar tinha uma importância mínima e era praticada com a tecnologia artesanal, própria, de cercados e envenenamento dos peixes com o sumo do timbó.<sup>3</sup> Com o passar dos tempos e com a influência das outras sociedades, os Ticuna deixaram a forma de caçar e pescar para adentrar na sociedade não indígena e urbana, abandonando seus hábitos e costumes primários para experimentar o novo gosto do consumismo de outras sociedades diferentes das suas. Por outro lado, a adesão dessas novas sociedades trouxe prejuízos, não somente a perda de aspectos culturais, mas o bem maior - a saúde, que ficou fragilizada como o consumo de alimentos industrializados e de outros elementos que foram levados para dentro das comunidades, diminuindo o interesse pela manutenção de sua cultura.

Para sobrevivência, as famílias aldeadas ainda cultivam a agricultura, as quais sofrem como o fenômeno da vazante e da cheia dos rios amazônicos. Nesse contexto,

---

<sup>3</sup> Nome dado a um cipó venenoso que era muito usado para pesca, onde ele era jogado nas águas e os peixes boiavam ficando mais fácil pegá-los.

tanto os indígenas quanto os ribeirinhos, ou homens do campo, necessitam estarem atentos para os fenômenos naturais que acontecem periodicamente nesta região.

Cada família Ticuna possui sua roça e a considera de sua propriedade. Não se trata de propriedade da terra, nem mesmo de propriedade coletiva. Nas roças da família trabalham, em geral, o pai, sua esposa e os filhos mais velhos que ainda não são casados. Os filhos homens, maiores e solteiros, poderão ter uma roça própria quando casarem. Os mais idosos têm também roças independentes de seus filhos e genros, mesmo quando moram na mesma casa.

As famílias sofrem bastante influência da cultura não indígena, o que se percebe é que são as novas gerações que atenuam essas mudanças. As famílias mais velhas não conseguem permanecer com suas tradições devido a visões associadas ao que realmente lhe faz parte a sua comunidade, como é o caso dos olhares externos, fazendo com que muitas vezes se descaracterize do que realmente é sua essência.

As moradias primeiras eram edificadas sobre estacas a fim de evitar a invasão das águas nas enchentes. Atualmente a arquitetura das casas mudou muito, muitas casas são cobertas com telhas de alumínio, descaracterizando a estrutura primária das primeiras casas construídas com tábuas feitas de paxiubas<sup>4</sup> com cobertura de palha.

As moradias tradicionais das populações ribeirinhas da Amazônia na região do Alto Solimões são as palafitas e as casas flutuantes. As casas que as populações da comunidade ribeirinha constroem são apropriadas para a vazante e a enchente. Já as casas flutuantes são construídas sobre toras de madeiras e adaptadas para boiar.

Há comunidades que possuem energia elétrica, contempladas com o programa Luz para Todos, do Governo Federal, e outras que ainda não têm. Em geral, as pessoas dormem em redes compradas no comércio nas cidades, mas ainda há um grande número que dormem em redes feitas de tucum confeccionadas pelos próprios indígenas.

---

<sup>4</sup> Angios palmeira de até 20 m (*Socratea exorrhiza*), nativa do Equador, Guianas, Colômbia, Suriname, Venezuela, Bolívia e Brasil (AC, AM, PA, MA, TO, GO, MT), especialmente em áreas alagadas, com características raízes-escoras, estipe fino e anelado, folhas pinadas e frutos ovoides, amarelo avermelhados, consumidos por ave da fauna, e cuja madeira é usada pela população ribeirinha e indígenas para a confecção de bengalas e tabuados, e pelos indígenas para a confecção de arcos, flechas e lanças.

Na margem dos rios da Amazônia, além das casas dos ribeirinhos, também são encontradas palafitas e flutuantes que funcionam como postos de combustíveis. Escolas e pequenos mercados que servem às populações locais.

**Figura 1 - Tipos de residências dos ribeirinhos no rio Solimões**



*Devido o período de cheia e a dinâmica dos rios da Amazônia os moradores ribeirinhos, muitas vezes, constroem suas casa em cima de madeiras leves, que flutuam, chamada na região de flutuantes. Além de servir para moradias, muitos moradores fazem pequenos comércios que auxiliam os moradores a não se deslocarem para as cidades.*

**Fonte:** Sebastiao Sousa, 2016.

Deste modo, forma-se um rico mosaico de diversidade cultural, social e étnico de comunidades remanescentes de povos indígenas e alguns quilombolas e inúmeras comunidades locais, ribeirinhos ou homem amazônico, conhecido também como “varzeiro<sup>5</sup>” ou “varjeiro” – na linguagem local amazônica, vaqueiros, pescadores artesanais, extrativistas, seringueiros, dentre outros que compõem a riqueza populacional da Amazônia.

Os instrumentos agrícolas utilizados pelos Ticunas são basicamente o terçado, o machado, a enxada e o forno de torrar farinha. Essas ferramentas de trabalho utilizados no seu cotidiano são compradas nas cidades vizinhas, como a de Tabatinga e principalmente em Letícia, na Colômbia. Alguns machados e fornos de farinha foram doados pela FUNAI, como incentivo à agricultura familiar e para o indígena não se deslocar de suas comunidades. Ainda podem ser adquiridas em pequenos comércios, instalados na própria aldeia por moradores com mais recursos, e que vão mais vezes à cidade. Estes também fornecem as ferramentas necessárias à produção, principalmente o terçado, que é o de maior demanda.

<sup>5</sup> Nome dado pelos colonizadores aos moradores das margens dos rios da Amazônia, ou mesmo, utilizado no sentido de “categoria social” amazônica manifestada em aspectos regionais econômicos (seringueiro, *varzeiro*, marajoara etc.).

**Figura 2 - Indígenas Ticuna na agricultura**



*É comum nesta região encontrar famílias Ticunas indo para o roçado. O interessante é que as crianças também acompanham os pais nas atividades da lavoura, assim como em outros afazeres domésticos, fortalecendo assim os laços familiares e a vivência em comunidade.*

**Fonte:** Sebastiao Sousa, 2016.

Segundo a Coordenação Regional (CR Alto Solimões) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), vivem nesta região cerca de 460 mil índios, distribuídos entre 225 comunidades indígenas, sendo aproximadamente 0,25% da população brasileira.

A Amazônia é, certamente, um dos complexos territoriais mais importantes do Brasil e de certo, do planeta. Possui traços únicos que lhe cedem afeições tradicionais e modernas. Apresenta um quadro diversificado de ocupabilidade que vai desde o usufruto e exploração da terra até aos processos de empregabilidade no âmbito da industrialização.

**Figura 3 - Festa na comunidade de Filadélfia - Benjamin Constant/ AM**



*Comunidade indígena Ticuna na comunidade de Filadelfia em Benjamin Constant, em festa. Comemorando o encerramento do curso de licenciatura para professores indígenas do alto solimões. Momentos de muitas alegrias pela conquista e pelo termino do curso.*

**Fonte:** Sebastiao Sousa- 2015

Engendram relação de poder autoritários consubstanciados no mandonismo, o que torna difícil a interlocução dos trabalhadores com o poder local. A foto acima representa uma reunião dos indígenas Ticuna em sua organização social. Desta forma, os Ticuna buscam confraterizar e organizar sua vida em sociedade.

Na Constituição Federal de 1988, (p. 23) os direitos dos indígenas estão expressos em um capítulo específico (Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo VIII, Dos Índios) com preceitos que asseguram o respeito à organização social, aos costumes, às línguas, crenças e tradições. “A população indígena hoje no Brasil tem o direito de buscar maior integração, bem como de se manter intacta em sua cultura, aldeada, se assim entender que é a melhor forma de preservação”.

As relações que os Ticunas têm com os não indígenas localizados na região do Alto Solimões no Amazonas são comuns em seu dia a dia. Atualmente, os Ticunas vinculam-se à cidade principalmente em busca de acesso aos benefícios sociais, ao comércio, à saúde, à educação escolar e ao lazer.

Das principais motivações para os Ticunas frequentarem os espaços urbanos, além do comércio, são a diversão e a escola. Os indígenas estão cada vez mais interessados que seus filhos frequentem escolas não indígenas, no discurso que estas são melhores que as suas. Todas as cidades da região possuem barzinhos, que se constituem na maior distração das pessoas, inclusive dos indígenas, um lugar de encontro e sempre com música dos vários gêneros que se escutam no Brasil e nos países de fronteira, às vezes com músicas ao vivo onde se improvisa bailes.

A população Ticuna que mora nas cidades apropria-se de vários espaços para se divertir. Nas danceterias, praça, sorveteria, lugares de banho e centros para a prática de atividades esportivas. Dá-se a atenção, sobretudo aos jovens que estão sempre informados dos eventos acontecimentos na cidade (shows, torneios, festas e outros), pelo fato de escutarem a rádio local, a televisão e também por uma cadeia de informações que se faz entre eles, amigos e colegas não-Ticuna.

A Amazônia, palco do colonialismo que não cessa, tem a vida social retratada pela violência contra os seus povos e as suas riquezas, clamando por uma justiça social que sabe não ser possível sem a devida justiça ao modo como seus povos desejam continuar vivendo em seus territórios e como mobilizam, historicamente, um conjunto de saberes.

Para Loureiro (2009), a ecologia de saberes amazônicos começa a ser ameaçada pelas políticas desenvolvimentistas, implantadas desde o último quartel do

século passado e que, atualmente, estão a serviço da atual lógica do mercado internacional, balizadas pelas atividades produtivistas. (LOUREIRO 2009, p. 54).

As histórias da região amazônica, quanto mais conhecidas e exploradas, surpreendem com aspectos característicos, oferecendo uma visão de mundo mais ampla, embora numa cultura heterogênea e complexa como a da Amazônia.

Narrativas lendárias como a do boto fornecem uma compreensão privilegiada dos significados e mitificações sobre os quais os mundos são construídos. A Amazônia, portanto, apresenta uma riqueza cultural bem vasta e diversificada, que acaba por tornar-se o da formação cultural de cada povo dessa imensa área geográfica, que representa a vida e a história de cada povo.

A região Norte sempre teve uma relação diferenciada com o dominante nacional, evidenciando-se certa distância entre a sociedade nacional e a sociedade amazônica. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que há uma distância entre a instância política de mediação e de proteção da soberania e a nação/região enquanto povo.

Para Chauí (2000), a Nação neste contexto é entendida como o espaço político-social de um povo com seus usos, costumes, tradições, língua, divisão econômica, étnica, racial e organização política. Assim destacou a autora:

O termo nação deriva do latim *nascor* correspondente ao verbo nascer. Este verbo associado a um substantivo da mesma regência verbal denominado *natio* vai dar origem à palavra nação que significa parto de animais, o parto de uma ninhada. “Por significar o parto de uma ninhada”, a palavra *natio*/nação passou a significar, por extensão, os indivíduos nascidos ao mesmo tempo de uma mesma mãe, e depois, os indivíduos nascidos num mesmo lugar” (CHAUÍ, 2000, 14).

A nação, o chão em que se nasce os costumes cultivados, a língua do povo, parecem como elementos indissolúveis. Sua relação é clara e direta, indissociável em uma única verdade nacional.

Na Amazônia, o conjunto de povos indígenas ou de outras culturas não indígenas como os seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e outros contribuiu para uma riqueza cultural que poucos conhecem. Eles aprenderam a utilizar os recursos, devido sua longa experiência dentro da floresta e se tornaram importantes para a ciência e a tecnologia moderna. Na Amazônia legal (área que engloba nove estados brasileiros pertencentes à Bacia Amazônica), existe uma diversidade de povos que são organizados em nação ou clãs. Todavia, para os povos amazônicos, o termo

nação usados por estes não é o mesmo que se usa para categorizar o Estado/nação, mas para identificar os grupos existentes dentro de suas organizações e manter suas hierarquias.

Abrantes (2002) coloca que esses povos, na perspectiva de buscar alternativas para o desenvolvimento da região amazônica, têm como uma questão central o uso sustentável dos recursos naturais. Por outro lado, há a compatibilização dos interesses das indústrias de base biotecnológica sobre os interesses das populações tradicionais detentoras do conhecimento, para exploração de seus saberes.

Neste contexto de um mundo globalizado, o uso econômico sustentável da incalculável riqueza da biodiversidade da Amazônia se constitui num dos grandes desafios dessa imensa região, tanto no processo de aproveitamento da vocação regional com base na exploração sustentável dos recursos naturais por meio da tecnologia, como na agregação de valor aos produtos.

Assim sendo, as populações amazônicas são chamadas de tradicionais. Para Santilli, o conceito de populações tradicionais, desenvolvido pelas ciências sociais e incorporado ao ordenamento jurídico, somente pode ser compreendido com base na interface entre biodiversidade e sociodiversidade (SANTILLI, 2005, p. 124). Segundo o autor, a categoria “populações tradicionais” já é relativamente bem aceita e definida entre os cientistas sociais e ambientais. Embora, faça considerações a respeito das dificuldades conceituais encontradas nesta definição:

Ainda que alguns antropólogos apontem as dificuldades geradas pela forte tendência à associação com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico e considerem o conceito “problemático” em face da forma diversificada e desigual com que os segmentos sociais se inserem na Amazônia socioambiental, a categoria “populações tradicionais” tem sido bastante reconhecida em sua dimensão política e estratégica. (SANTILLI, 2005, p. 124-125).

Para Léna, existem algumas dificuldades de conceituar a categoria “populações tradicionais”, pois há um entendimento que:

A categoria “populações tradicionais” formada por vários grupos humanos (quilombolas, ribeirinhos, jangadeiros, sertanejos, indígenas, etc.) constituem ambiguidades, pois misturam categorias nativas, sociológicas e políticas. Essas ambiguidades dificultam a definição de políticas adaptadas. Sendo assim, certas populações parecem ter um estatuto bem definido hoje, como é o caso das populações indígenas, dos seringueiros e dos quilombolas,



outras nem tanto, como é o caso dos ribeirinhos. São construções elaboradas para fins jurídicos. (LÉNA, 2002, p. 18).

A composição das sociedades da Amazônia, a partir das conquistas e da colonização, mesclava-se com a presença dos espanhóis, ingleses, franceses, holandeses e portugueses, que implantavam seus modelos de colonização. Desses povos, alguns grupos vinham com objetivos diversos. Os missionários para evangelizar e catequizar os indígenas – como é o caso dos espanhóis, os militares para “guarnecer” as fronteiras e os bens naturais, e outros com seus respectivos interesses.

**Figura 4 - Transportes dos povos indígenas Ticuna**



*Durante o período de cheia dos rios da Amazônia é comum encontrar moradores indígenas se deslocando de suas comunidades para as cidades nesse tipo de transporte, para fazerem compras ou receberem benefícios das políticas sociais do governo federal. Assim como utilizam para visitar seus parentes, escoar seus produtos e para irem às reuniões e assembleias.*

**Fonte:** Sebastião Sousa, 2016.

A figura acima ilustra a calma desses povos amazônicos em seu dia a dia. As comunidades são sempre construídas à margem dos rios, também denominado de beira de rio, daí o nome ribeirinha, apresentando características bastante peculiares, como a disposição das suas construções, a homogeneidade física dos seus habitantes, suas rotinas e modo de viver.

Uma das características comuns de todas as aldeias é que as casas são fabricadas de acordo com o recurso natural disponível mais próximo, inclusive os comprados nas cidades. Há vários tipos de construção nas comunidades, há casas



construídas de tábuas e zinco, taipa ou de palha, essas duas últimas usadas apenas pelos moradores das cabeceiras dos rios e igarapés.

Conhecer um pouco da realidade amazônica, o meio em que o povo ribeirinho está imerso, bem como aprender sua história, certamente nos capacitará a melhor entender o porquê eles vivem e agem de forma tão diferente dos demais moradores do Brasil. Não que seja errada, como muitos julgam, mas por ser diferente.

As populações indígenas, com mais de uma centena de línguas diferentes no país, estão em grande parte localizadas em reservas que hoje ocupam mais de 15% de todo o território amazônico (IBGE, 2010). Até a década de 1960, as principais atividades econômicas estavam ligadas ao extrativismo, sobretudo o da borracha, e à pesca.

Após esse período se inicia a ocupação da região, através de grandes projetos de colonização e posteriormente através da grande mineração de ferro, bauxita e ouro.

O impacto resultante dessa ocupação rápida e desordenada foi o aumento rápido do desmatamento à poluição dos rios, principalmente pelo mercúrio.

A ocupação humana na Amazônia se deu inicialmente pelas etnias indígenas e posteriormente por colonizadores europeus e migrantes nordestinos, que se fixaram em região da várzea, devido aos recursos oferecidos pelos rios e igarapés e a alta fertilidade dos solos aluvionais, desenvolvendo basicamente duas atividades a lavoura e a pecuária, em pequena escala.

As várzeas foram, dessa forma, tradicionalmente habitadas por ribeirinhos que plantam pequenas roças de mandioca, banana, verduras e outros alimentos de cultura perene. Estas atividades foram complementadas pela caça, pesca, criação de animais e extração de produtos como a castanha-do-pará, a pupunha, o açaí e muitos outros.

**Figura 5 - Mapa da Mesorregião do Alto Solimões**



*Mapa da mesorregião composta por nove municípios onde se encontra a maior concentração do povo Ticuna na região do Alto Solimões.*

**Fonte:** Blog Paulo Almeida, 2016.

Conforme dados do IBGE (2005), o Território da Mesorregião do Alto Solimões/AM abrange uma área de 214.217,80 Km<sup>2</sup> e é composto por 09 municípios: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins. A população total do território é aproximadamente de 224.068 habitantes, dos quais 94.007 vivem na área rural, o que corresponde a 41,95% do total. Possui 9.461 agricultores familiares, 2.104 famílias assentadas e 37 terras indígenas.

Almeida (2013) acentua que a sub-região do Alto Solimões, possui uma localização estratégica em relação ao Arco Norte da Faixa de Fronteira, nela encontra-se a principal porta de entrada da parte ocidental da Bacia Amazônica, constituindo-se num dos principais corredores de integração sul-americana, o do Rio Solimões/Amazonas.

A Mesorregião do Alto Solimões detém importância geopolítica, por ser área de fronteira, aqui no caso, com Peru e Colômbia. Nela estão inseridos nove municípios: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa. A população aproxima-se de 200 mil habitantes, em uma área de 214 mil km<sup>2</sup>. Para aqueles que gostam de comparações, isto corresponde ao tamanho da área ocupada pelos estados de Sergipe, Alagoas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba e ainda caberia o Distrito Federal. Como em toda a região amazônica, a densidade demográfica desta mesorregião também é baixa: 0,93 hab./Km<sup>2</sup>. (ALMEIDA, 2013).

Nesta sub-região da Faixa de Fronteira encontram-se unidos os territórios dos maiores países amazônicos: Brasil, Peru e Colômbia. Além disso, cabe salientar que se trata da região mais preservada da floresta amazônica e onde se localiza uma das maiores comunidades indígenas da Amazônia, as comunidades do povo Ticuna. Elas

estão distribuídas ao longo das margens do rio Solimões e seus principais afluentes. Os Ticuna estão presentes nos três países fronteiriços, marcando fortemente a identidade da sub-região.

Com vastos territórios e carência de infraestrutura de transportes, predominantemente ou exclusivamente fluvial, o acesso da população da região aos serviços de saúde, saneamento, educação e comunicações se vê altamente dificultado, além de haver permanente escassez de recursos humanos qualificados para a saúde na região.

A ocupação esparsa representa uma dificuldade a mais para a vida das pessoas no Alto Solimões, pois dificulta o acesso aos benefícios da infraestrutura moderna da sociedade não indígena e de serviços de qualidade a essas populações. Não somente os indígenas, mas todas as populações das principais cidades da região carecem de serviços básicos, como água potável (tratada ou de poço artesiano controlado), gerando um círculo vicioso de doenças tropicais de veiculação hídrica e falta de saneamento que acaba por minar ainda mais a saúde.

A maior concentração indígena Ticuna está no município de Tabatinga, seguido de São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Iça, Benjamin Constant, Amaturá e Tonantins. Cabe salientar que Tabatinga é o menor município em extensão territorial da Mesorregião.

A expansão econômica e capitalista na Amazônia na região do Estado do Pará acontece sob o condicionamento dos agentes externos, promovendo a exploração produtiva com consequências danosas à sociedade local, alterando as dinâmicas do território e as relações socioeconômicas.

Com isso, intensificando as lutas de resistência e os conflitos pelo poder. Saifi e Dagnino (2011) apontam que os modelos de desenvolvimento econômico adotados no país se baseiam na especialização e exportação de commodities e de recursos energéticos hídricos, pensando no crescimento econômico, em detrimento aos investimentos em industrialização e em fontes energéticas limpas e renováveis, cujo ciclo econômico é tido como mais virtuoso em termos de sustentabilidade.

A extração de madeiras foi uma das principais atividades econômicas no Alto Solimões até aproximadamente o final da década de oitenta. Os diversos problemas decorrentes dessa atividade culminaram com a proibição da retirada de madeira na região, provocando uma crise econômica sem precedentes.

Muitas serrarias fecharam e atualmente encontra-se um número bastante reduzido tanto de serrarias como de movelarias ainda em funcionamento. A mão de obra dispensada dessas madeiras acabou sendo em parte absorvida por atividades ilícitas como o tráfico de drogas.

A base produtiva da Mesorregião está calcada no extrativismo - madeira em toras, castanha e frutas e na agricultura da mandioca, da banana, melancia, verduras e frutas de agriculturas itinerantes. Nesta região o município de Amaturá é o grande exportador de castanhas, e isso produz um aumento no índice de desenvolvimento do município.

Por outro lado, a desigualdade socioeconômica interna, medida pelo índice de desequilíbrio interno, apontou os municípios de Amaturá e Santo Antônio do Içá, também no Estado do Amazonas, como os de maior desequilíbrio, situação que não é muito melhor nos demais municípios da região, à exceção de Benjamin Constant que apresentou desequilíbrio médio (IBGE, 2010).

Este elevado desequilíbrio sugere a necessidade de políticas de desenvolvimento diferenciadas para os diversos grupos que compõem a sociedade local. A economia da Mesorregião, segundo o IPEA (2006) contribui com menos de 2% do PIB estadual (concentrado na Zona Franca de Manaus).

Os múltiplos usos dos recursos florestais e hídricos e a variedade de agentes sociais evidenciam a complexidade dos fenômenos associados à sociodiversidade amazônica e às estratégias diferenciadas de povos tradicionais face a seus direitos territoriais.

As oposições a estes usos, por interesses que pressionam o mercado de terras, evidenciam os inúmeros conflitos sociais por acesso a terras e água, que dispõem as comunidades tradicionais num cenário de incertezas face ao futuro.

No Alto Solimões, os conflitos socioambientais gerados em torno da disputa pelo controle do acesso a recursos naturais evidenciam a maneira como as comunidades indígenas concebem o espaço e manipulam de forma instrumental a noção de território.

De um lado, está o território das comunidades, construído pelas ações cotidianas do grupo social agindo sobre o ambiente, atribuindo significado e transformando o espaço biofísico. De outro lado, está o território mais englobante, a terra indígena, que remete ao processo político de territorialização referido por Oliveira (1983).

Na mesorregião do Alto Solimões, na fronteira tríplice Brasil, Colômbia e Peru, as tensões sociais têm aumentado, devido à intensificação da ação ilegal de madeireiros, garimpeiros, empresas mineradoras e pescadores comerciais envolvendo terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, ribeirinhos e comunidades agroextrativistas.

Apesar das populações indígenas serem acusadas pela população não indígena de serem más gestoras dos recursos naturais existentes em seus territórios, e apesar dos conflitos que surgem com o estabelecimento de regras que visam controlar o acesso a estes recursos, constata-se que nas terras indígenas a proteção da biodiversidade ocorre com um custo muito baixo para o Estado, pois é realizada por aqueles que ali residem e se interessam por elas.

Nesta região, o setor industrial não é inexpressivo possui poucas serrarias, pequenas movelarias e olarias com produção destinada ao mercado que abastece o local.

O poder aquisitivo da população é baixo. Estima-se que grande parte da renda provenha de salários do funcionalismo público federal, estadual e municipal e em torno de 10% de transferências governamentais, como aposentadorias, pensões e programas oficiais com renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego, apontando um baixo nível de atividades produtivas em geral.

Outro aspecto importante é a pesca, que coloca o pescado em situação privilegiada na economia regional através da exportação de grande volume de peixe para a Colômbia. Este fato é citado pela maioria dos atores regionais como um problema que prejudica a região, pois em geral é feita de forma irregular. A exportação regular do peixe exige uma série de procedimentos legais, com a Receita Federal e o IBAMA, que não vêm sendo atendidos pelos pescadores da região e pelos importadores colombianos.

A baixa qualificação da mão de obra local é um entrave importante para o desenvolvimento. A falta de acesso da população à educação de qualidade (principalmente aos ribeirinhos localizados em áreas distantes das sedes municipais) impede a formação de profissionais capacitados para tomar para si os desafios do desenvolvimento.

Desse modo, a região depende permanentemente de recursos humanos externos para a implementação de projetos econômicos que demandem uma formação mais especializada, além da dificuldade de atração de profissionais

especializados para a região, como médicos ou outros profissionais de áreas especializadas.

A Microrregião do Alto Solimões constitui-se, recentemente, objeto de atenção de políticas de desenvolvimento provindas tanto do Governo Federal quanto do Governo Estadual, materializadas em dois programas: no âmbito federal, o Programa de Desenvolvimento para as Mesorregiões Diferenciadas (PROMESO) e no âmbito estadual, o Programa Zona Franca Verde. Os dois programas colocam o desenvolvimento sustentável como base conceitual das suas ações.

O PROMESO apresenta-se como um programa de desenvolvimento integrado e sustentável para Mesorregiões qualificadas como diferenciadas. De início o programa realizou ações no sentido de constituir um Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável, além da preparação para a organização de um Consórcio Intermunicipal.

O programa Zona Franca Verde realizou encontros de discussão dos problemas da Microrregião do Alto Solimões, no sentido de planejar suas ações de modo consistente. O elo conceitual destes dois programas concretiza-se pela adoção do conceito, de desenvolvimento sustentável, genericamente e sustentabilidade.

A densidade institucional, como medida da relevância da ação institucional nos municípios do Alto Solimões, apontou uma situação um pouco melhor nos municípios de Benjamin Constant e Tabatinga, média em São Paulo de Olivença, Jutai e Santo Antônio do Içá e baixa em Atalaia do Norte, Amaturá e Tonantins. A concentração de instituições governamentais em Tabatinga reflete bem o seu papel de polo regional, ao lado de Benjamin Constant (antigo polo regional).

A Microrregião do Alto Solimões, como toda a Amazônia, insere-se historicamente no contexto de expansão do capital mercantil europeu, do século XVI. O resultado da disputa territorial entre espanhóis e portugueses reflete na atual localização da Microrregião que hoje se limita com o Peru e a Colômbia, países que ficaram sob o domínio espanhol.

A dimensão social do desenvolvimento sustentável implica no reconhecimento da alteridade e sociodiversidade dos povos da Amazônia e na reconstituição da ecologia humana dos povos remanescentes, enquanto protagonistas do desenvolvimento regional sustentável da Amazônia, particularmente, da Microrregião do Alto Solimões.

Contudo, a desigualdade socioeconômica interna, medida pelo índice de desequilíbrio interno, apontou os municípios de Amaturá e Santo Antônio do Içá como os de maior desequilíbrio, situação que não é muito melhor nos demais municípios da região, à exceção de Benjamin Constant que apresentou desequilíbrio médio. Este elevado desequilíbrio sugere a necessidade de políticas de desenvolvimento diferenciadas para os diversos grupos que compõem a sociedade local.

O alto Solimões dispõe de áreas próprias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade amazônica. Duas Unidades de Conservação Federais se encontram nos municípios de Amaturá, Jutaí e Santo Antônio do Içá, a Reserva Ecológica Nacional Jutaí e, neste último, a Área de Relevante Interesse Ecológico Javari-Buriti. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, criada em 1990, pelo Governo Estadual, tem 40% de sua área localizada no município de Fonte Boa, pertencente à Microrregião.

Para o historiador Oliveira, (1988, p.45) “a composição das sociedades da Amazônia, a partir da conquista e da colonização se mesclava com a presença dos espanhóis, ingleses, franceses, holandeses e portugueses, que implantavam seus modelos de colonização”.

Os cientistas, cronistas e historiadores aportavam na Amazônia, interessados em registrar o potencial mineral e vegetal do ambiente, numa tentativa de explorar a região.

Muitos utilizavam-se de recursos da literatura, e da retórica salvacionista e reducionista que denotam conformismo e mistificação de um importante passo da evolução humana, ao mesmo tempo representativa da mais explícita exploração do homem.

A ideia de que os povos da Amazônia mantêm um modo de vida estritamente tradicional rural não deve ser considerada, tal como se vivessem de modo primitivo e parado no tempo. Suas manifestações culturais e sociais se expandem pelo espaço urbano e rural, assimilando algumas práticas e rejeitando outras. Ainda que reproduzam manifestações ditas tradicionais em suas vidas cotidianas, não se pode afirmar que esses grupos sociais não estejam inseridos em um processo de transformação cultural, ou de hibridismo cultural, levando em consideração a formação atual desses povos que receberam contribuições de diversas culturas.

Conhecer a história social da Amazônia sem introduzir o período que antecedeu a chegada dos europeus torna-se um desrespeito às populações que já

povoavam a região e que vinham, milenarmente, construindo a sua história social. A perpetuação de suas histórias é guardada através dos mitos e das lendas do povo.

Esses eventos históricos, que tornam a Amazônia, surpreendentemente complexa e diversificada, sobretudo, soberana de um perfil civilizatório europeu mesclado com a sociedade indígena aqui encontrada. Atualmente o povo da Amazônia está dividido em várias etnias, ainda as sociedades não indígenas, os negros ou quilombolas que formam a civilização amazônica. A maioria destas populações é composta pelos indígenas que moram a beira dos rios e igarapés.

No Estado do Amazonas, todas as cidades têm sua vida pautada pela sua relação com as águas e com os rios. Onde algumas destas têm como único meio de transporte, o rio e suas variações nos regimes fluviais que impactam diretamente as funções da vida urbana e das comunidades.<sup>6</sup>

As cidades localizadas ao longo da calha do rio Solimões vivenciam esta realidade. Este impacto pode, no seu limite, implicar em mudança de ciclo ou pode implicar em desarticulação das cadeias produtivas. As situações climáticas extremas, cheias ou secas muito extensas, impactam diretamente o funcionamento dessas cidades, em especial a sua dinâmica social, econômica e comercial.

Na Colômbia se localizam nos municípios de Letícia e Porto Nariño. No Peru no departamento de Loreto, na província de Mainas, e nos distritos Ramón Castilla e Yavarí ou Javari. No Brasil nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Tefé, Santo Antônio do Içá, Jutái, Anamá, Beruri, Amaturá, Tonantins, Uarini e Alvarães.

Assim, é constituído esta região, composta de mistérios, contos, lendas, crenças, histórias, cosmologia que interpreta o modo de vida e de viver, em espaços amazônicos.

Os povos indígenas incluídos nesta categoria são os que ocupam as áreas menos acessíveis e que estão mais distantes das rotas de mercado. São populações

---

<sup>6</sup> O modo de vida amazônico decorre da dependência que os ribeirinhos e as comunidades tradicionais têm do rio. “O rio influencia, inclusive, a própria construção das casas do ribeirinho, uma vez que são sempre construídas de frente para o rio, as quais podem ser vistas pelas grandes embarcações que navegam nos rios amazônicos, evidenciando que o rio possui um alto poder simbólico para ribeirinhos” (LIRA; CHAVES, 2016, p. 73). Uma mostra visual de como o modo de vida amazônico se desenvolve é dado pelo trabalho de Nascimento e outros, intitulado *O modo de vida do idoso ribeirinho amazônico em imagens e linguajar cultural*. Os autores demonstram como a vida tem outro ritmo, seguindo o curso dos rios da Amazônia, com épocas de cheias e épocas de secas, metaforicamente falando.



que ainda mantêm inalterados seus conhecimentos mitógenos sobre o ambiente natural.

O território ocupado pelo grupo é objeto de verdadeiros zoneamentos socioambientais nativos. Os recursos naturais são localizados e categorizados conforme a pertinência a certos segmentos sociais ligados ao parentesco e à mitologia - aldeias, clãs, linhagens, parentelas, dialetos regionais, áreas sagradas e outros, o que permite o comércio autóctone e uma ampla circulação de recursos geograficamente circunscritos.

Em termos de sustentabilidade ambiental, estes espaços de pouca circulação econômica estão associados a uma pressão ambiental pouco expressiva, porque a demanda por recursos naturais é alta, mas que reflete somente o caráter das necessidades materiais dos grupos.

Na avaliação do IBGE (2010), o povo brasileiro é caracterizado pela miscigenação, ou seja, pela mistura entre grupos étnicos. A diversidade étnica da população brasileira é resultado desses mais de 500 anos de registro de história. Em que aconteceu a mistura de basicamente três grupos, indígenas, como povos nativos, os não indígenas ou brancos conforme a literatura, sobretudo portugueses e os negros, escravos.

Os povos indígenas, pela força de Lei têm o direito de escolher como querem conduzir suas vidas, sua cultura, preservar ou não seus costumes. Não se pode conceber a ideia de imposição cultural em um país que muito se fala em direitos à diversidade, principalmente em discursos midiáticos que detêm o poder de influenciar opiniões e até de ditar regras.

Só se compreende esses grupos sociais se conhecer seu cotidiano. É necessário considerar o contexto histórico no qual estão inseridas suas manifestações e práticas culturais.

Entender o modo de vida dos sujeitos indígenas que habitam a Amazônia não significa apenas descrever a riqueza dos seus recursos naturais, mas, sobretudo, compreender sua cultura e sua história. O povo Ticuna vive no chamado Trapézio Amazônico, região fronteira entre os três países.

**Figura 6 - Crianças ribeirinhas**



*Grupo de crianças ribeirinhas que após a saída da escola, caminham em direção as suas residências. Caminham por pequenas estradas feitas pelos pais e que geralmente acompanham as margem do rio até chegarem em suas casas.*

**Fonte:** Sebastiao Sousa, 2016.

Esse povo manteve os primeiros contatos com os jesuítas ainda no século XVII. Sofreram as consequências da exploração da borracha na virada do século XIX em violentos confrontos com os seringalistas, exploradores de madeiras e outros invasores que buscavam especiarias da natureza.

A matriz étnica da região amazônica tem sua base na família indígena, que se espalhava e se espalha em grupos independentes. Essa mestiçagem foi estimulada oficialmente pelos colonizadores. Mesmo com a mistura forçada, foi gerado um tipo racial mais indígena que não indígena.

A característica nativa mudada geneticamente pela influência dessa mistura resultou em um sujeito sem identidade própria. Identificado como um povo novo, uma nova raça, que se multiplicava, fruto da invasão europeia, que se desenhou ao longo da história, atingindo a sociedade nativa material, social e moralmente.

A Amazônia não pode ser definida por uma única história, existem questões sociais, políticas, econômicas culturais e particulares que precisam de um olhar minucioso. Não se pode permitir que a história continuasse a ser contada dentro de padrões pré-moldados pela colonização.

Devido a suas características geográfica e étnica, essa Mesorregião, envolvida historicamente em conflitos por terra e água, tem em comum entre os municípios impasses envolvendo, muitas vezes, os próprios poderes executivos.

Alguns desses litígios se arrastam por anos e seu final não parece se descortinar a curto ou médio prazo. As atividades econômicas das populações

indígenas encontram-se subordinadas aos interesses que controlam a comercialização dos produtos oriundos de práticas extrativistas e pesqueiras, e por último, da agricultura itinerante.

Para o senhor Luis Ataíde, historiador local, na época colonial, Portugal fundou, em 1766, o Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga visando impedir o avanço da coroa espanhola na área da Amazônia brasileira. A localização da cidade já indicara uma posição estratégico-militar, visto que se tratava do lugar mais estreito do Rio Solimões, propício para instalações de artilharia contra embarcações inimigas.<sup>7</sup>

Do tempo de colonização até os dias atuais aconteceram muitas transformações. As mais relevantes que marcaram a cidade de Tabatinga aconteceram a partir do século XIX, pois, em 1840, o Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga foi destruído e em seu lugar ergue-se um povoado, que hoje é a cidade de Tabatinga.

A partir do ano de 1850, o povoado cresceu e foi transformado em freguesia, devido ao surgimento de expansão da exploração do látex no entorno, sendo o auge dessa atividade entre o final de 1870 e início do século XX.

Em 1938, Tabatinga passa a ser administrada pela zona distrital do município de Benjamin Constant, que naquela época referendava a centralidade das relações nesta parte da Amazônia brasileira. Em 1967, em meio ao contexto de militarismo no país e devido a sua importância estratégica no que tange à fronteira, Tabatinga se torna colônia militar, por ser lugar propício para invasões e fugas.

A partir daí a cidade começa a receber equipamentos urbanos com foco prioritário no atendimento aos militares, como ampliação da oferta de serviços administrativos relacionados à energia, escolas e hospital.

Ao longo de quase trezentos anos, Brasil, Peru e Colômbia disputaram os limites de suas fronteiras políticas, enquanto à margem das decisões oficiais, uma população, uma cultura e uma economia regional iam se formando. Do

---

<sup>7</sup> O crescimento das cidades no Amazonas se deu ao longo das calhas dos rios. O desenvolvimento dessas povoações demonstra uma diferença significativa da infraestrutura dos municípios pertencentes à calha do rio Amazonas, em comparação com os municípios pertencentes à calha do rio Solimões. Historicamente, a ocupação antrópica da Amazônia foi iniciada em 1616, na busca das “drogas do sertão” e a construção do Forte do Presépio (Belém/PA). Num primeiro momento, foram construídas “aldeias missionárias” para garantir o comércio das drogas do sertão, que se tornaram especiaria extremamente rentável a partir de 1650. A partir da política de Marquês do Pombal, muitas aldeias missionárias foram elevadas à categoria de Vila. Entretanto, houve um longo período de estagnação econômica, afetando o crescimento das cidades da região. Uma segunda fase do desenvolvimento urbano foi iniciada com o *boom* da extração da borracha, compreendido entre 1850 e 1920. Com o fim do ciclo da borracha, nova estagnação atinge a região a partir de 1920. Para mais informações, ver SCHOR; MARINHO, 2013.

ciclo da borracha no século XIX até o *boom* da cocaína nas décadas de 70 e 80 do século passado, a região conheceu tanto a opulência das fortunas rápidas quanto a decadência do esvaziamento econômico. As cidades pouco guardaram desses breves períodos de fartura, com exceção dos antigos casarões dos chefes do tráfico e a variedade étnica e cultural de uma população imigrante. (ATAIDE, 2016, p. 54).

A tríplice fronteira – onde se encontram as cidades de Tabatinga (BRA), Letícia (COL) e o território do Peru denominado Ilha de Santa Rosa – é uma região marcada pelo constante deslocamento de pessoas migrantes.

É um espaço tão flutuante quanto as pequenas casas que boiam sobre o rio Solimões, próximas aos portos. A Ilha de Santa Rosa no Peru, que recebe esse nome devido ela ficar submersa no período de cheia, apresenta em seus arredores muitas balsas flutuantes. Lá estão instalados os comércios, onde vendem em varejo e atacado, gasolinhas, mercadorias e outros. Devido aos produtos não virem carregados de taxas de imposto, como é o caso do Brasil, os preços são bem mais baratos, o que atrai muitos compradores de Tabatinga e da cidade de Letícia do país vizinho Colômbia. Portanto, há uma dinâmica no movimento comercial que sustenta e abastece a região.

As três cidades, todas se localizam às margens do rio Solimões, fazem dos rios suas ruas para o movimento diário, tendo como transportes as canoas de madeira ou alumínio com motores na popa, que são chamadas de rabetas<sup>8</sup> ou peque-peque.

Nenhum obstáculo marca a mudança de território para quem passa pela Avenida da Amizade entre Letícia (COL) e Tabatinga (BRA), ou vice-versa. Há apenas duas cabines dos respectivos exércitos de cada lado da fronteira, e um pequeno marco de fronteira com uma velha placa com dizeres oficiais.

As culturas e as identidades entre as cidades são expressas de várias formas, à medida que sai de Tabatinga (BRA) e se adentra pelas ruas de Letícia (COL), não se ouve as músicas modistas brasileira como é o caso do ritmo do brega e passe-se a ouvir o som dos valleanatos. Os letreiros comerciais e placas de sinalização passam a serem escritos na língua espanhola.

As fronteiras aqui se refletem no trânsito intenso e na troca constante de mercadorias, idiomas e saberes, não apenas entre as duas cidades, mas também

---

<sup>8</sup> Embarcações típicas da região de fronteira Brasil, Colômbia e Peru que consiste em uma canoa com um motor na popa com uma extensão longa chamada de rabo, ou rabeta.

entre os diferentes países, a cidade e a floresta, as terras indígenas e os territórios nacionais.

Entre os países Brasil e a Colômbia estes processos são mais aparentes, também se envolve o Peru e outras tantas nações indígenas. Em apenas dez minutos de bote, cruzando o rio Solimões, se chega à comunidade ribeirinha de Santa Rosa, no Peru.

A proximidade deste país permite que um grande número de peruanos migre para Letícia e Tabatinga, compondo a classe trabalhadora mais pobre e explorada. Além deles, esconde-se sob a denominação genérica de indígenas uma grande diversidade de etnias.

Nesses três países, o povo Ticuna é o de maior expressão populacional. Seu território atravessa as fronteiras brasileira, colombiana e peruana. Apesar da divisão imposta pelas fronteiras geográficas e nacionais. Os Ticunas se consideram um único povo. Com frequência visitam familiares e participam dos rituais e eventos sociais nas comunidades dos diferentes países.

Segundo o historiador Ataíde (2016), Tabatinga é assim chamada devido a sua composição do solo, de formação argilosa, assim como muitos da Amazônia.

O município de Tabatinga localiza-se na parte oeste do Estado do Amazonas, na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru. Apesar de já existir a muito tempo, teve seu registro como município somente no ano de 1983. O município faz fronteira seca como a cidade Colombiana de Leticia. Nesta cidade a comercialização de recursos florestais, pesqueiros e outros naturais são explorados sem nenhum controle, o que caracteriza uma prática comum nesta região da fronteira amazônica brasileira.

Por isso, ganha maior destaque o papel do comércio na estruturação social desta cidade amazônica, que, de acordo com Nogueira (2008, p. 176), “numa cidade onde a mobilidade predomina sobre a fixação, é mais importante ser comerciante do que ser proprietário”.

**Figura 7 - Marco limite da fronteira Tabatinga/Letícia**



*O marco de fronteira para a população local passa quase que despercebido por não haver uma fiscalização rigorosa, havendo assim uma harmonia no convívio desses dois países.*

**Fonte:** Sebastiao Sousa, 2016

Localizada no extremo ocidental da Amazônia brasileira, Tabatinga se deleita à margem esquerda do rio Solimões, vizinha e contígua da cidade de Letícia na fronteira com a Colômbia, ocupando uma fronteira seca, distante 1.105 km por via aérea de Manaus. A formação e desenvolvimento de cidades numa área de fronteira entre diferentes países, as cidades de Letícia (COL) e Tabatinga (BRA), evidencia um tipo de sociedade fronteiriça com entorno físico e social que é ao mesmo tempo interiorana e internacional.

Tabatinga é para o Estado e para a Nação, um município do interior do Amazonas, dos mais distantes dos centros de poder em relação de Manaus e Brasília, considerada periferia, com pequeno grau de desenvolvimento e com grandes carências em infraestrutura, serviços básicos, base produtiva, governança e governabilidade. Contudo, para a fronteira é o expoente e o interlocutor mais imediato da nacionalidade e da cultura brasileira.

Atualmente, torna-se um desafio entender as novas formas de articulação dos subespaços amazônicos com o mundo globalizado. Uma possibilidade é sua análise a partir da fluidez territorial, entendida como a “[...] qualidade dos territórios nacionais que permite uma aceleração cada vez maior dos fluxos que o estruturam, [...] do conjunto de objetos concebidos [...] para garantir [...] o movimento” (ARROYO, 2001), e da densidade informacional que define o grau de exterioridade do lugar e sua propensão a estabelecer relações com outros lugares (SANTOS, 2009).

O entorno físico e social é ao mesmo tempo um entorno tipicamente interiorano e abertamente internacional. Interiorano por estar localizada em um

município típico do interior do Estado, longe da capital, com nível de desenvolvimento limitado, infraestrutura básica deficiente, problemas sociais complexos e base produtiva em construção. Internacional por estar no limite fronteiro com países vizinhos e ainda numa tríplice fronteira, o que lhe define sua condição.

A fronteira brinda ao município um mundo cosmopolita e dinâmico, interativo na procura de novas e variadas oportunidades onde crescer, interlocuções categorizadas e produtivas, visões e opções diferentes e um universo cidadão tão particularmente acostumado ao convívio com outras culturas, que a sua internacionalização não deixa de ser um imperativo natural.

Deve-se levar em conta que o espaço ocupado pelas cidades gêmeas de Tabatinga e Letícia e toda a sua área de influência apresentam características comuns que lhes permitem desenhar estratégias de cooperação desde o nível local e regional até a necessária e coordenada articulação com o nível nacional.

Dimensão espacial semelhante. Contiguidade espacial como variável de desenvolvimento. Separação administrativa de países com longa tradição de amizade e com uma história rica de manifestações de confiança mútua. Existência de uma longa integração natural e de fato. Relações de boa vizinhança e não de confronto. Configuração, na sua maior parte, de uma faixa deprimida do ponto de vista demográfico e socioeconômico. Diferenças culturais sensíveis nomeadamente ao nível da língua, que apesar de possuir uma matriz e origem comum constitui, por vezes, uma barreira entre os dois lados da fronteira. Apresentação ainda de uma percentagem importante da população no setor primário.

Os fluxos comerciais que se estabelecem entre as cidades gêmeas Tabatinga e Letícia, delas para o interior de seus países e para com outros países, são deveras influenciados pelo contexto regional em que se inserem.

A escassa dotação de recursos e o reduzido tamanho de seus mercados internos pesam sobre o desenvolvimento dos seus circuitos produtivos, de forma que os produtos que podem oferecer à cidade vizinha estão relacionados à sua capacidade de se conectar aos mercados de seus respectivos países (GRUPO RETIS, 2009). Essa capacidade é diretamente proporcional às condições jurídicas comerciais em que se inserem e aos meios logísticos de transporte de que dispõem. Portanto, determinada pelas próprias condições de porosidade e fluidez territorial do subespaço (EUZÉBIO, 2012).



Nas lojas e mercados de Tabatinga, os artigos mais procurados pelos colombianos são os produtos de alimentação industrializados oriundos do centro-sul do Brasil via Manaus. Além dos básicos de alimentação como arroz, feijão, açúcar, macarrão, óleo de soja e outros, as carnes congeladas, principalmente a de frango, frios, enlatados, embutidos bebidas e artigos em geral. Esses produtos são comprados em Tabatinga pelos leticianos, tanto no varejo como no atacado e abastecem Letícia e várias localidades e povoados colombianos e peruanos situados no entorno.

**Figura 8 - Comércio de Tabatinga**



*O comércio de Tabatinga, embora tenha uma expressão commercial importante na região do alto Solimões, é pouco procurado pelos brasileiros, dado os altos preços dos produtos dada a alta carga tributária que encarece os produtos brasileiros.*

**Fonte:** Sebastiao Sousa, 2016.

**Figura 9 - Comércio na cidade de Letícia**



*A dinâmica do comércio de Letícia devido ter uma carga tributária baixa, os brasileiro migram muito para fazerm compras lá. Devido a isso, o movimento do comércio nesta cidade é bastante grande. Isso aumenta em períodos festivos, como natal e ano novo. O comércio é explorado principalmente por militares das forças armadas que fazem guarda de fronteira.*

**Fonte:** Sebastião Sousa, 2016

Quanto ao transporte aéreo, ambas as cidades possuem aeroportos internacionais com restrições para operação de grandes aeronaves. Esses aeródromos foram construídos a partir da metade da década de 1950, com vistas à articulação territorial e a atender as políticas de segurança nacional dos respectivos países. Eles se constituem fixos fundamentais de articulação do subespaço,



considerando que as duas cidades não possuem comunicação terrestre (EUZEBIO, 2012).

**Figura 10 - Aeroporto de Tabatinga - Amazonas Brasil.**



*O aeroporto de Tabatinga representa um marco muito importante no transporte na região, devido aproximar as longíquas distâncias que há de Tabatinga a outras regiões do país.*

Fonte: **Sebastiao Sousa, 2016.**

A avenida de maior fluxo é a Avenida da Amizade, inaugurada em novembro de 1990, e depois reconstruída 1992. A obra, financiada pelo Governo Federal, foi executada pela Comissão de Obras Aeroportuárias da Força Aérea Brasileira (COMARA). Até 1968, a via era apenas um caminho estreito, sem pavimento ou qualquer estabelecimento comercial às suas margens, apenas ladeada pela exuberância da selva.

Atualmente, a Avenida da Amizade é um símbolo da cidade de Tabatinga, costuma estar com os jardins do canteiro central bem cuidados, os imóveis de suas margens são os mais valorizados e concentram a maior parte das instituições públicas, comércios e serviços da cidade.

No sistema educacional, as instituições voltadas para a educação, em todos os seus níveis, também são relevantes para a análise do subespaço. Em Tabatinga se conta com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e o Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Letícia possui três institutos científicos para apoio à pesquisa acadêmica e três estabelecimentos de ensino superior, sendo que a sede da Universidade Nacional da Colômbia (UNAL em Letícia) oferece cursos de Mestrado e Doutorado pagos.

A maior parte da educação de nível fundamental e médio, nas duas cidades, é pública, sendo que em Letícia há seis escolas privadas que atendem o ensino

fundamental e médio, enquanto que em Tabatinga há apenas duas escolas privadas para atender o ensino fundamental e a educação infantil.

Dentre as especificidades do urbano relativas a cidades gêmeas ou contíguas, a presença de disparidades importantes, apesar do forte intercâmbio socioeconômico entre ambas, chama atenção.

Inicialmente, Letícia e Tabatinga constituíam-se cidades praticamente isoladas do restante dos respectivos territórios nacionais. Também, localizadas numa área de fronteira, estas cidades conformam a existência de múltiplas redes de articulação, as quais se sobrepõem ao limite internacional, e que provocaram alterações na organização espacial das duas cidades, o que também pode indicar as fragilidades ou a ausência de uma política efetiva de integração regional na América do Sul, em uma área de grandes fluxos transfronteiriços.

Na zona do Trapézio Amazônico, as autoridades são usualmente chamadas de “curaca”<sup>9</sup>. Além de fazer cumprir as normas internas e definir, conjuntamente com a comunidade, que trabalhos coletivos devem ser realizados para garantir o bem-estar de todos, e de representar a comunidade perante o Estado, outras funções se somam ao cargo e suas atribuições.

Em Letícia, as organizações e autoridades indígenas têm sede própria, estrutura organizacional, manejam recursos públicos e privados (do Estado ou Departamento do Amazonas, do município de Letícia, dos parceiros não governamentais) e participam, como interlocutoras, nas discussões e implementação de políticas públicas municipais, estaduais e federais nas quais os povos indígenas da região estão inseridos. Isso demonstra que os marcos jurídicos do Estado-Nação colombiano com respeito aos direitos dos povos indígenas estão mais consolidados, se compararmos com o Brasil.

O atual desenho da política indigenista promove a necessidade de se formar lideranças que sejam capazes de dialogar com as esferas de poder estatal ocidental, ou seja, que transitem entre os mundos, indígena e não-indígena.

A cidade de Tabatinga é pequena, a economia é baseada principalmente na agricultura e na pesca, seus habitantes desempenham funções na agricultura, pesca, estivas, moto-taxistas, professores, entre outras. A maior parte das ruas encontra-se em péssimas condições, conta com o apoio das polícias militar e federal. São

---

<sup>9</sup> Palavra que designa autoridade na língua indígena Ticuna espanhola.

inúmeros os problemas que envolvem a realidade dos moradores da cidade, dentre eles, podem-se destacar a falta de atendimento médico nas comunidades indígenas, problemas relacionados à qualidade de ensino das escolas públicas, pavimentação das ruas, dentre outros problemas relacionados à falta de efetivação das políticas públicas que possam atender à necessidade da população.

Dentro do município existem algumas comunidades indígenas localizadas na zona rural, são elas: Umariçu I e II (povo Ticuna). Antigamente não havia ruas que interligassem essas comunidades e só era possível o acesso através de canoa ou barco. Todavia, com o desenvolvimento do município foram construídas vias de acesso que facilitaram a locomoção da zona rural para a zona urbana.

A organização social interna das comunidades é um tema central para o fortalecimento da política indígena. Ao transitar entre Tabatinga e Letícia, pude ver como as estruturas próprias Ticuna vêm sendo transformadas a partir das relações, cada dia mais intensas, com os aparatos governamentais. Estamos diante de outras linguagens inspiradas pelo contato interétnico.

Além do que, os processos burocráticos são difíceis e exigem a apropriação de saberes técnicos. Lideranças Ticuna, no Brasil e na Colômbia, têm que saber a língua e a linguagem do Estado. Daí advém a ideia de que o conhecimento técnico ocidental está substituindo o saber político tradicional. Afinal, atuar de acordo com a máquina estatal não é tarefa fácil, seja para indígenas ou para não indígenas.

Em primeiro lugar, é preciso entender que os povos da Amazônia não vivem isolados no tempo e no espaço, pelo contrário, sempre estabeleceram e continuam a estabelecer relações de trocas materiais e simbólicas entre si, com as comunidades vizinhas e com os agentes mediadores da cultura, entre o mundo rural e o urbano e a vida em escala global. A Amazônia nasce e se desenvolve no âmago e nos dilemas da moldura da civilização euro-antropocêntrica.

Isso decorre, de certo modo, por ter a Amazônia, em especial a Amazônia ribeirinha, saído de uma fase de esquecimento e entrado noutra em que todos falam dela, todos dão opinião sobre ela, porém preferencialmente à distância. Do romantismo, sobre as belezas naturais como se fosse um museu em que todos querem protegê-la, ao utilitarismo, em que tudo são recursos a serem explorados, produzindo riquezas.

Finalmente, a dimensão da cidade do vivido que está no bojo da luta pela sobrevivência, de um processo que vislumbra a influência do outro que também é

influenciado, de pessoas comuns que buscam no cotidiano o acesso a serviços e equipamentos urbanos básicos, pela qualidade de vida que se metamorfoseia nas nuances da economia e das políticas, na construção de uma história e de uma geografia particular. A ideia de que esses povos sustentam um modo de vida estritamente tradicional não deve ser considerada, tal como se vivessem de modo estático e congelado. Suas manifestações culturais e sociais se expandem pelo mundo urbano e vice-versa, assimilando algumas práticas e rejeitando outras. Ainda que reproduzam manifestações ditas tradicionais em suas vidas cotidianas, não podemos afirmar que esses grupos sociais não estejam inseridos em um processo progressivo de diferenciação e transformação.

No Brasil e na Colômbia, as lideranças políticas indígenas tiveram, ao longo da história, o papel de moderadores, tradutores e mediadores entre o “mundo dos índios” e o “mundo dos brancos”. Hoje, as lideranças indígenas não apenas traduzem e mediam o campo interétnico como sempre o fizeram desde os tempos coloniais – mas, a partir das novas constituições federais, têm possibilidade de aportar novas práticas e novos sentidos ao Estado. Assim o reconhecem os membros dos movimentos indígenas na Colômbia, quando afirmam: “somos Estado”. Contudo, essa aproximação tem consequências, entre elas, a maior influência do Estado sobre as práticas cotidianas dos povos indígenas.

No cotidiano das três cidades, entretanto, os indígenas amazônicos são vistos pelos outros habitantes com uma certa reserva, como se vivessem num espaço próprio, delimitado por suas características culturais e suas relações internas. Estes, entretanto, se comunicam com os “de fora” para atos sociais específicos e limitados, sem que, nessa interação social, deixem de ser vistos explicitamente como indígenas, como gente diferente, sobre a qual permanecem vários estereótipos que alimentam essa relação de estranheza dos não índios com relação aos indígenas.

**Figura 11 - Rio Solimões**



*A beleza exuberante do rio Solimões e as diversas moradias encontradas ao longo do seu curso. Aqui a beleza se mistura ao complexo exótico de pessoas e natureza assim como o encanto de suas águas.*

**Fonte:** Sebastiao Sousa, 2016.

A região é fortemente influenciada pela presença do Rio Solimões, principal elemento de conexão e acessibilidade dos municípios que a formam, norteando as relações sociais bem como as atividades econômicas locais. A presença de populações tradicionais, ribeirinhos e povos indígenas, reforça as características de um contexto mais rural que urbano e exige um esforço de integração que deve ser norteado pelo respeito às diferenças étnicas e culturais.

Os numerosos grupos sociais que habitam a Amazônia desenvolvem um singular estilo de vida, transmitindo seus costumes e práticas culturais de geração em geração, sem, muitas vezes, haver um reconhecimento político de suas existências. Cada palavra, cada gesto, cada pedacinho dessa gente e de seus lugares, quase invisíveis, foram-se acumulando, revelando uma forma singular de vida que revela o irrealizável, que exprime o inexprimível.

De fato, a identidade é ponto tão fundamental para a consciência de existência material e espiritual que, em relação aos povos indígenas, Souza Filho considera a cidadania uma ficção, uma vez que, embora sejam os indígenas cidadãos no sentido formal, possuem identidades culturais próprias, compartilhando de vínculos sociais, culturais e políticos diversos em relação ao restante da população (SOUZA FILHO, 2001, p. 44-51).

Contudo, a Amazônia possui um patrimônio milenar, herança desses primeiros habitantes da floresta, cujo extermínio não apagou a leitura que fizeram das águas, das árvores, dos animais e dos fatos cotidianos, a qual se denomina de cultura amazônica (GHEDIN, 2006).

A formação dos países e etnias, identidades demarcadas por múltiplas fronteiras, dá-se no contexto colonial, dentro de cuja moldura se submetem os grupos étnicos em processos de territorialização (cf. Pacheco de Oliveira, 1998) em boa parte moldados por esse submetimento. O que não significa a passividade dos grupos étnicos, mas apenas seu constrangimento num campo social marcado pela presença dominante do Estado-nação. É nessa moldura que o Estado cria os recortes sociológicos que acabam incorporando e sendo incorporados pelos povos indígenas.

O complexo amazônico é formado por um conjunto de valores, crenças, atitudes e modos de vida que delinearão sua organização social, econômica e cultural (BENCHIMOL, 2009). Contudo, a formação das identidades culturais da Amazônia mostra-se bastante complexa, pois aos saberes e modos de vida dos primeiros habitantes foram impostos outros arquétipos de referência advindos dos colonizadores e, mais recentemente, da matriz norte-americana.

[...] O conhecer, o saber, o viver e o fazer na Amazônia inicialmente foi um processo predominantemente indígena. A esses valores e culturas foram sendo incorporados [...] novas instituições, instrumentos, técnicas, incentivos e motivações transplantados pelos seus colonizadores e povoadores. Entre eles: portugueses, espanhóis, em particular, europeus, com algumas contribuições africanas, semíticas e asiáticas, além de novos valores aqui aportados por migrantes nordestinos e de outras regiões brasileiras (BENCHIMOL, 2009, p. 17).

O trecho acima traz a importância da riqueza da identidade amazônica e nos mostra que aos índios e aos caboclos da Amazônia devem-se os saberes dos segredos do rio, da terra e da floresta, bem como múltiplas formas de sobrevivência por meio do conhecimento da natureza e de seus recursos naturais, além de um rico acervo do seu místico e messiânico imaginário constituído de lendas, mitos, crenças e histórias (BENCHIMOL, 2009).

Podemos afirmar que a história do povoamento indígena no Brasil é, antes de tudo, uma história de despovoamento, tendo em vista as epidemias, as guerras interétnica e contra os não indígenas, os massacres, entre outros. Despovoamento, portanto, eis o primeiro grande traço da história indígena no Brasil, como, de fato, ocorreu em toda a América em proporções gigantescas. Destaca-se que esta longa história foi, na verdade, uma história de mal-entendidos, em que houve pouco esforço na tentativa de conhecer e respeitar o “outro”, portador da diferença, da alteridade.

As relações de alteridade sempre colocam o tema do reconhecimento do “outro” como sujeito e interlocutor na relação. Atualmente, a teorização da cultura e do social é um eixo adequado para se discutir a questão indígena, pois o foco considerado por estas teorias é o entorno do indivíduo, as relações que estabelece ou intercambia com o outro e não o sujeito isolado ou mesmo estático. Esta realidade acontece dessa forma, porque os indivíduos são influenciados e influenciam os processos interativos educativos dos quais fazem parte, assim como o fenômeno da cultura.

Dentre as questões que implicam pensar a imensa região amazônica, o conhecimento tradicional se insere no contexto contemporâneo, primordialmente, pela necessidade do reconhecimento da pluralidade das formas de perceber o mundo em que vivemos. Nessas visões compartilhadas do viver cotidiano, uma noção de comunidade emerge pelo sentido da solidariedade do grupo, pelo aspecto do trabalho e pela importância da família. Os habitantes que vivem na fronteira sabem que existem populações indígenas da etnia Ticuna que vivem, lado a lado na fronteira, que utilizam os serviços dos três países, que aproveitam os seus laços de parentesco para desnacionalizar-se, para aproveitar-se de três sistemas nacionais distintos. Isso deveria ser feito não apenas pelos povos, mas, também, pelos Estados que estão nesses lugares. Há alguns elementos de cooperação entre o Exército brasileiro e o Exército colombiano, porém, para outros assuntos deveria haver mais cooperação e não somente em termos das forças militares. Em relação a essa soberania da qual estamos falando, poderia haver, também, mais entrosamento em termos de educação, de saúde e de outros serviços que os Estados deveriam ter mais entendimento e maior cooperação.

Se falarmos dos povos indígenas que vivem na fronteira, há uma dificuldade para que se realize, na verdade, uma integração entre eles, e é possível que essa dificuldade continue existindo no futuro. Estamos falando, por exemplo, de que existem diferentes políticas linguísticas. Seria difícil o povo Ticuna ter uma só língua, uma só escrita, porque eles estão mediados pelos sistemas nacionais, pelo português e o espanhol. Há também, na organização política, muita divisão entre o povo Ticuna de cada país. No Brasil, por exemplo, há líderes que têm divisões internas que impedem uma melhor integração dentro do mesmo povo Ticuna. As fronteiras ajudam a reforçar essas divisões, eles têm que ver como, no futuro, poderão se integrar melhor em termos políticos. Em termos culturais, eles estão mais integrados. É

possível que a etnia Ticuna esteja praticando e expressando, nos três países, a mesma cosmovisão e as mesmas tradições.

Para Fleuri (2003), ao reconhecer e valorizar as diferenças étnicas e culturais, ocorre a ressignificação da própria identidade indígena, desconstruindo a ideia de estabilidade e fixidez natural. Ao materializar o gênero, a etnia, os valores e as condições sociais, os indígenas afirmam os significados do lugar que ocupam nas relações sociais que os constituem. Desta forma, podemos dizer que os povos indígenas vêm articulando suas identidades étnicas ao longo de todo o processo histórico tenso e conflituoso no qual têm vivido. Segundo Cohn (2001, p. 41), “a articulação feita deixa claro que os indígenas estão recuperando-se e construindo-se e seus signos de identidade indígenas são reconhecidos pela sociedade nacional”. Entendemos identidade cultural aqui como algo dinâmico, que se ressignifica conforme a conjuntura e a “situação histórica”.

Em qualquer sociedade, em contexto de globalização (entendido aqui como amplo e antigo movimento, agudizado e acelerado pela revolução pós-industrial das novas tecnologias, particularmente as relacionadas à informação), ao tratarmos das relações sociais, estamos falando da diversidade e da diferença e das consequências para a (re) construção identitária. As relações de alteridade sempre colocam o tema do reconhecimento do “outro” como sujeito e interlocutor na relação.

O reconhecimento dos direitos dos povos indígenas no mundo contemporâneo avançou muito em relação há algumas décadas, tanto por parte dos Estados Nacionais, quanto pela comunidade internacional. A presença cada vez mais visível e marcante de lideranças indígenas, tanto nos cenários políticos nacionais quanto internacionais, demonstra a vitalidade desses povos e seu desejo de fortalecer sua identidade e, onde possível, suas tradições e práticas culturais, em um mundo cada vez mais marcado pela globalização, mundialização do mercado e integração na comunicação. Paradoxalmente, a diversidade das culturas e a riqueza de conhecimentos, saberes e práticas, tantas vezes negadas pelo saber hegemônico e pelo poder autoritário, são hoje reconhecidas e valorizadas, abrindo espaço para a aceitação da diferença e do pluralismo.

É significativo, também, o avanço do reconhecimento da existência de direitos coletivos nos últimos anos, o que tem implicações imediatas sobre a situação jurídica dos povos indígenas. Tradicionalmente, considerava-se que direitos humanos e liberdades fundamentais eram direitos individuais, próprios a cada ser humano, mas



não das coletividades. Atualmente, cresce o consenso de que alguns direitos humanos são direitos essencialmente coletivos, como o direito à paz e a um ambiente saudável.

O cotidiano da maior parte dos povos indígenas no Brasil desenrola-se num contexto de tensão entre conhecimentos indígenas e ocidentais, entre políticas públicas e política de aldeias, entre tendências políticas internacionais e a definição de estratégias e de opções específicas de vida e de futuro para populações indígenas. Supõe-se que estas tensões, de cunho eminentemente político, passem pela escola indígena, fazendo dela palco para o diálogo ou o conflito entre essas forças em interação.

As sociedades indígenas foram explicadas pelas ciências como sobreviventes de etapas anteriores da humanidade, e constituíram objeto de estudo do passado e de missionários, que registravam seus costumes, suas línguas e seus valores como curiosidades.

A identidade destes grupos corresponde a uma busca por um vínculo social, algo que crie laços de solidariedade entre as pessoas. A cultura é o campo privilegiado onde o ser humano procura elementos que lhe dê uma sensação de pertencimento, de familiaridade, de estabilidade em um mundo de tantas referências estéticas. A ideia de identidade traz consigo uma presunção de totalidade de sentido, que poderia ser entendida em uma ordem simbólica, circular, coerente em si mesma. Essa noção vem da tradição platônica de nomear as coisas e de assim, hierarquizar-las, para então estabilizá-las.

Nas comunidades ribeirinhas do Alto Solimões, região do Estado do Amazonas, revelou que a construção das identidades coletivas das comunidades está diretamente vinculada com a carência de serviços sociais básicos. Em reação a este tipo de política pública, as comunidades ribeirinhas se organizam e recorrem às raízes indígenas para usufruírem de benefícios assegurados pela Constituição aos índios, como forma de luta pelos seus direitos e barganha política.

A identidade coletiva destes grupos é construída a partir de suas lutas políticas e em função do abandono do Estado. A forma como as comunidades em questão se organizam no processo de construção de suas identidades e da luta por seus direitos perpassam duas grandes instituições sociais: a família e a Igreja. Quase todas as comunidades seguem uma religião, o que determina a maneira delas se organizarem e sua conduta. A religião está muito presente nestas áreas. Além disso, a organização

dos grupos é dependente dos laços de parentesco da comunidade e do nicho de atuação (como pesca, extrativismo e agricultura) determinado pelas famílias dominantes.

O povo Ticuna vive na fronteira do Brasil, Colômbia e Peru na região do Alto Solimões. Há muito tempo esse povo foi chamado de Tukuna, pelo fato de na época estes apresentar-se com pintura de jenipapo no alto do nariz. Tukuna em tupi significa nariz preto. Com o passar do tempo e com grande mudança nas variantes linguísticas causada pelo contato, a palavra Tukuna sofreu alterações para a atual Ticuna, devido ao uso por muitas pessoas em diferentes locais. (JUSTAMAND, 2017, p. 171).

Os Ticuna estão localizados principalmente no Alto Amazonas, nas beiras do Rio Amazonas (nome dado na Colômbia, ou Solimões no Brasil) na tríplice fronteira da Colômbia, Brasil e Peru. São um dos povos que viveu as dinâmicas próprias da conquista e colonização amazônica. Hoje o povo Ticuna encontra-se disseminado em três países. Em parte, este problema é reflexo dos deslocamentos que realizaram pelo influxo colonizador da Espanha e o Portugal na disputa territorial, hoje fronteiriça, que se intensificou nos séculos XVIII e XIX com as nascentes repúblicas. E em parte, porque antes da invasão europeia os deslocamentos e os conflitos entre diversos povos, como os Ticuna e Omagua, eram vários e diversos, por exemplo, a forma de disputa, com violência, dos seus territórios.

A maioria das tribos indígenas do Brasil vive na Amazônia, a floresta com maior biodiversidade tropical do mundo. Segundo censo do IBGE de 2010, na Amazônia vivem cerca de 306 mil índios. Como a população indígena só tende a diminuir, estes números devem estar bem a baixo de 306 mil hoje em dia. A maior parte desta população de índios da Amazônia vive nas áreas rurais, e embora muitos deles mantenham contato com pessoas de fora das tribos, eles ainda continuam mantendo aspectos culturais de seus antepassados, como: rituais, danças, crenças e costumes.

A maioria das tribos possui Pajés. Os Pajés são os curandeiros, uma espécie de “professor e sábio”, que transmite a cultura dos antepassados para os mais novos de forma oral. O Pajé também é responsável por realizar os cultos religiosos e realizar “contato com o mundo espiritual”.

Um dos maiores problemas enfrentados pelos povos indígenas é a exploração de terras ilegais pelo garimpo, agropecuária, construção de hidroelétricas, rodovias, e diversas outras atividades dos “homens brancos”. Existem também muitas tribos

isoladas na Amazônia, até mesmo tribos que nunca viram nem fizeram contato com o homem branco. São tribos que não conhecem nenhuma cultura fora a deles mesmos. Acredita-se que estas tribos não têm contato com o mundo da tecnologia presente, atualmente, no mundo. Mesmo que alguns possam ter avistado aviões ou destroços, dificilmente fariam relação destes avistamentos a outros seres humanos. Eles vivem mantendo os costumes deixados pelos seus antepassados como a caça, a pesca e o plantio. São consideradas ainda tribos muito nativas que só podem ser avistadas pela via aérea. Também eram divididos de acordo com as suas idades, sexo e conhecimento (por exemplo, o cacique, um tipo de chefe político que resolvia as questões da tribo, dormia em local separado do restante da tribo).

Pouco se sabe sobre como vivem os índios das etnias que não mantêm relações com o homem urbanizado. Analisando raras imagens produzidas pela FUNAI, pesquisadores puderam concluir que estes índios andam nus, produzem seus próprios alimentos, fabricam suas ferramentas e falam línguas ainda não identificadas. No entanto, nada foi descoberto sobre seus rituais, crenças e rotina.

As crenças religiosas desses povos ocorriam através do culto aos espíritos ou o animismo, e os xamãs funcionavam como uma espécie de ligação entre o nosso mundo e o mundo espiritual. Danças e ritos de puberdade eram essenciais para dividirem clãs totêmicos, ou seja, grupos considerados descendentes de ancestrais míticos comuns e se diferenciavam dos outros em razão de alguns rituais.

Os povos indígenas na Amazônia ocupam quase 50% do território nacional. Dentre eles podemos ressaltar os indígenas e não indígenas, a população urbana e ribeirinha. A maior parte da formação florestal do bioma é de terras baixas: florestas úmidas, com chuvas o ano todo, e florestas estacionais, nas quais falta umidade em um período do ano. A posição geográfica ao longo do Equador faz com que a Amazônia possua altas temperaturas, pela proximidade do Sol, mas com um clima úmido com chuvas concentradas.

Em se tratando da medicina popular, ela vem da sabedoria e cultura indígena. Os índios conviveram há milênios nesse ecossistema sem a necessidade de destruí-lo, pois eles se identificavam com a natureza de tal forma que não precisavam desmatar ou causar maiores estragos à natureza. Eles utilizavam os recursos naturais curando as doenças com as plantas medicinais. Assim, a junção do homem branco com o índio (miscigenação) foi o benefício na área cultural. Contudo, essa rica característica está se perdendo porque os índios brasileiros estão tendo cada vez

mais influências do homem branco. Estima-se que aproximadamente vivem mais de 460 mil índios, dividido entre 225 sociedades indígenas, no Brasil, porém, algumas delas sobrevivem com os costumes do homem branco e não mais de sua cultura. Eles foram perdendo a sua identidade cultural.

Suas crenças e seus ritos também são intimamente ligados aos elementos naturais. Os indígenas que vivem na floresta amazônica, em sua maioria, dormem em redes dentro de enormes ocas comunitárias e, como seus antepassados, caçam, pescam, cultivam seus próprios alimentos e falam suas línguas nativas. Ainda que vivendo em aldeias, em terras indígenas (TI) na mata, boa parte dos índios conhecem outras culturas e são fluentes em português, sem desprezar a língua nativa.

Em se tratando de educação, os povos indígenas que vivem no Amazonas foram pioneiros na construção de territórios etnoeducacionais no país. Os sessenta e quatro povos indígenas do Amazonas, distribuídos nos sessenta e dois municípios do Estado, já se organizaram em territórios etnoeducacionais, conforme define o Decreto n. 6.861, de 27 de maio de 2009. O território é um instrumento de gestão da educação indígena, dirigido por um colegiado. O Amazonas tem seis territórios.

Em todo o país são 41, em diversas fases de organização e composição. O colegiado que dirige o território etnoeducacional é composto por representantes dos indígenas, um por etnia, e por profissionais das Secretarias de Educação de Estados e Municípios, de universidades públicas, de institutos federais de educação, ciência e tecnologia, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), de organizações não governamentais com atuação na área e do Ministério da Educação. Por meio desses colegiados, que têm atribuições consultivas e deliberativas, as etnias dizem aos governos que tipo de educação querem. Os povos que já estão organizados em territórios nos dois Estados têm entre as prioridades a construção de escolas nas aldeias, a formação de professores e a produção de material didático específico para alunos e educadores.

Quanto à agricultura local, o modo de cultivar praticado pelos povos do rio Solimões é bem diferente do da agricultura moderna. Enquanto esta escolhe produzir apenas uma espécie de planta, o que acaba tornando o solo pobre de nutrientes e ocasiona excesso de um produto e escassez de outros, as roças indígenas produzem vários tipos de espécies: diferentes tipos de milho, de mandioca, de batata, de amendoim, de banana etc.

Assim, a diversidade das espécies numa mesma região tem um valor muito grande para esses povos. Ela faz parte de seus mitos, ou seja, das histórias antigas que contam como cada grupo começou a desenvolver o cultivo das plantas relacionando a natureza com elementos centrais da sua cultura.

#### **4 A IDENTIDADE INDÍGENA TICUNA**

Trata-se, neste capítulo, dos resultados proposto nos objetivos desta pesquisa. A qual teve intenção de verificar as causas de conflitos identitários que acontecem entre os indígenas da etnia Ticuna residentes no centro urbano da cidade de Tabatinga, no Estado do Amazonas. Estes por sua vez residem mais na área periférica da cidade.

A pesquisa foi de caráter bibliográfica e teve foco os indígenas que moram na área urbana de Tabatinga. Assim como, observações feitas pelo pesquisador durante os momentos de contato com esse povo no decorrer do trabalho.

Os atores sociais envolvidos foram famílias da etnia Ticuna que residem na área urbana do município de Tabatinga. Para compreensão deste estudo, será apresentado inicialmente a realidade social, econômica e afetiva das famílias, uma vez que é de grande importância conhecer mais profundamente alguns pontos pertinentes e assim desenvolver por meio de diálogos que aconteceram espontaneamente durante rodas de conversas, discussões e observação com o público investigado.

Assim, a pesquisa se interpõe numa relação de diálogo com as bibliografias e se estreitam e se juntam aos objetivos. Importante ressaltar que os indígenas da etnia Ticuna não apresentaram nenhuma resistência quanto aos momentos de observação para esse estudo, o que facilitou o elo de relação entre o pesquisador e os estudos já realizado por outros pesquisadores.

Durante a aplicação o estudo, os indígenas Ticunas observados ficaram livres para conversarem sobre assuntos diversos o que facilitou delinear os interesses da temática em questão.

De início, descreve-se um pouco sobre a realidade social, econômica e afetiva das famílias observadas. Os Ticunas deste estudo possuem a idade média entre 20 a 48 anos de idade, percebeu-se que são pessoas ainda muito jovens que, por consequência de fatores e problemas em sua vida nas comunidades, resolveram morar mais próxima a zona urbana do município, tentando assim, suprir suas necessidades pessoais, como emprego, educação e emprego para os membros da família e assim a realização dos sonhos. Sonhos não mais de viver com aspectos culturais indígenas, mas concorrer com a sociedade não indígena no que diz respeito ao atendimento das necessidades sociais básicas para se ter qualidade de vida.

Ressalta-se ainda que esses indígenas que abandonam suas comunidades, demonstram-se insatisfeitos com os atendimentos feitos pelos órgãos governamentais sobre suas carências.

As famílias estão mais preocupadas em ir à busca de uma profissão e de estudos dos filhos. Percebe-se nos diálogos que a comunidade, por viver em seus moldes culturais, não tem muito a oferecer no sentido de qualidade dos estudos. Isto em uma visão bem mais ocidentalizada, sofrida pelas influências dos não indígenas que inconscientemente apregoam seus modos de viver e de pensar nas comunidades, e que desperta nestes os anseios de novos rumos em suas vidas. Dentre os fatores que os Ticuna mais buscam na cidade, o motivo educacional é a principal finalidade deste povo, embora existam outros anseios.

A região do Alto Solimões é cenário de conflitos gerado pela mobilidade de indígenas estrangeiros – peruanos e colombianos que cruzam as fronteiras de seus Estados Nacionais. Entre muitos fatores, está o de solicitar direitos e benefícios assegurados apenas aos cidadãos brasileiros, lidando com suas nacionalidades (brasileira, colombiana e peruana) de modo variável. De certa forma, compreende-se que muitos se casam no Brasil para assim conseguirem seus documentos brasileiros, e, por conseguinte, terem os benefícios sociais designados à família brasileiras ou naturalizadas.

Tais benefícios sociais que envolvem órgãos públicos, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que certifica o indivíduo indígena por meio do Registro de Nascimento e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), quanto à contribuição efetiva ou autônoma para fins de aposentadoria. Em Tabatinga, a procura se dá a partir da Administração Regional da FUNAI, nas agências do INSS, nas Secretarias de Educação e nas Secretarias de Assuntos Indígenas. Logo, nos municípios onde existem essas repartições, são as mais frequentadas pelos povos indígenas.

Em relação ao direito à educação diferenciada, a luta tem sido constante, pois o desejo é que a escola atenda às necessidades indígenas, como os costumes e cultura das diversas etnias existentes no Brasil, na Colômbia e no Peru. Os três países, por meio de suas respectivas Constituições, asseguram aos indígenas o direito de receberem um método educacional de forma bilíngue e intercultural. Isto acontece por força de lei. Mas as políticas públicas gerenciadas pelos governantes municipais não condizem ao acesso a estes benefícios.

Dessa forma, os Ticunas brasileiros, colombianos e peruanos têm o direito fundamental de serem educados no idioma oficial do seu país, bem como na sua língua materna, no caso em análise, ou seja, em português, espanhol e castelhano e em língua Ticuna, sempre respeitando os costumes, tradições e cultura de seu povo. Dantas afirma que “a construção da identidade de um povo é um processo lento que se cria e recria, fundada na tradição e com raízes fincadas na cultura enquanto práticas sociais em movimento” (2005, p. 139).

As Constituições da República do Brasil (1988), da Colômbia (1991) e do Peru (1993) reconhecem e protegem a pluralidade étnica e social do seu país, bem como asseguram o caráter coletivo das terras ocupadas pelos indígenas.

Em relação ao direito a uma educação diferenciada que atenda às necessidades, costumes e cultura das diversas etnias existentes no Brasil, na Colômbia e no Peru, todos os países por meio de suas respectivas Constituições, asseguram aos indígenas o direito de receberem um método educacional de forma bilíngue e intercultural. Essa atenção é um direito conquistado, o que de certa forma, mas que não há nenhuma obrigatoriedade por parte de governantes.

As famílias de Ticunas observadas, apresentam um fortalecimento coletivo social na religião, mas, estão divididos entre as muitas seitas e credos religiosos que estão inseridos no seio das comunidades, dentre elas as de maiores relevâncias são: Santa Cruz, Evangélica e Católica, todas essas religiões são de matrizes cristãs e que doutrina os indígenas a se distanciarem de seus rituais. Todavia, num único discurso que os rituais e as sessões de pajelança são considerados satânicos.

No contexto familiar, também há essa divisão religiosa. Isso ocorre durante as reuniões dos senhores e senhoras, líderes espiritual e familiar. Entendem sobre as escolhas dos filhos e que não obrigam aos demais membros da família seguir a mesma religião, pois atentam que a fé é muito singular e que cada um adota a religião que anseie. Em relato do líder espiritual de uma das religiões, fala que:

Cada família pertence a uma determinada religião, diante disto, nós líder espiritual e religioso tem o compromisso de falar da importância da religião para a nossa vida, o que se pretende é que nossas crianças e jovens estejam sintonizados na palavra de Deus, conhecendo os valores e a importância da vida. (Geraldo Ticuna, novembro, 2016).



No relato acima, percebe-se que a religião é uma fonte universal para este líder e que é necessário que todos, crianças, jovens, pais, mães, avós, busquem a religião para o entendimento e compreensão da vida.

As diferentes histórias de contato e a maior ou menor familiaridade que os Ticuna têm com a cidade se reflete nas diferentes formas de estar nesse espaço. Andando pelas ruas da cidade de Tabatinga, pode-se reconhecer indígenas Ticuna com identidades distintas, expressas em diacríticos que vão desde o aspecto físico, as disposições e as posturas corporais, até a vestimenta e o jeito de falar.

Os moradores cidadãos (não-indígenas) têm uma visão de que os Ticuna que moram há muito tempo na cidade buscam menor socialização, ou seja, não há entrosamento comunitário, e chamam a atenção para a pouca familiaridade com as pessoas do convívio urbano, pelo fato de permanecerem fechados em suas casas e não se entrosarem com a vizinhança, além de quase não participarem dos eventos sociais locais, e também de se vestirem de uma forma muito simples, na área urbana de Tabatinga.

As pessoas das comunidades ribeirinhas e também os Ticuna agricultores, que não são funcionários nem lideranças, sobretudo, adultos e idosos são reconhecidas por usarem uma vestimenta mais simples do que a dos moradores da cidade. São conhecidos por andarem de na maioria das vezes de chinelos e se enfeitarem com colares de sementes, além de terem uma maneira distinta de movimentar o corpo, de caminhar e de sentar. Toda esta indumentária faz parte de sua tradição indígena.

Os Ticunas que usam uma cruz de madeira pendurada no pescoço são reconhecidos como “os cruzados”<sup>10</sup>: este símbolo faz parte da tradição religiosa e do tempo em que foram doutrinados na seita da Santa Cruz. No início da introdução desta seita nas comunidades, as pessoas caracterizavam-se de um uniforme branco que, com o tempo, caiu em desuso ficando somente a cruz como sinal principal da sua condição de “cruzado”.

Nas comunidades longes dos centros urbanos ainda se vê Ticuna tradicionalmente vestidos de brancos com a cruz de madeira em destaque.

Analisando por um outro olhar, percebe-se que esta religião obriga que haja casamentos prematuros, onde muitos jovens são obrigados a constituírem famílias

---

<sup>10</sup> Adeptos da Irmandade da Santa Cruz

muito cedo. Por outro lado, estes indígenas não apresentam ter muita responsabilidade com suas famílias, visto que estes estão em um momento de conflito, muitas vezes sem saber que prejuízo esta religiosidade trará no futuro. Esta juventude por ainda não está com uma personalidade formada é lembrada à medida que,

[...] a concepção do que vem a ser o índio oscila na imprensa, nos livros didáticos, na literatura entre uma visão satanizada e uma visão idílica de indianidade. Em momentos, o índio é descrito como um ser destituído de qualquer racionalidade e bom senso: um ser regido exclusivamente por instintos animais e, portanto, um ser agressivo, manhoso, não confiável, traiçoeiro. No outro extremo do espectro, a imagem construída do índio é aquela no qual ele é visto como o “bom selvagem”: aquele que sempre protege as florestas, aquele que é incapaz de qualquer maldade, um ser ingênuo, puro. Nenhuma dessas visões nem a visão satanizada, nem a visão idílica corresponde, evidentemente, à realidade. (REVISTA BRASIL, 2006, p. 88).

A presente reflexão é bastante pertinente de que os indígenas são indivíduos observados como pertencentes a um passado remoto. Onde a presença indígena de certo modo pode até não incomodar, mas percebe-se que eles próprios sentem-se rejeitados. Sua presença na atualidade é evidenciada, pelos depoentes, apenas por meio da constatação da permanência de poucos traços fenotípicos e culturais (cor da pele, textura do cabelo, crenças e costumes) como heranças transmitidas à sociedade nacional. Essas heranças culturais e fenotípicas são entendidas, alternadamente, como dádivas ou estigmas negativos que marcam o caráter do povo brasileiro.

A dádiva manifesta-se quando se enfatizam aspectos da cultura indígena como a culinária, danças, modos de pensar e agir, vestimentas; e as marcas negativas, quando se trata da sobrevivência de perfis biológicos indígenas entre indivíduos da sociedade nacional.

Percebe-se que os Ticunas exaltam uma perspectiva muito alta em prol de seus filhos quanto aos estudos. A preocupação gira em torno de uma melhor condição de vida, ao mesmo tempo percebe-se que é preciso mudar de vida e de lugar fora da comunidade deles para que possam ter êxitos na caminhada profissional.

Os Ticunas de forma geral estão muito presentes nas cidades onde vendem seus produtos da roça, da pesca e do artesanato, tanto nas feiras organizadas pela Prefeitura de Tabatinga quanto no mercado informal em torno dos portos e nas lojas existentes nas cidades.

É comum no porto de Tabatinga se ver a cena da chegada de canoas cheias de pessoas trazendo, nas embarcações, paneiros de farinha e cachos de banana, dentre outros frutos, assim como o pescado. Posterior às suas vendas, outra cena visível é a do retorno, já livres desses produtos, porém com sacolas de compras de supermercado, com produtos industrializados que tornarão a repetir em momento logo em breve. Um contraste perigoso, vender seus produtos naturais para comprarem produtos industrializados que certamente lhes trará prejuízos futuros para a saúde.

Os Ticunas já não têm sua rotina assim há um bom tempo. Ocorre que as famílias que ficam na comunidade suprem em sua maior parte a responsabilidade do trabalho de todos. Apesar de falarem que são agricultores, observou-se que muitos não apresentam em nenhum momento características que trabalham de forma direta na lavoura, na caça ou na pesca.

É importante destacar que o município de Tabatinga não se constitui como polo significativo de atração de emprego para a população indígena. Não há fontes importantes de trabalho, apenas existem órgãos como a FUNAI, Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a qual fornece emprego de servidor público para essa população.

A cidade proporciona principalmente cargos na administração pública, os quais são muito desejados e disputados pelos Ticunas, de forma particular em órgãos voltados para a assistência indígena, como a Administração Regional da FUNAI, o Distrito Especial Indígena do Alto Solimões (DSEI), bem como os cargos políticos, como o de vereadores indígenas.

Percebe-se que ocorre constantemente a migração destes povos das comunidades adjacentes para a cidade. É uma migração temporária, principalmente para fins de estudos e outras oportunidades, tendo os mais jovens buscando as mais variadas opções profissionais.

Há rapazes Ticuna que, por curiosidade ou espírito de aventura, frequentemente vão para as cidades próximas como para Tabatinga, Letícia ou São Paulo de Olivença em busca de oportunidades de emprego assalariado. Outra opção para os jovens do sexo masculino ao completarem 18 anos é se apresentarem ao Serviço Militar Obrigatório, ou seja, entrar nas Forças Armadas e ser reservista de uma desta. No caso de Tabatinga, a única que absorve essa população é o Exército Brasileiro.

Os jovens em geral conseguem vagas no comércio local ou em obras públicas, outras vezes, empregam-se em barcos comerciais que realizam o transporte na região, o que lhes possibilita conhecer a grande cidade de Manaus, entre outros lugares.

Existem também os filhos de famílias Ticuna que se deslocam para Brasília ou para outras capitais brasileiras, através dos programas de estudos em busca de melhores condições de vida e atender às perspectivas de seus ideais.

Cabe destacar que a forma de vida atual dos Ticunas depende amplamente do contato constante com os centros urbanos para fins de comércio, de obtenção de benefícios sociais, como aposentadoria e assistência médica e para se apropriarem dos espaços de lazer e de diversão existentes.

Os setores que mais atuam como empregador é a agricultura e o serviço público. Essas são as principais fontes empregatícias sobre as profissões apontadas pelos atores sociais deste trabalho. Outra forma de renda que percebe uma parte da juventude é através de bolsa de estudos, muitas vezes, conquistados através de programas sociais de instituições de nível superior ou outras que desenvolvem projetos na região.

Diante disto, seus salários variam entre cem (R\$ 100,00) e mil e oitocentos reais (R\$1.800,00). Questiona-se se esse valor dá para sobreviver pela quantidade de filhos que as famílias têm visto que variam de um a doze filhos. Sabe-se que é impossível quando se trata de família, uma vez que há algumas necessidades básicas como a alimentação, a saúde, a educação, vestimenta e outros.<sup>11</sup>

Os indígenas Ticuna não vivem mais em aldeias, eles possuem casa própria ou alugada na área urbana de Tabatinga e já vivem a estilo do não indígena, vivem de forma comum, compram em supermercados e vão à feira, fazem atividades normais iguais a qualquer cidadão. Diferente de muitos indígenas tradicionais nativos que ainda estão em processo de aceitação da cultura ocidental.

Nas sociedades tradicionais, em várias partes do mundo e ao longo da história, tem se demonstrado um nível de adaptação e de diálogo com a natureza,

---

<sup>11</sup> Desde o ponto de vista econômico, os Ticuna vivem um processo de marginalização na cidade. Quando desempenham o mesmo tipo de atividade econômica, seu rendimento sempre é menor do que o do não indígena. "Os ganhos dos indígenas são inferiores aos dos não indígenas, portanto as faixas salariais limitam-se a até 5 salários mínimos, demonstrando que a vulnerabilidade econômica dos indígenas é maior. Esta fragilidade econômica se acentua quando relacionada a questão de gênero". (OLIVEIRA; MACÊDO; CARVALHO, 2014, p. 12).

desenvolvendo suas culturas nos moldes de um profundo respeito pelo ambiente, sentindo-se parte da natureza, de seus ciclos de transformação e não donos dela (BALLIVIÁN, 2006, p. 66).

Dessa forma, os indígenas não se veem como donos da terra, e sim como parte dela. A terra funde-se aqui com um mesmo significado, pois o solo de onde vieram e onde seus antepassados viveram é o mesmo de que se tira o sustento, onde se cultivam os alimentos, assim considerado sagrado.

Nas sociedades indígenas do entorno da cidade de Tabatinga, enquanto os filhos estão em busca de melhoria na sua vida profissional, os pais permanecem trabalhando na comunidade por meio da agricultura.

Para os Ticuna, o solo é visto como um elemento de fundamental importância à produção de alimentos. Não apenas como um meio onde se desenvolvem as plantas, mas também como um fornecedor de frutos, matérias primas e que possibilita a vivência de muitos animais que fazem parte de sua dieta alimentar. Além de beneficiarem para os custos e gastos pessoais.

A renda econômica desses Ticunas pode-se dizer que é muito baixa para o seu custo de vida, mesmo porque ainda alguns pagam aluguel após saírem da sua comunidade. É importante destacar que todos os atores sociais deste trabalho afirmaram que pagam aluguel para morar na cidade. Evidente que é um dinheiro que não tem retorno. E em se tratando disto, a renda salarial torna-se muito baixa para todo o sustento da família.

Estes indígenas Ticuna residem de seis meses a um ano na cidade, sempre convivendo e morando de aluguel. Quando se pergunta por que migraram para cidade e qual sua finalidade vida, afirmam que um dos fatores foi separação conjugal, estudos, cursar faculdade, trabalhar e ter uma boa qualidade de vida, diferente da que vivem na comunidade. Esses são os fatores mais relevantes que levaram eles a morarem na cidade.

A formação escolar na cidade encontra paralelismos com traços que Van Gennep (1960) identificou como etapas, sequências ou períodos de um ciclo ritual que o indivíduo atravessa a fim de mudar de *status* ou de posição social. Uma fase inicial de separação do *status* anterior ou de um conjunto de condições culturais, através da mediação de ritos preparatórios. Ou ainda uma fase liminar ou de margem durante a qual está sujeito a estritas proibições e regras e possui características ambíguas – com poucos dos atributos do passado ou do estado futuro.

O período de estudos na cidade envolverá para o indivíduo tanto um distanciamento físico dos parentes, como um afastamento de atividades cotidianas e rotineiras praticadas na comunidade. Assim, ele viverá uma condição transitória que, como Van Gennep (1960, p. 67) assinala acima, possui características próprias, sendo, em certo sentido, distintas daquelas que viveu no passado e das que experimentará no futuro. Entre elas, considera-se importante destacar o tempo livre, a liberdade e a autonomia que o indivíduo goza durante esse período na cidade, sendo possível transgredir certas regras e valores, especialmente os que dizem respeito ao relacionamento com o sexo oposto, ao consumo de álcool e à participação em festas.

Para os Ticunas, o estudo na cidade, longe de representar o fator de desagregação salientado pelas perspectivas essencialistas e estáticas sobre os povos indígenas, possibilita a vivência de experiências por eles valorizadas e, desse modo, a aquisição de prestígio. Contudo, este estudo demonstrou que a moradia no espaço urbano não é definitiva, existindo um trânsito fluido entre a cidade e as comunidades.

As oportunidades de emprego, assim comentada por eles, podem ficar até mais fácil para a sustentabilidade da vida, mesmo estando presente um contexto adverso e discriminador para a população indígena.

Também é importante destacar que a opção pelo estudo, embora crescentemente valorizada, não é a única para os jovens indígenas, nem substitui de maneira uniforme ou irreversível outras escolhas, como dedicar-se à agricultura e às atividades de subsistência, casar e ter filhos cedo, viajar e empregar-se em cidades distantes, tornar-se pajé (curandeiro), entre outras.

Outra questão evidenciada que se constatou está relacionada ao preconceito na cidade e do grau de inferioridade entre eles Ticuna e não-indígenas. Do universo instigado, apenas alguns afirmaram que sofrem preconceitos sociais ligados à questão étnica.

As dificuldades atribuídas ao mundo urbano criaram condições para um movimento de aproximação entre as famílias Ticuna que residem nas cidades. É provável que a principal delas tenha se relacionado à moradia, uma vez que, como se constatou, as habitações alugadas na área central da cidade, além de serem precárias em comparação as aldeias, também são consideradas dispendiosas para os indígenas.

Nestas reflexões, pode-se perceber que os indígenas estão espalhados por todo o território brasileiro e a região Norte é a que mais concentra essas populações

do país. Há, no entanto, uma preocupação no sentido contrário do que corre na sociedade. Eles enfrentam uma série de dificuldades que colocam não só a sua cultura, mas também a sua existência em risco.

Outra grande dificuldade enfrentada por essa população é relativa a suas tradições. Isso porque o contato com populações externas acaba influenciando os costumes do povo, principalmente dentro de comunidades mais fracas, ou seja, aquelas sem lideranças indígenas, ou onde a liderança dos mais velhos não é tão forte assim.

Os povos indígenas sempre foram vistos como um estorvo ao progresso, isto porque eles precisam da terra para sua sobrevivência. Historicamente, a terra sempre foi o maior objeto de ganância por parte dos não indígenas, desde a invasão portuguesa até os dias atuais por grandes latifúndios. Durante todo o conhecimento da colonização da Amazônia, pouco mudou este espírito de ganância. No entanto, há no discurso não indígena que o indígena não pode ser indígena se quiser se integrar e se tornar um ente produtivo nos moldes capitalistas.

Por outro lado, os indígenas que saem de suas comunidades, abandonam o espírito de coletividade para viverem em um sistema individualizado nos espaços urbanos. Estes espaços muitas vezes são alvos de opressão e violências sociais. Os indígenas que migraram para a cidade ainda não sofreram este tipo de agressão.

A maioria das formas de violência cometidas contra os povos indígenas está na categoria violência contra a pessoa humana, que engloba ameaças de morte, homicídios, tentativas de assassinato, racismo, lesões corporais e violência sexual, verbal, física, política, territoriais e outras. Segundo os Ticunas urbanos neste trabalho, ainda não aconteceu esses tipos de violências com estes. Relatam que preferem andar calmo, tranquilo, não incomodam, uma vez que minimizando estes comportamentos podem estar mais reservados e despreocupados em não passar por isso.

Do ponto de vista indígena sobre os conflitos culturais, relatam que estes permeiam mais as comunidades indígenas do que a convivência deles na cidade. Visto que estes na cidade se tornam invisíveis. Os rituais, como a festa da moça nova, costumes, crenças e línguas, são alvo de dizimação pela influência dos não indígenas que convivem nas comunidades colocando juízo de valor nessas coisas. Esses conflitos culturais são visíveis quando nos rituais já se vê materiais da sociedade não

indígena como ornamento nestas festas tradicionais, devido à facilidade de se comprar no comércio alguns desses adornos prontos.

Partindo desse pressuposto, os Ticunas falam que a sociedade não indígena influencia na construção da sua própria identidade. Isto é percebido por meio de alguns hábitos e costumes absorvidos desta sociedade, e pela valorização de se tornarem cidadãos crescentes dentro da sua própria sociedade e, ao mesmo tempo, partícipes da sociedade não indígenas.

Esses indígenas embora já morem em área urbana, em seu cotidiano reúnem modos de viver herdados de seus antepassados, além de produtos, instituições e relações sociais adquiridas após a intensificação do contato com os não indígenas. Isto porque se vive em uma sociedade continuamente influenciada por tradições culturais internas e externas, gerando o hibridismo cultural.

As culturas indígenas não são estáticas, isto é, podem sofrer alterações ao longo do tempo. Ao contrário, elas são dinâmicas, como qualquer outra cultura. Assim transformam-se ao longo do tempo. Por outro lado, é inegável que a mudança decorrente do contato com a sociedade ocidental pode, muitas vezes, alcançar escalas preocupantes. Esse é o caso de povos que perderam suas línguas maternas e hoje só falam o português.

É preciso dizer que por trás das mudanças, cujo ritmo e natureza são diferentes em cada caso, há um aspecto fundamental: mesmo travando relações com os não indígenas, os povos indígenas mantêm suas identidades e se afirmam como grupos étnicos diferenciados, portadores de tradições próprias. E isso vale também para os povos que vivem em situações de contato mais intenso como é o caso do Ticuna que reside em Tabatinga.

Uma relação inicial entre indígenas e não indígenas, marcada pelo enfrentamento hostil, no futuro pode dar lugar a relações razoavelmente pacíficas e até mesmo desejáveis. Atualmente, diversos povos indígenas têm desenvolvido parcerias com organizações de apoio da sociedade civil brasileira.

Indigenistas da sociedade ocidental comentam e se lamentam que os indígenas estão perdendo sua cultura. Um indígena calçado e vestido com calça jeans, falando português, utilizando gravadores e vídeos ou morando em pequenas quitinetes, assim chamado nas áreas urbanas, está visivelmente aos olhos do povo não indígena. Por outro olhar, não se pode abandonar os indígenas ao ponto de isolá-



lo. O certo é deixar conviver no espaço de oportunidades para que assim prossigam seus caminhos.

É visível que a sociedade brasileira deve muito aos indígenas. É preciso deixá-los à vontade para fazer suas devidas escolhas. A questão é como fazer isso. Certamente não é devolvendo-os a um isolamento que nunca conheceram, entendendo que a sociedade que eles convivem é apenas mais um dos outros povos com que cada povo indígena mantém contato ao longo da história, seja através de trocas amistosas, seja de forma bélica.

Percebe-se ainda que a figura do indígena no Brasil e o espaço que ele ocupa na sociedade brasileira têm sido concebidos também de modo mutante. Em um primeiro momento, pensa-se o indígena como parte da formação da sociedade brasileira, tratando-o, como importante, no passado, para a constituição da singularidade nacional. O foco está no indígena como memória dos antepassados, nas heranças que deles se recebeu, seja genética, seja cultural.

O povo Ticuna ressalta que a sociedade não indígena não tem muita interferência na construção da sua identidade, devido ao fato destes não conhecerem a cultura dos indígenas o bastante. Por outro lado, afirmam que os membros jovens da sociedade indígena, em sua grande maioria, não conhecem seus costumes culturais, e consideram terem os mesmos direitos dos não indígenas.

O reconhecimento da cidadania indígena brasileira e, conseqüentemente, a valorização das culturas indígenas possibilitou uma nova consciência étnica dos povos indígenas do Brasil. Ser indígena transformou-se em sinônimo de orgulho identitário. Passou de uma generalidade social para uma expressão sociocultural importante do país. Não está mais associado a um estágio de vida, mas a qualidade, a riqueza e a espiritualidade de vida.

Ser tratado como sujeito de direito na sociedade é um marco na história indígena brasileira, propulsor de muitas conquistas políticas, culturais, econômicas e sociais.

Apesar da formatação social dada à identidade dessa nova geração de indivíduos indígenas, é notório o seu interesse, mais do que aquele dos velhos anciãos, pela recuperação do valor e do significado da identidade indígena.

Como afirmou um indígena Bororo certa vez, “é desejo de todo índio entrar e fazer parte da modernidade e seu passaporte primordial é a sua tradição”. Parece ser esta a razão principal da revalorização da identidade indígena.

Entrar e fazer parte da modernidade não significa abdicar de sua origem nem de suas tradições e modos de vida próprios, mas de uma interação consciente com outras culturas que leve à valorização de si mesmo.

Para os jovens indígenas Ticuna, não é possível viver a modernidade sem uma referência identitária, já que permaneceria o vazio interior diante da vida frenética aparentemente homogeneizadora e globalizadora, mas na qual subjazem profundas contradições, como a das identidades individuais e coletivas.

É importante destacar que quando se está falando de identidade indígena não se está afirmando que exista uma identidade indígena genérica de fato, está se falando de uma identidade política simbólica que articula, visibiliza e acentua as identidades étnicas de fato, ou seja, as que são específicas.

Nesse sentido, Gomes (2006, p. 04) fala que a cultura precisa ser parte de um direito coletivo onde os indivíduos portadores destes bens possam concorrer num mundo onde grupos locais lutam por maior autonomia. A cultura passa a ser um elemento móvel dentro da política econômica global, sendo o reconhecimento e ressignificação das identidades e dos seus legados, mecanismos sedimentados de coesão local, que poderão desenvolver formas específicas e diferenciadas para a sobrevivência.

Na coleta de informações para esta pesquisa, indígenas de outras etnias responderam que a sociedade não indígena não interfere na construção da identidade e sim que a seu ver apoiam a cultura indígena e suas tradições. Declararam que têm seus direitos indígenas e a eles recorrem quando necessário.

Percebeu-se que, em todos os resultados encontrados, a cultura indígena, afetada por traços de outros povos, divide opiniões dentro do grupo dos Ticuna. Alguns indígenas acreditam na manutenção de sua cultura como forma de consolidar tradições, evitando a perda total de suas características. Outros veem na miscigenação de comportamentos uma forma de integração e da sua própria proteção.

Atualmente, como dito antes, têm-se conhecimento da existência de povos indígenas, que vivem nos centros urbanos. As famílias indígenas que vivem em centros urbanos, em sua grande maioria, foram forçadas a migrar. Elas geralmente não deixam suas terras por opção, mas para tentar encontrar condições melhores de vida.

Boa parte de suas histórias são marcadas pela violência social, fogem das ameaças constantes, da escassez intensa ou do preconceito. A migração não ocorre apenas em direção às cidades. Em várias regiões, encontram-se grupos familiares dispersos, que nas migrações vão se afastando, tanto de suas terras tradicionais quanto de outros membros de seu povo.

São povos que foram forçados a se manter no anonimato de suas identidades étnicas e culturais durante anos e até séculos, em consequência de violentos processos de perseguição e de discriminação.

De acordo com o público pesquisado, o indígena Ticuna não tem o costume de festejar o aniversário da cidade e da comunidade onde moram e que para eles são hábitos diferentes da convivência em comunidade. Nesse aspecto, percebeu-se que os Ticuna urbanos sentem falta dos hábitos, costumes e tradições próprias, mas que, ao mesmo tempo, precisam aprender a conviver na sociedade urbana.

Para as lideranças Ticuna, faz-se necessário que eles acompanhem o desenvolvimento e a educação da sociedade não indígena para que assim possam sobreviver de forma mais democrática em seus estudos, saberes e consequentemente ter seus empregos.

A efetivação de direitos de cidadania para povos indígenas pressupõe o reconhecimento de sua autonomia, enquanto coletividades diferenciadas. As culturas, hábitos, costumes e tradições existentes nas duas sociedades. Portanto, há de se descrever que tudo aquilo que interage junto aos povos começa a fazer parte da sociedade como a vestimenta, culinária, danças, língua e toda herança herdada destes povos.

Sua herança e contribuição para a formação da cultura brasileira vai além da comida ou até a forma como se curam as doenças. Os indígenas, através de sua forte ligação com a floresta, descobriram nela uma variedade de alimentos e remédios utilizados até hoje em manutenção da vida.

Muitos costumes sociais estão presentes na sociedade não indígena. Diante disto, os Ticuna que vivem na cidade tendem a conviver em seu dia a dia com festas, danças, aniversários, bebidas industrializadas, comidas, novelas, filmes.

Estes e outros costumes estão presentes na vida do Ticuna que mora na cidade, o que descaracteriza os aspectos culturais trazidos das comunidades de origens. Aprendem junto com essa nova configuração social hábitos externos, mas que não descartam as práticas de tomar chás de ervas medicinais para curar doenças

e o de usar redes para dormir, que são formas primárias adquiridas da cultura dos povos indígenas, e que são usadas até os dias atuais pelos brasileiros. Assim como o uso de muitos nomes de pessoas e lugares cotidianos.

Os indígenas fazem parte da história brasileira, cuja dimensão de vida, de relações sociais, dos seus costumes, de suas comidas, de seu vocabulário, de qualquer forma, está presente no dia a dia das pessoas. É necessário refletir sobre a forma do olhar indígena, sobre o seu mundo e sobre o que deseja falar ao mundo dos de fora.

O que as sociedades indígenas esperam da sociedade envolvente, não é que lhes (re) ensinem suas tradições, nem que os não indígenas determinem os traços culturais a serem preservados, esta seleção e adaptação só pode ser realizada plenamente pelo próprio grupo indígena.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2010), os grupos de indígenas que aparecem na cidade são percebidos pelo homem não indígena de forma estereotipadas, a imagem representativa que o homem urbano faz em relação aos indígenas é de ladrões, traiçoeiros, preguiçosos e beberrões... enfim, de tudo que possa desqualificá-los.

É necessário estarmos abertos a novos paradigmas. Mudar o imaginário que se tem dos indígenas que os torna exóticos, selvagens e, ou até mesmo esquecer-los. Esquecer os indígenas é esquecer a si mesmos, é esquecer as terras, as raízes históricas. Deixar de considerar que os indígenas só devem ficar na mata, na aldeia, onde não incomodem ninguém.

Os deslocamentos de famílias ou de indivíduos indígenas para a cidade ocorrem de diversos modos e podem ser feitos diretamente da aldeia para a cidade, ou da aldeia para uma ou mais cidades intermediárias que se localizam nos municípios do Amazonas, ou de outros do país. Como já foi frisado anteriormente, a principal razão da migração é a busca da educação, que explica não apenas o deslocamento das famílias para as cidades, mas também a permanência nestas para que os filhos possam ter acesso à educação escolar de qualidade.

Em alguns casos, ainda crianças, os indígenas são levados para áreas urbanas para serem encaminhados à escola. Outras razões são a busca de emprego, o casamento com membros de outras sociedades, os problemas familiares na aldeia e outros. Lasmar (2005) destaca que, para os indígenas:

Viver como branco na cidade significa ter a possibilidade não só de concorrer com os brancos pelo acesso à educação escolar, ao dinheiro, a bens e serviços, mas também de se reposicionar no sistema indígena de prestígio. Contudo, a transformação também põe para os índios um dilema: se, por um lado, a apropriação do conhecimento dos brancos representa uma forma de garantir o controle sobre a sua situação presente e futura, por outro, ela envolve um risco para a própria identidade indígena, que tem na noção de comunidade um importante sustentáculo, como já vimos. Formulando de maneira sintética, a questão que se colocaria para os índios seria a de como se apropriar do conhecimento dos brancos sem precisar viver como branco o, isto é, sem precisar viver como se vive na cidade. (LASMAR, 2005, p. 257).

A dificuldade de acesso à educação nos aldeamentos, em parte, é reflexo da política pública de educação para as populações indígena executada para as grandes regiões brasileiras, em especial para a Região Norte, que comporta o maior contingente populacional indígena (IBGE, 2010).

Para Baines (2001), a migração indígena para os centros urbanos é motivada por diversos interesses. Ela começa desde o traslado de grupos familiares para bairros onde já há um contingente indígena organizado politicamente, até casos de migração de indivíduos em busca de emprego, tratamento de saúde, educação ou um novo estilo de vida.

Neste contexto, como se observa na análise de Giddens (1991), o ambiente urbano pode ser compreendido como um sistema autoproduzido, autocontrolado e autorregulado, onde os indivíduos vivem, migram, emigram e morrem. Dentre os indivíduos que migram para a cidade e que saem de uma realidade pautada na tradição, tem-se os indígenas que se tornam cidadãos.

Os indígenas querem usufruir de seus direitos. Querem assistir televisão e viver na cidade como qualquer outro indivíduo, mas com sua auto identificação enquanto indígena, em alguns casos, distanciam-se do modo de vida tradicional da aldeia, que passa a ser considerada atividade penosa, a qual já não serve para seus filhos nascidos na cidade.

Quando há o retorno à aldeia, os indígenas, em alguns casos, voltam empregados e passam a desempenhar atividades remuneradas nas suas aldeias ou em outras.

A inserção dos Ticunas no tecido social urbano trouxe inúmeras transformações em suas condições históricas, já não há o contato intenso com a natureza e os meios de subsistência se tornam mais difíceis, mais ainda a necessidade de qualificação profissional.

Diante das exigências da sociedade envolvente, o fortalecimento dessa população quanto a sua identidade é mais cobrado. Assim, quando indagado sobre a questão das associações e organizações Ticuna sobre o que contribuem no fortalecimento da identidade cultural obteve-se que:

As organizações Ticuna preocupam-se em suas discussões com a oportunidade de estudo de seus filhos dentro das aldeias e comunidades, bem como o trabalho profissional e a oportunidade de emprego. Buscam orientar os indígenas sobre o repasse do conhecimento para seu povo e os demais conhecimentos que podem viabilizar o fortalecimento da identidade. Além que, as organizações Ticuna é para eles a base principal que instintos pela sociedade visam resgatar este fortalecimento em prol também das melhorias a comunidade. (Amadeu Ticuna, setembro, 2016).

Tais organizações se formam por pessoas políticas e pelos povos que são líderes do aldeamento indígena, sendo que, para os Ticuna entrevistados, cinquenta por cento destes líderes não pensam na identidade cultural como preservação, o que de fato interessa a eles é a questão particular, ou seja, de interesse próprio.

Um dos temas mais discutidos neste cenário é a união dos povos Ticuna nas associações e organizações apoiando seus costumes e tradições. Buscam oferecer princípios de viver sempre em união com todos da comunidade e que através da organização em comum resgatam seus direitos. Toda esta discussão se dá por meio de reuniões. De fato, a organização se encontra nos elementos culturais, principalmente nas festas, danças, política, religião, sociedade, em prol de seus direitos e deveres.

Para os pais, o período de moradia de seus filhos na cidade desenvolverá um indivíduo tanto com um distanciamento físico dos parentes, como um afastamento de atividades cotidianas e rotineiras que praticavam na aldeia. Assim, viverá uma condição transitória que possui características próprias e são, em certo sentido, distintas daquelas que viveu no passado e das que experimentará no futuro.

Entre elas, considera-se importante destacar o tempo livre, a liberdade e a autonomia que goza durante esse período na cidade, sendo possível transgredir certas regras e valores, especialmente as que dizem respeito ao relacionamento com o sexo oposto, o consumo de álcool e a participação em festas.

As cidades brasileiras estão cada vez mais recebendo integrantes de povos indígenas. A informação foi dada pela Coordenação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) local. De acordo com a FUNAI, a migração indígena para cidades é

relativamente recente no Brasil, mas pode ser cada vez mais percebida na Região Norte, onde muitos indígenas procuram as cidades para estudar ou para ter acesso a alguns recursos que não conseguem obter em suas aldeias.

**Tabela 1 - Composição da população indígena, segundo etnia e condição de domicílio – Cidade de Tabatinga/AM**

<b>Etnias residentes na cidade</b>	
	<b>%</b>
Ticuna	25,0
Kokama	72,0
Kambeba	0,7
Kaixana	0,4
IGN	0,3
Total	100,0
<b>Etnias residentes na Terra Indígena</b>	
	<b>%</b>
Ticuna	99,2
Kanamari	0,02
Kokama	0,58
Mayuruna	0,06
Total	100,0

**Fonte:** OLIVEIRA; MACÊDO; CARVALHO, 2014, p. 6.

Estar na cidade não significa deixar de ser indígena, perder a sua identidade, ao contrário, pode-se identificar entre outros indígenas que vivem na cidade a permanência de elementos e signos comuns de pertencimento que ligam e organizam os grupos em seus diferentes povos através de práticas bem comuns entre eles, formando assim um diálogo interétnico.<sup>12</sup> Neves (1999) destaca que:

É importante não perder de vista que apesar do diálogo interétnico ser sempre desigual, com interesses divergentes e em sua maioria conflitantes, as relações entre sociedades diferentes são sempre conduzidas pelos universos simbólicos e materiais operantes tanto no campo partilhado do contato como no interior de cada sociedade, o que faz com que a aproximação de culturas e povos distintos seja mais do que um simples processo de homogeneização ou de descaracterização cultural. (NEVES, 1999, p. 96).

A questão central que esta situação coloca está relacionada ao confronto entre universos simbólicos diferentes postos em interação a partir das relações de contato entre povos distintos. O choque pode se dar entre sistemas epistemológicos

<sup>12</sup> Em Tabatinga, a concentração de integrantes da etnia Ticuna se dá majoritariamente nas Terras Indígenas. Na área urbana, a maior concentração se dá com integrantes da etnia Kokama, conforme tabela a tabela. Isso é explicável devido ao caráter sazonal da permanência Ticuna na zona urbana, pois permanecem por alguns meses do ano. Optamos por analisar a etnia Ticuna porque os números se tornam superiores devido justamente a essa migração constante entre a área rural e a área urbana.

diferentes, com disputas e conseqüentes negociações entre conhecimentos rivais mobilizados para o entendimento das práticas indígenas articuladas às práticas das sociedades envolventes e à necessidade de reinterpretações, rearranjos e reconfigurações das estruturas sociais étnicas tradicionais conjugadas às novas demandas políticas decorrentes da situação de contato interétnico.

Procurando melhor explicar os problemas que mais afetam os povos Ticuna que residem na área urbana do município de Tabatinga estão resumidos na tabela a seguir:

**Tabela 2 - Ideologia sociais da sociedade não-indígena**

<b>Problemas e ideologias da sociedade externa (não indígena)</b>	<b>Descrição dos Problemas O que afeta os povos indígenas?</b>
Mercadorias nacionais e internacionais	Consumo de alimentos que não são produzidos na comunidade, o que causa problemas no investimento econômico da sociedade Ticuna.
Bebidas alcoólicas	Prejudica a vida social de muitos indígenas
Costumes	Inserção de costumes do branco na aldeia, o que causa a perda de identidade nos jovens e crianças.
Religião	A evangelização que só visa a espiritualidade tornando-se preconceito.
Língua	A perda da língua por crianças que estão apropriando-se da língua portuguesa. Sem querer utilizar a língua materna. Torna-se preconceito para o povo indígena.
Vestimenta	Modos adquiridos de como se vestir igual ao não indígena.
Comunicação	Cria-se um complexo de inferioridade por parte do indígena em não se comunicar com a sociedade não indígena.
Culinária	Os indígenas dizem que a culinária indígena dentro de muitas comunidades já não mais faz parte da mesa. Portanto, este não quer mais adotar suas comidas típicas.

**Fonte:** Sebastião Sousa, maio/2017.

Estar na cidade é descobrir-se em outro mundo, onde não existe o conhecimento e o reconhecimento de quem é por grande parte da sociedade, é onde a sua existência passa a ser marcada pela contradição histórica, por construção ideológica, que muitas vezes é opressora, que marca os limites entre o preconceito, a exploração e o abuso de poder.

Sendo assim, não há dúvidas que o cenário recente em que se veem hoje engajados os povos indígenas acerca da utilização e apropriação das cidades é assustador. Assim, este novo contexto tem colocado uma série de questões desafiadoras para a etnologia indígena.

O universo indígena pesquisado envolve-se cada dia mais com os processos do mundo externo a comunidade. Usam com frequências todos os instrumentos



urbanos para sua dinâmica de vida, assim como para as necessidades básicas, os processos de monetarização, de dependência de mercadorias industrializadas, com o dinheiro e outros tipos de consumo.

A realidade, porém, mostra que a vida urbana acarreta em uma série de dificuldades para os indígenas. Desta forma, a presença indígena nas cidades traz um duplo desafio. Um se refere à política indigenista: adequar o direito dos povos indígenas de forma a contemplar essa realidade em meio urbano; outro é referente à política urbana: buscar formas de garantir a diversidade no exercício do direito à cidade.

Mudar para outra trajetória, da vivência em grupo, da relação espaço-tempo, para outra cultura, ou seja, da sua aldeia para a cidade, mostrou que as barreiras são muitas, considerando as informações históricas, culturais e contemporâneas.

O contato do indígena com a cidade, seus sistemas de relações sociais, de capital, de cultura são marcados, primeiramente, pelo estranhamento, pelo contraste entre as duas realidades, entre os modos de viver e o de estar na vida, nas suas inter-relações com o espaço, com a família, com o trabalho e com o tempo.

O povo brasileiro tem dificuldade em reconhecer o indígena enquanto elemento da sociedade. O indígena continua sendo um indivíduo desmembrado e talvez nem um indivíduo, por ser indefinido, desconhecido, pré-concebido. As políticas públicas para indígenas atualmente existentes estão centralizadas em frentes temáticas, arroladas principalmente nas questões de saúde, educação diferenciada e moradia. São, por vezes, políticas que de fato satisfazem aos interesses desses povos e, mesmo que ainda não suficientes em relação à demanda destas populações, e elaboradas de forma não necessariamente participativa, são um posicionamento político do Estado no reconhecimento da necessidade por políticas sociais diferenciadas.

Os estudos sobre os povos indígenas em contexto urbano circulam por um campo com uma temática escorregadia, em movimento, onde os desafios, as incertezas e as surpresas sempre se fazem presentes. Como se está diante de uma temática complexa, as produções sobre o assunto não apresentam um consenso em relação a que termo empregar - indígenas urbanos, indígenas na cidade, indígenas da cidade, indígenas citadinos, indígenas em áreas urbanas e indígenas em contexto urbano, Albuquerque escreve que “as poucas políticas públicas que foram construídas para amparar os povos indígenas em contexto urbano foram criadas e implantadas

por alguns estados e municípios, sendo, em sua maior parte, ações da Secretaria de Direitos Humanos”. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 78).

Os indígenas que vêm para a cidade formam um grupo social passivo, movido pela curiosidade, pela aventura quando chegam e não estão bem preparados para a vida urbana. Têm uma educação formal elementar, são em sua maioria alfabetizados e quase sempre militam em movimentos indígenas, são localizados na periferia das cidades, compartilham com a miséria do povo, e se destacam por possuírem uma carga histórica que os identificam pelas suas diferenças que são consolidadas nas formas e nas dinâmicas das relações sociais no espaço urbano, como destacou Melo:

Os índios estão migrando para a cidade buscando o que falta na aldeia – como mercadorias e educação formal principalmente. O mundo dos “brancos” é representado por bens simbolicamente importantes: as mercadorias e a escola. Ir para a cidade significa escolarização, inserção no mercado de trabalho e, muitas vezes, casamentos interétnico. (MELO, 2009, p. 76).

É importante observar que dialogar entre duas realidades não faz com que o indígena deixe de ser indígena, adentrar outra cultura não significa perder a sua referência, a sua identidade étnica.

Neste viés, o indivíduo ao migrar para cidade não perde sua essência cultural de origem, no novo ambiente ele busca coagir e unir sua tradição para mantê-la viva na cidade, não esquece sua origem, mas sim a valoriza, tendo na base uma reserva de força para manter sua identidade. Viveiros de Castro aborda que,

[...] entendemos que toda sociedade tende a preservar no seu próprio ser, e que a cultura é a forma reflexiva deste ser; pensamos que é necessária uma pressão violenta, maciça, para que ela se deforme e transforme. Mas, sobretudo, cremos que o ser de uma sociedade é seu preservar: a memória e a tradição são o mármore identitário de que é feita a cultura. Estimamos, por fim, que, uma vez convertidas em outras que si mesmas, as sociedades que perderam sua tradição não têm volta. Não há retroceder, a forma anterior foi ferida de morte. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002a, p. 195).

O indígena continua com uma representação folclórica e distorcida, que leva a muito preconceito, em todos os sentidos, como na cultura e na própria língua. Onde acaba-se tendo uma relação esquizofrênica com os indígenas. Se ele está na floresta, é selvagem, provoca medo; se está no mundo dito civilizado ou em áreas urbanas são considerados não indígenas e até mesmo com denominações de indígenas urbanos. É de se repensar esses conceitos tão errôneos. Isso pode ser explicado quando acontece com um estrangeiro que sai de seu país, mas que continua tendo sua

nacionalidade. O mesmo deve acontecer com os povos indígenas que saem de seus territórios. Visto que na atualidade há uma população grande de indígenas urbanizados, e isso significa repensar cada vez mais o lugar do indígena na sociedade contemporânea.

À medida que o indígena deixa de se enquadrar nos modelos pré-estabelecidos pela sociedade externa à sua, aumenta o discurso de culpabilização por estarem desaculturados, ou sem cultura, como se por usarem telefone celular ou energia elétrica, deixariam de ser indígenas.

Esse argumento de que eles não são mais indígenas serve para invalidar as reivindicações por terra, o que não seria culturalmente válido, e isso tem um fundo perverso, que anula a identidade do outro.

Desta forma, ocorre uma integração que se realiza por meio de relações profundamente desiguais, às vezes no limite da exclusão. Enquanto minorias, os povos indígenas se vêm forçados a negociar, constantemente, seus interesses diferenciados com as mais diversas instâncias de poder, nas esferas local, nacional e internacional.

Sabe-se que a relevância dos conhecimentos tradicionais está não apenas evidenciada para a manutenção das culturas e da diversidade social, mas também, porque esses saberes não são agressivos ao meio ambiente, na medida em que, ao serem praticados o são com respeito ao tempo natural de renovação dos recursos, ou seja, de modo sustentável. Assim, preservam a biodiversidade, conservando a potencialidade de recepcionar e atender às futuras gerações.

A proteção dos conhecimentos tradicionais significa, portanto, assegurar o próprio direito à diversidade cultural que todos possuem, de forma igualitária e sem ressalvas. Por isso, deve haver o (re) conhecimento das diferenças entre os povos e o respeito mútuo, que atingem, crucialmente, as comunidades autóctones, consoante a isso Beckhausen expõe que:

O direito à diversidade cultural é uma garantia concedida a determinados grupos culturalmente diferenciados de que suas tradições, crenças e costumes possam ser preservados e protegidos frente a movimentos de interculturalidade, ou seja, ninguém pode ser obrigado a abster-se de possuir suas próprias tradições, crenças e costumes, ou mesmo de ser obrigado a aderir às tradições, crenças e costumes de outros grupos. Trata-se de um direito fundamental de primeira dimensão, cujo titular é o indivíduo e que pode ser oponível erga omnes. [...]. (BECKHAUSEN, 2007, p. 35).

Nesses contextos, aprenderam a gerir tanto suas especificidades culturais quanto seu posicionamento, face às exigências do desenvolvimento. É por este motivo que se costuma afirmar que os povos indígenas lutam a favor e contra o desenvolvimento.

Colocam-se a favor quando reivindicam acesso aos serviços básicos de educação e saúde, que são necessidades vitais. No entanto, quando se opõem ou contra as condições, ocorre quando reivindicam garantias territoriais e procuram explicitar e defender suas diferenças culturais. Mas é também no interior das comunidades que ocorrem as maiores tensões, decorrentes da insidiosa discriminação a que são submetidos.

Os Ticunas em sua comunicação diária usam sua própria língua, que tem o mesmo nome da etnia, classificada como língua tonal e geneticamente isolada, da fonologia e sintaxe complexa. No Brasil, o Ticuna é falado em mais de cem aldeias e nove municípios, e nas cidades onde há falantes da língua.

Os Ticunas em trânsito nas cidades dos municípios, onde se situam suas aldeias fazem uso da língua Ticuna entre si e com os que ali se fixaram. Os filhos dos que se fixaram nas cidades usam com frequência a língua Ticuna com seus pais. Em casos raros, a língua cede lugar ao português. Os que se deslocaram para os centros urbanos maiores sofrem uma imposição muito mais forte da língua portuguesa, pois a educação nas escolas, tanto municipal e estadual prima pelo ensino da língua oficial brasileira.

A extinção das línguas indígenas é uma das grandes preocupações no que diz respeito à sua preservação. Os índices são mais alarmantes se considerarmos o número de falantes, pois metade das poucas línguas sobreviventes conta com poucos representantes. Exceto dos povos que moram nas comunidades mais distantes.

Dentro das próprias comunidades indígenas, é possível notar alguns fatores que colaboram para a extinção da cultura. São minoria os conhecedores da língua materna de algumas etnias e, por vezes, esses correspondem aos representantes mais velhos da aldeia, que não conseguiram transmitir essa sabedoria às novas gerações. Além disso, pode ocorrer um processo de isolamento, uma vez que essa minoria perde representatividade ao não saber se comunicar em português.

A perda dessas línguas e das informações culturais são consequência de fatores políticos, uma vez que a expressão cultural e linguística são uma forma de poder. E a busca de poder por maior representatividade das lideranças na sociedade

contribui para o desaparecimento dessas línguas consideradas minoritárias. Assim como a integração nacional torna uma ameaça às línguas com a sociedade envolvente.

Assim, quanto mais se estabelece contato, os indígenas veem no aprendizado do português como uma forma de conquistar espaço, e uma ferramenta de poder. Essa integração com a sociedade envolvente leva-os a abandonar elementos tradicionais, inclusive a língua.

Em alguns casos, os próprios pais incentivam os filhos a aprender o português para que eles ganhem mais espaço. Assim eles começam a acreditar que a língua materna mais atrapalha do que os beneficia.

Desse modo, neste trabalho procurou-se evidenciar alguns aspectos relevante que identificam os membros da etnia Ticuna que residem na região do Alto Solimões, mostrando como se diferenciam dos demais indivíduos urbanos. Dentre esses aspectos pode-se destacar sua identidade social, cultural e indígena assim:

- a) Pela fisionomia e biotipofísico: em se tratando do biótipo humano Ticuna, nas características primárias, apresentam uma estatura mediana, magros, de olhos puxados, cabelos lisos e negros, tanto o gênero masculino como feminino. Geralmente são calmos, pacientes, comportam-se de maneira diferente da sociedade não indígena. Talvez este comportamento esteja ligado à sua própria natureza biológica humana, influenciada pelo meio em que vivem;
- b) Pelo uso de hábitos: ao se referir ao uso de hábitos, os Ticuna dizem que se originam de uma herança cultural e citam exemplos de alimentos como mandioca, milho, palmito, canjica, tapioca, beiju e outros. Citam ainda, outros objetos bem tradicionais como redes, jangadas, canoa, armadilhas de caça e pesca, assim como o uso do tabaco, banho diário, dentre outros.

A cultura indígena está presente na língua materna, nos costumes, nos cantos, nas danças, nas pinturas corporais, nos ritos, nas narrativas, nos saberes e nas tecnologias tradicionais. Ela é uma das raízes ou matrizes da cultura brasileira atual. Seus traços são encontrados em diferentes momentos do cotidiano dos brasileiros.

Nas alimentações desse povo, aparecem os pratos com comidas de mandioca, tapioca e outros combinados com frutos da floresta.

Possuem uma grande habilidade em construir objetos de uso diários e confecção de rede de descansar. Guardam grande conhecimento das ervas

medicinais. Elaboraram a nomenclatura de animais e mantêm uma grande relação com a natureza.

Em aldeias mais isoladas, a cultura indígena é forte e está preservada. Um desafio para preservar, visto que esses indígenas estão imersos em duas culturas e dois mundos – a convivência com os não indígenas e a vivência da cultura tradicional.

Quanto maior é a convivência com os não indígenas, maior o risco de se perder as tradições. No atual contexto, a preservação do território e da cultura constituem os principais desafios dos povos indígenas.

Vale ressaltar que, embora tenham características comuns, os indígenas não são iguais, cada povo tem sua peculiaridade. Cada povo habitante de determinada área do território brasileiro possui suas diferenças em cultura, organização política/social, rituais, lendas, arte, habitações, educação, alimentação, entre outros.

Para a sociedade brasileira, os indígenas são uma fonte de conhecimento, pois suas experiências passadas entre gerações formaram o que é chamado de cultura brasileira, sendo diversificada, heterogênea e peculiar. Há muito tempo no Brasil, as sociedades veem englobando o modo de vida dos europeus e de outros povos, fato que ocorre com uma mescla de valores, formando um hibridismo cultural de costumes, línguas e hábitos dos indígenas que eram quase que desprezados pelos nobres do passado.

Durante milênios de anos, o artesanato foi o único modo que se tinha para fazer objetos. O mundo humano foi construído à mão e o artesanato é uma maneira de fazer objetos (LIMA, 2009).

O artesanato configura-se como uma maneira de comunicação não verbal, em que sua mensagem é prestada por meio de suas partes constitutivas, resultando em estímulos perceptíveis através de códigos específicos. Esses elementos têm todo um repertório que denota as mais sutis características de uma comunidade (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Borges (2003), o artesanato manifesta um precioso patrimônio cultural acumulado por uma comunidade através de técnicas transmitidas de pai para filho, com materiais abundantes na região e dentro dos valores que lhe são caros. Deste modo, o artesanato se torna um dos meios mais importantes de representação da identidade de um povo.

Logo, o artesanato diz respeito a toda a produção decorrente da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por pessoas que

apresentem o domínio integral de uma ou mais técnicas, agrupando criatividade, habilidade e valor cultural, atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios.

Conceitualmente, artesanato é definido pelo SEBRAE como “toda atividade produtiva que resulte em objetos e artefatos acabados, feitos manualmente ou com a utilização de meios tradicionais ou rudimentares, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade” (SEBRAE, 2004, p. 21).

Na perspectiva de Cucho (2002, p. 19), a arte indígena é determinada pela cultura e não constitui uma tarefa simples, pois abrange interesses multidisciplinares, sendo analisada em muitas áreas de conhecimento. Visto que esta pertence ao caráter transversal da cultura, que permeia distintos campos da vida cotidiana.

Os indígenas brasileiros pertencem a vários grupos diferentes, com costumes diferentes. A língua, as crenças, as técnicas de trabalho, a organização familiar e social muda de um grupo para outro. Geralmente os indígenas são agrupados de acordo com sua língua.

Os indígenas Ticuna gostam e têm bastantes habilidades com a arte. Tanto da arte que tem utilidade para o seu dia a dia, como também para fabricação de utensílios de caça e pesca.

Utilizam todos os materiais que são encontrados ao seu redor. Os Ticuna trabalham bastante com a argila, a palha, ou fibras que são usados na fabricação de objetos decorativos de uso diário.

Para a sociedade Ticuna, os cantos, dança e os rituais são representações identitárias, aprendidas pelo contato permanente com a natureza, por isso, a conhece e sabe viver em equilíbrio com ela, sem destruí-la. O conhecimento começa a ser aprendido desde a fase de criança, em contato direto com os adultos, sem ter necessidade de aprender na escola. O indígena sabe que a natureza é a garantia de sua vida, que o mal que fizer a ela estará fazendo a si mesmo e a seus filhos.

O afastamento do grupo familiar e o sentimento de solidão são aspectos especialmente destacados quando qualquer pessoa tem a necessidade de se afastar do seio familiar em busca de algo importante para sua vida. O Ticuna ao ingressar na sociedade não indígena sente grande necessidade familiar, visto que este já está acostumado ao sentimento de pertencimento da sua comunidade, bem como dos costumes. Neste sentido, torna-se necessário que este indígena se adapte aos

costumes dos outros, levando em conta o que de fato possa contribuir para alcançar seus objetivos fora da comunidade.

A dificuldade e a periculosidade do deslocamento são também apontadas por esses indígenas urbanos. Em geral, os indígenas que estudam em cidades da região do Alto Solimões passam de três a dez anos morando nelas, ou seja, cursam o ensino fundamental e também o médio. Em geral, os que estudam nos grandes centros urbanos, geralmente moram no máximo por quatro anos, realizando estudos mais específicos – formação profissional.

A convivência no mundo dos civilizados, embora atraente para muitos, mostra-se, também hostil, estranha e perigosa para o indígena. A falta de qualidade, variedade e abundância de alimentos que eram parte da dieta habitual na aldeia, expressa pela fome que muitos estudantes salientam terem sentido, faz parte desse processo de luta e de dificuldades atravessadas.

São recorrentes as referências a um disciplinamento corporal vivido nesse período e que é tido como duro e incômodo, pois precisam passar horas sentados, realizando um esforço visual e manual por causa da escrita e da leitura bilíngue.

A partir do contato, as culturas dos povos indígenas sofreram profundas modificações, uma vez que dentro das etnias se operaram importantes processos de mudança sociocultural, enfraquecendo sobremaneira as matrizes cosmológicas e míticas em torno das quais girava toda a dinâmica da vida tradicional.

Os povos indígenas não são seres ou sociedades do passado. São povos de hoje, que representam uma parcela significativa da população brasileira e que por sua diversidade cultural, territórios, conhecimentos e valores ajudaram a construir o Brasil. A passagem do comunitário indígena ao ambiente urbano, lida diretamente com as questões das essências, já citadas a cima. A ideia de indígenas urbanos parece, a esse imaginário, como uma contradição em termos.

Na visão do não indígena urbano, indígena é visto como o selvagem fora da selva, muitas vezes camuflado entre prédios, é pensado como um indivíduo deslocado, fora de seu próprio mundo, em contradição com a essência de seu ser.

Um dos aspectos com os quais a antropologia moderna tem que lidar é de certa forma com a teoria da mudança cultural, que torna a transformação com um processo diferente de si próprio e, como consequência, igual a outrem, deixando, assim, de ser quem se é. Para Viveiro de Castro,



[...] maneira como se lida, conceitualmente, com a presença indígena nas cidades tem implicações epistemológicas importantes. Olhemos mais de perto da ideia-valor “índios urbanos”. Existiria um tipo de índio que é “urbano”, diferente dos outros, que seriam rurais, aldeados, ribeirinhos (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 195).

Essa diversidade de aspectos mostra que não há uma situação a que se possa referir como essa situação de urbanidade dos indígenas. As especificidades de cada caso implicam modos e intensidades de relação específicos com a cidade. Ao pensar na inserção de indígena na cidade, e isso deve ser feito empiricamente, há de se levar em conta sua sociocosmologia, e dentro desta estrutura geral, a noção específica de territorialidade.

A floresta amazônica vem deixando de ser o lar de milhares de indígenas. A escassez de alimentos, o desmatamento e o avanço das cidades sobre as matas são alguns fatores que motivaram os povos tradicionais a migrarem para áreas urbanas.

Apesar de buscar melhores condições de vida na cidade, a maioria dos indígenas vive em situação de pobreza, tem dificuldade de conseguir emprego e a principal renda vem do artesanato.

De acordo com relatos expressos pelos Ticunas, atores sociais desta pesquisa, os não indígenas os veem como pessoas incapazes de conseguir seus objetivos e que através da sua identidade não conseguiram ser capazes de fortalecer sua vida em outra sociedade, a qual não seja a sua. Ainda nos relatos não indígenas, estes são vistos como um ser incapaz, como um mendigo, dizimado porque os Ticuna têm suas terras para morar tranquilamente, e não devem vir para os centros urbanos para se tornarem um problema social.

Os povos indígenas, ao longo da história, foram submetidos a diferentes políticas do Estado brasileiro e a maioria não contemplava ações que garantissem o futuro desses povos enquanto possuidores de cultura diferenciada (Campos 2004). O Brasil é um país com grande diversidade étnica, social e cultural. Essa pluralidade, no entanto, nem sempre foi reconhecida social e legalmente e, muito menos, problematizada do ponto de vista educacional de alcançar seus status sociais.

Positivamente, a escola indígena tem sido um espaço privilegiado de experiências pedagógicas alternativas que valorizam a autonomia da comunidade e negam o autoritarismo do sistema escolar, do professor ou da ideologia dominante como um todo, e conquistam espaços culturais próprios inserindo suas línguas, suas tradições, sua história, suas artes, seus conhecimentos nos conteúdos curriculares.

Em questionamento sobre o uso da língua, os Ticunas enfatizaram que é importante inserir a disciplina da língua Ticuna nas escolas, pois é uma forma de fortalecer a identidade Ticuna com o uso da oralidade materna que está em constante influência aos alunos, e que o professor tem que trazer o conhecimento do não indígena para as escolas da comunidade. Assim, concretizar a principal identidade na escola, que é a língua, para não esqueçam sua cultura. Além do que a escola tem que promover ações culturais e tradicionais do povo Ticuna, vivendo e convivendo com outros sistemas da vida em sociedade.

Acredita-se que é através da escola, de forma útil, que o indígena se prepara para conhecer seus direitos e deveres. Atualmente, os alunos indígenas têm estudado disciplina ou matéria, no padrão da escrita não indígena o qual traz um prejuízo cultural grande em sua formação. Para eles, faz-se necessário, professores capacitados bilíngues.

Do ponto de vista dos Ticuna, o ensino está sendo mal estruturado nas escolas da comunidade. Essa é uma das razões os quais as famílias saem de suas comunidades e vem para as cidades. A escola na comunidade não está dando suporte e não atende as necessidades de cada aluno. A escola da comunidade não está preparando o indígena o suficiente para que ele possa se relacionar com outras sociedades.

As famílias entrevistadas ressaltaram a importância de estudar e aperfeiçoar os estudos fora da comunidade e após se formarem terem a oportunidade de voltarem a sua comunidade, para interagir e participar com as respectivas formações, dando apoio à comunidade, como filhos oriundos da terra. Quando se questionou de que forma eles buscam reafirma a identidade étnica, que pode ou está inserida na comunidade. Foram firmes em dizer que é para o próprio conhecimento de mundo, e o que ficou em evidência foi o ritual.

Esta evidência está na reafirmação cultural pela cobiçada festa da moça nova, simbolismo realizado pelos Ticuna para a apresentação da filha à sociedade. De forma geral, o que para a realidade de sociedade não indígena seria a festa de aniversário dos quinze anos da filha. Na visão de um pai entrevistado, observa-se a forma de como a comunidade vem valorizando este ritual para preservação da identidade cultural Ticuna lembrando que:

Antes as pessoas diziam que a festa da moça nova já existiu, foi algo verdadeiro, e que as pessoas que não a faziam porquê iam morrer. Depois,

com a religião, descobre-se outras coisas que ampliou os pensamentos do índio. Mas também agora a gente está valorizando de novo a cultura, porque a lei diz que temos direito de praticar. Então a gente, no Dia do Índio, faz festa de tambor, festa da moça nova. As moças cortam o cabelo, mas com tesoura. (Candido Ticuna, novembro, 2016).

A festa caracteriza-se como um ritual de passagem, referindo-se à transição da fase de menina para a fase de mulher e é composta por inúmeros atos simbólicos significativos, como o convite aos Ticunas de clãs diferentes, a construção do curral para isolar a moça, músicas e instrumentos musicais selecionados especificamente para a festa, presença de mascarados e máscaras representando seres mitológicos, a fase da pelação, momento em que os cabelos da moça são arrancados, a cerimônia de purificação, que consiste no banho de rio. “A cerimônia se encerra quando a moça coloca o vestido de adulta, marcando simbolicamente a sua entrada no mundo social” (FREIRE, 2004, p. 07).

Para os rapazes, não há um ritual ou uma cerimônia expressiva que marque sua passagem à vida adulta. Amadurecer sexualmente é percebido pela família como mudança de voz e dominar conhecimentos e habilidades relativos ao seu gênero, o qual o tornasse preparado para buscar uma mulher e formar uma família. Para uma grande maioria dos pais, o mais desejado é que eles estudem e, para isso, devem deslocar-se da aldeia para centros ou cidades urbanas, e separar-se da família.

Os indígenas Ticuna afirmam que os rituais, as crenças e as tradições devem ser repassados de geração em geração, isto ainda é que os eles mantêm vivo para que deva permanecer a aliança entre o humano Ticuna com a natureza.

As gerações indígenas mais antigas parecem oferecer maior resistência à reafirmação das identidades étnicas, em grandes medidas ainda influenciadas pelas sequelas do período colonial repressivo. Desse modo, há uma distinção mais clara entre as populações indígenas e a não indígenas baseadas no conceito de etnia e no reconhecimento de uma continuidade sociocultural, histórica e identitária das sociedades e das culturas indígenas, claramente distintas da sociedade envolvente.

Assim, ter seus direitos garantidos por lei foi o primeiro passo para que os indígenas brasileiros pudessem desenvolver um processo de ensino-aprendizagem diferenciado e, conseqüentemente, pudessem criar e aprimorar suas práticas tradicionais e culturais.

Desde a Constituição de 1988, o governo brasileiro demonstra uma preocupação maior em garantir, através das leis, os direitos das comunidades

indígenas de preservarem suas culturas, costumes e tradições, utilizando a educação como principal instrumento.

Há também um incentivo para que os indígenas atuem como discentes ou docentes no processo educacional. Sabe-se que há uma grande distância entre o que dizem as leis e o que acontece na prática.

Os indígenas foram obrigados a acreditar que a única saída para o futuro de seus filhos era esquecer suas tradições e mergulhar no mundo não indígena sem olhar para trás. Atualmente com a força de vontade e pelo incentivo garantido nas leis, muitos velhos sábios e anciãos indígenas estão superando esse trauma psicológico, e embarcando no caminho que está sendo traçado e construído pelas gerações mais jovens, onde prevalece a recuperação da autoestima, da autonomia e da dignidade histórica, tendo como base a reafirmação da identidade étnica e do orgulho de ser indígena.

Diante disto, coloca-se em pauta alguns saberes tradicionais relatados pelos entrevistados, onde afirmam que a principal forma de passar o conhecimento para as novas gerações, ainda se dá por narração oral, transcrição e tradução em língua portuguesa.

Os saberes tradicionais podem ser escritos em livros, para que esses conhecimentos não se percam, sendo perdidos quando os mais velhos da aldeia morrerem e levarem com eles os saberes. Então, esses conhecimentos devem ser deixados para que os mais novos possam dar continuidade aos costumes e cultura. Logo, pesquisar e buscar junto às famílias que são conhecedores da realidade dos Ticuna desde os princípios até o tempo atual, é um grande desafio, dada a importância de passar o conhecimento do passado dos sábios de geração a geração.

Os moradores das pequenas comunidades têm maiores dificuldades de impor suas necessidades aos políticos regionais, visto que o eleitorado é bastante pequeno, mas em compensação a qualidade de vida de seus habitantes é invariavelmente melhor que nas grandes aldeias.

Nessas comunidades não há qualquer dificuldade de obter seu sustento, que ademais pode ser classificado como sustentável ao longo das próximas gerações, e não geram impactos significativos ao ambiente. O grande desafio para as lideranças que optaram por esta via é conseguir dotar estas pequenas aldeias com uma infraestrutura semelhante ou até melhor em termos de educação e saúde, e com alternativas para o desenvolvimento local.

A tradição cultural nessas comunidades, tende a ser caracterizada em razão da sociabilidade humana. Por meio de relações sociais se pretende observá-la, na medida em que, são atualizadas nesse trâmite interpessoal de crenças e de ideologias coletivas (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). No cerne do suposto, elementos materiais e imateriais configuram o manejo da cultura relacional de grupos amazônicos e populações tradicionais são reconhecidas por características peculiares, tais como transmissão oral da história, uso da terra, relação com a natureza, crenças e sistema de produção (ARGUELLO, 2001).

O modo de vida da maioria das populações nativas amazônicas resulta do conhecimento transmitido de geração a geração, segundo tradições culturais, estejam estas no plano subjetivo ou objetivo (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 69).

Em sociedades ameríndias, formas de comportamento, trabalho ou crença são produtos humano construído e reconstruído dentro de processos sociais e históricos, que moldam justamente a ideia de tradição cultural. A perspectiva se relaciona com conhecimentos que representam o *ethos* de dada população tradicional, a identidade do fazer-se.

A concepção contemporânea em torno do conceito da tradição cultural aponta para cerne relacionados a sistemas de significados que envolvem crenças, atitudes, valores e ideologias, margeando regras, sinais, símbolos e costumes, os quais exercem influência sobre determinada sociedade, seja ocidental ou indígena, tradicional ou não tradicional (SILVA, 2011).

A constituição identitária dos povos Ticuna perpassa por processos de rupturas e continuidades. Experiências vivenciadas por essas populações tradicionais são fatores determinantes, sendo que a afirmação étnica ou a perda dela depende do grau de transmissão de conhecimentos de velhos para jovens e de influências externas em espaços urbanos.

O conceito de identidade, conforme Hall (2006), é amparado no âmbito da identidade cultural. Essa perspectiva é fundada a partir de “aspectos de nossas identidades que surgem do pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (HALL, 2006, p. 09).

Percebeu-se que entre os Ticunas o sentimento de pertencimento é latente em razão do fortalecimento de grupos e clãs que marcam suas autoafirmações por padrões de comportamento e de saberes compartilhado. Todavia, controvérsias

relacionadas à intersecção aldeia-cidade em diversos sentidos geram implicações psicossociais.

Os Ticunas, em sua origem, sempre foram indígenas de terra firme, ocupando um extenso território no alto dos igarapés que deságuam no rio Solimões, que com o passar dos anos foram se deslocando cada vez mais, a partir do final do século XVIII, em direção ao grande rio Solimões. Esse processo teve início com o desaparecimento gradativo de seus inimigos rivais, os Omágua, também chamados de Cambeba - tribo guerreira que dominava as margens do rio Solimões.

Os Ticunas que fugiam com as agressões desse povo refugiavam-se no alto dos igarapés e afluentes da margem esquerda do rio Solimões, faziam o mesmo com a chegada dos espanhóis, em especial a Francisco Orellana e suas expedições. (NIMUENDAJU, 1977).

O território Ticuna, além de ser uma ampla região dividida pelas fronteiras políticas do Brasil, Colômbia e Peru, caracteriza-se por uma população multiétnica, pois os Ticuna mantêm contato com outros grupos indígenas, como os Yagua, Cocama, Huitoto, Cambeba, Kulina, com os não indígenas e os mestiços que formam a população da tríplice fronteira, na Região do alto Solimões. (OLIVEIRA, 2012).

O povo Ticuna é considerado a etnia mais numerosa entre os indígenas do Brasil com 46.045 indígenas (IBGE, 2010). Encontram-se, principalmente no norte do país nos municípios de Tabatinga, Tonantins, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Iça, microrregião do Alto Solimões, pertencente ao estado do Amazonas (IBGE, 2010).

Também estão presentes em países como Colômbia e Peru, porém em menor número. Os Ticuna residentes em Tabatinga estão em sua maioria fixados na Terra Indígena (TI) Tukuna Éware I e II, localizada às margens do rio Solimões ou Amazonas, conforme alguns autores, na divisa entre o Brasil, a Colômbia e o Peru.

Apesar de ser classificada pelo IBGE como área rural, esta TI está muito próximo da área urbana da cidade, o que leva a uma grande presença e participação dos indivíduos dessa etnia em atividades desenvolvidas pelo comércio de produtos, serviço público, atividades educacionais de nível básico e superior, trabalhos no varejo, e outros.

Apesar da proximidade com a área urbana, os Ticunas continuam tendo sua produção agrícola e artesanal regida pelos ciclos das águas, o que não os diferencia de outras comunidades localizadas na Amazônia. O tempo de enchente, cheia,

vazante e seca determina o quê e onde será a produção. Essa decisão também é influenciada pelos hábitos alimentares que determinam os tipos de cultivo e criação de animais realizados por essa etnia.

Não são apenas esses fatores que influenciam a decisão do produtor residente na TI, mas também as pressões externas, dos não indígenas, que modificaram e modificam seus hábitos alimentares, sociais, tecnológicos e de produção.

A produção econômica dentro de comunidades tradicionais, como a dos Ticunas, ainda é pouco estudada, sendo relevante e necessário abordar e mostrar, de um lado, como se estruturam a produção, as relações de trabalho e consumo para esse povo, que não está totalmente inserido na economia de mercado, nem voltado totalmente para a subsistência e, de outro, as implicações que a proximidade com a cidade acarreta na vida dos moradores.

Ao perguntar aos indígenas Ticuna, responsáveis pelo domicílio no momento da entrevista, se algum morador da residência possuía terreno destinado para o plantio ou para a criação de animais, em relatos os Ticunas apenas afirmam a existência de terras para o plantio da roça, tanto em terra firme como de várzea.

Quando se fala dos grupos indígenas, passa-se a atentar a mundos que não são estranhos. Mundos que por muito tempo estiveram distantes das práticas políticas, econômicas e sociais deste país.

Depara-se, hoje, com os grupos representativos nas comunidades, assim como com os grupos que vem para cidade e seus diferentes povos. Suas histórias estão recheadas de imagens exóticas criadas pelo não indígena, e na medida em que vão sendo descortinadas caem em contradição como estereótipo e com a imagem que se formou sobre esse indivíduo indígena no contexto urbano.

A migração dos indígenas para a cidade continua fazendo parte da luta desta população. Este fato deve-se ao caso de atividade produtiva ser voltada somente para o sustento das famílias, e parte expressiva da mão de obra que a realiza apresenta algum grau de parentesco com os moradores dos domicílios urbanos. O que leva esses sujeitos a migrarem.

A maior parte dos trabalhos nas roças tem participação dos chefes das famílias, esposas e filhos. Logo, a forma de organização das unidades de produção dos Ticuna da comunidade como a de Umariçu I e II comprova o que Schröder (2003,

p. 27) afirma: “[...] são quase sempre étnicas e locais e são formadas principalmente por unidades domésticas e grupos de parentes - o que nem sempre é a mesma coisa”.

Nesse sentido, a trajetória dos indígenas no contexto da cidade está marcada pela dualidade, ou seja, entre a perspectiva de melhoria das suas condições de vida em uma nova realidade, da ilusão do que a cidade pode oferecer e o contraste cultural e histórico de sua origem marcada por uma práxis diferenciada que se depara com processos excludentes e discriminatórios enraizados, fundamentados durante a formação histórica, cultural, econômica e social brasileira.

Os Ticunas enfrentam hoje um grande desafio de garantir sua sustentabilidade econômica e ambiental, bem como qualificar as relações com a sociedade envolvente mantendo viva sua riquíssima cultura. Não por acaso, as máscaras, desenhos e pinturas desse povo ganharam repercussão internacional.

Para as famílias das comunidades, a alimentação dos Ticunas é baseada principalmente no consumo de peixe que “[...] é determinado pelas variações ecológicas sazonais, pela oferta de captura nas pescarias e pelas escolhas do que é comercializado ou consumido. Antes de vender ou doar parte do peixe capturado, os pescadores guardam suas espécies favoritas e aquelas com baixo valor comercial” (SILVA, 2007, p. 134).

Parte deste pescado serve de renda para os Ticunas através da venda em feiras ou nas vias da cidade. É importante destacar que há uns peixes com valor comercial alto e outros que poucos se vendem. A pesca é realizada nos rios, lagos e igarapés da região e os locais para sua prática podem ser subdivididos a partir da sazonalidade em floresta inundada adjacente ao rio (várzea) e lagos (igapós).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentrar no universo indígena se torna um imenso desafio quando se trata instigar uma temática que carece um terceiro olho, no que diz respeito a sensibilidade de entender a dinâmica de vida desses povos. Mas a gratificação é tremenda quando se termina um trabalho como este. Isto porque desenha no autor o sentimento de satisfação, que vai do desejo pessoal a realização profissional.

De fato, não é fácil chegar ao fim de uma jornada onde é cobrado dedicação, tempo, renúncia, amor, aporte financeiro, entre outros. Há momentos de desesperos, o qual, na fragilidade do momento, se pensa até desistir. Mas, lembrando o filme o Gladiador dirigido por Ridley Scott é muito bom chegar ao fim de uma jornada com a certeza do dever cumprido.

Mas gratificante ainda é quando se deparar com o resultado deste ensaio intelectual e percebe-se que aos poucos, as ideias vão tomando forma e ganhando uma nova formatação.

A gratificação se estende, quando se percebe o aprendizado vindo de um grupo de pessoas tão preteridos pela sociedade, e de um valor social incomparável. Aos poucos se vai se percebendo que essas pessoas com hábitos e costumes tão desajeitados de outros grupos sociais humanos, são portadores de uma imensa sabedoria que ultrapassa os saberes acadêmicos. Igualmente, se percebe que esses povos tradicionais têm muito a contribuir com o tecido social amazônico, no que diz respeito o valor da identidade do homem amazônico e das culturas espalhadas em todos os espaços onde vivem essas pessoas.

Esta pesquisa foi realizada no município de Tabatinga – AM / Brasil localizada na tríplice fronteira, Brasil/Colômbia/Peru, cuja dinâmica de vida das pessoas é diversificada, pluridimensional, complexa e de múltiplas faces no que diz respeito às relações de poder e formação sociocultural que transpassam o modo de vida dos habitantes, inseridos em arranjos econômicos e de sociabilidade fronteiriça que orienta a vida humana nesta região.

A identidade indígena Ticuna neste espaço fronteiriço, ganha novas formatações quando estes saem de suas comunidades de origens e passam a residir na área urbana das cidades. Neste sentido, a mistura cultural ocorrida, resultado desse processo, mostra que ao mesmo tempo que há uma resistência de afirmação

de identidade cultural, há também uma fragilidade que está ligada a forma de sobrevivências destes, dentro do espaço urbano. Considerando que a sobrevivência destes nas comunidades está baseada em uma agricultura familiar perene, da pesca e as vezes da caça, e com elementos da natureza, da terra, da floresta e da água.

Ficou bem elucidado nesta investigação os conflitos identitários que ocorrem com os indígenas Ticunas que vem residir na área urbana do município de Tabatinga. O indígena Ticuna, garante sua permanência na cidade, pela necessidade de melhoria, principalmente no que diz respeito às necessidades de educação e trabalho, visto que muitos destes, almejam dias melhores, fora de suas comunidades, em um espaço diferente do seu. A crise de identidade visível nessas populações diz respeito a apropriação dos conhecimentos não indígenas. Entendendo que os saberes externos as suas comunidades, vivem em uma dinâmica muito acelerada, o que muitas vezes os indígenas não conseguem acompanhar pelo fato de não dominarem a língua portuguesa.

Neste processo surgem as crises de pertencimento. Ora ente sujeito se identifica como indígena, ora como não indígena por se considerar morando em um espaço onde não é caracterizado como comunidade tradicional.

Para os Indígenas Ticuna que residem na área urbana de Tabatinga, embora estejam em um contexto urbanos, eles têm uma relação muito grande com a natureza, com suas bases sociais, e com a forma artesanal do trabalho para o sustento. Apesar da urbanidade, convivem com informações identitárias e culturais de seus descendentes. Isso foi notado, nos hábitos alimentares, nas vestimentas, nas pinturas corporais e em outros símbolos que muitas vezes não se tornam visíveis às populações externas que não sabem interpretar alguns destes símbolos.

Os indígenas Ticuna relataram que os trabalhadores tradicionais são pouco valorizados no âmbito de seus ofícios, embora as agências institucionais tenham conhecimento da existência desses trabalhadores na região, e a importância para a movimentação financeira, estas não viabilizam recursos para fomentar essas atividades.

A falta de valorização dessas pessoas pelas agências de governo, por toda sorte, implica um sentimento de exclusão social, visto que se houvesse incentivos para as pequenas rendas, como o artesanato, haveria uma valorização maior na identidade e cultura Ticuna, assim como, aumentaria o distanciamento financeiro desses sujeitos.

Os indígenas Ticuna são pessoas revestidas de empoderamento cultural, o qual faz com que estes sejam sempre reconhecidos onde quer que estejam, dentro ou fora da nação brasileira. Nesse cenário de convívio dos povos tradicionais com outras matrizes sociais fazem com que aconteça as transformações sociais e o surgimento de novas misturas, dando origem a esta mestiçagem que é o povo amazônico e, por conseguinte o povo brasileiro.

A pesquisa mostra que os problemas de identidade junto aos indígenas Ticuna, é um problema que vem de muitos tempos, mas que só tomou dimensão nos últimos anos devido a influência de muitos estudiosos sobre esse grupo étnico.

A presença do indígena na cidade é uma temática que vem ganhando significado nos debates que qualificam este como sujeito capaz de contribuir com a qualidade do tecido social, seja ele na cidade, ou na comunidade. O importante é perceber que o espaço urbano, embora caracterizado como excludente para esses povos, também é espaço de oportunidade e de aprendizado. Visto que com a dinâmica social urbana, este sujeito vai se ordenando de acordo com as necessidades e com os moldes cobrados pelo sistema para o ajustamento destes nas regras sociais.

Para esse grupo, o espaço urbano só é favorável por que lhes proporcionam uma melhor educação para seus filhos e conhecimento dos não indígenas para que estes possam ter um aprendizado capaz de transpor estes, posteriormente ao seu retorno a comunidade. Por outro lado, a cidade também pode proporcionar momentos de lazer, que as comunidades não possuem, apesar de ser nocivo para essas pessoas.

Os órgãos de controle social, muitas vezes são omissos em acompanhar as dificuldades que essas pessoas enfrentam. Por outro lado, por estes, terem limitação de fala pela dificuldade de falar fluente o português, se sentem envergonhado de procurar essas agências de governo e acabam por se prejudicarem.

É preciso, que se repense a presença do indígena na cidade. Ele é um cidadão brasileiro igual a qualquer um, ou até mais pelo fato de carregar consigo muitas informações culturais que ultrapassam fronteiras.

No caso dos ticuna que são transfronteiriços, precisa se pensar alternativas de atendimento qualificado para que estes ao passar para outro país, leva a identidade indígena nacional sem medo ou vergonha de se identificar como tal.

Precisa conhecer e reconhecer o indígena em sua plenitude. Não somente pela sua língua, ou pelos aspectos culturais, mas pela imagem qualificada que este dá à amazonia como o cenário privilegiado a nação brasileira.

Finalmente concluir que pesquisar este tema sobre identidade indígena Ticuna, é pesquisar a amazonia, antes de tudo a vida. Os momentos de investigação trouxeram consigo, momentos de amadurecimento intelectual o qual, de certo muito trará contribuições a mim como pesquisador e para a academia como reflexão dos registros aqui deixados.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Joselito Santos. **Bio (sócio) diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. **As fronteiras ibero-americanas na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Disponível em: <[http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1276642584P7pWR3yt\\_7Kc33BD7.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1276642584P7pWR3yt_7Kc33BD7.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2010.

ALMEIDA, Paulo. **A mesorregião do Alto Solimões**. Blog. 2013.

ARANHA, Maria Lúcia de ARRUDA. Martins, Maria Helena Peres. **Filosofando. Introdução à filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ARGUELLO, Carlos. **Etnoconhecimento na escola indígena**. Natal, 2001. (Palestra proferida na sociedade brasileira de Física).

ARIAS, P. G. (2002). **La cultura. Estrategias Conceptuales para comprender a identidad, la diversidad, la alteridad y la diferencia**. Escuela de Antropologia Aplicada UPS-Quito. Ediciones Abya-yala.

ARROYO, Monica. **Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2001.

BAINES, Stephen. **As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade**. Revista Brasil Indígena, v. 2, n. 7, p. 15-17, nov./dez. 2001.

BALLIVIÁN, J.M.P. (Org.) Guia do Professor – **Cultura, Ambiente e Biodiversidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BANIWA, Gersem. **“A conquista da cidadania indígena e o Fantasma da tutela no Brasil Contemporâneo”** in: "Constituições nacionais e povos indígenas" Ramos, Alcida (org.) UFMG-MG.2012.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento**. 2 ed. São Paulo: Papirus, 2000. Coleção Turismo.

BARTH, Fredrick. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

BARZOTTO, Leoné Astride. **Violência e resistência: olhares oblíquos sobre a literatura de moçambique**. 2009. In: BONNICI, Thomas. (org.). Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais. Maringá: EDUEM. ISBN 978-85-7628-155-9.

BECKHAUSEN, Marcelo. **Direitos indígenas**. Revista Eletrônica PRPE. 2007. Disponível em: Acesso em: 22 jan. 2014.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 3. ed. Manaus: Vozes, 2009.

Berger, P., & Luckmann, T. (1983). **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento** (5th ed.). Petrópolis: Vozes.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, 496 p.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOUDON & BOURRICAUD. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

BRANDÃO, R. C. (1990). **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras(es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual** / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. – 3. ed. – Brasília: A Secretaria, 2001.

BRITO, Joaquim Pais, «**Patrimónios e identidades: a difícil construção do presente**». 3<sup>o</sup> ed. 2005.

CALEFFI, Paula. "**A Identidade Atribuída: um estudo da historiografia sobre o índio**." São Leopoldo (Brasil): UNISINOS, Rev. Estudos Leopoldenses - Série História, 1997. PP. 49-65.

CAMPOS, R. C. **Movimentos Indígenas por Educação: Novos Sujeitos Socioculturais na História Recente do Brasil**. Anais do 2<sup>o</sup> Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Antropologia do Brasil – Mito, História e Etnicidade**. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1986.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. Publicado originalmente em 1942.

CASTRO Cláudia **Steffens de. Educação para o turismo: preservação da identidade regional e respeito à cultura imaterial**. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2008 Vol. 5 Ano V nº 4, ISSN: 1807-6971, Disponível em: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br) acessado em 09/09/2010.

CESARINO, Pedro de Niemeyer. **Babel da floresta, cidades dos brancos?: Os Marubo no trânsito entre dois mundos**. Novos Estudos/CEBRAP, São Paulo, n. 82, p. 133-148, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, pp 103.

CHOERI, Raul Cleber da Silva. **O direito à identidade na perspectiva civil-constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

COHN, C. **Culturas em transformação: os índios e a civilização. Perspectiva**. São Paulo. n. 15, p. 36- 42, 2001. Acesso em: 03 de maio de 2010.

COX, Jr. T.; BLAKE, Stacy. **Managing cultural diversity: implications for organizational competitiveness**. Academy of Management Executive; v. 5, n. 3, 1991.

CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DANTAS, Fernando Antônio de Carvalho. Hiléia. **Revista de Direito Ambiental da Amazônia, Manaus**. v.1, n.1, p. 85-119, ago/dez. 2003.

**Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Disponível in [http://www.comotepaz.org.br/Dec\\_DiversiCult.htm](http://www.comotepaz.org.br/Dec_DiversiCult.htm). Data de acesso: julho de 2005.  
Diversidade Cultural. Disponível in <http://www.unesco.org.br/areas/cultura/divcut/dcult/mostra-documento>. Data de acesso: maio de 2005.

DUPUIS, J. (1996). Antropologia, cultura e organização: proposta de um modelo construtivista. In: J. Chanlat, (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas** (Vol. 3, pp. 231-251). São Paulo: Atlas.

DURKHEIM, Emile. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.



DURKHEIM, Émili. **As regras do método sociológico**. [tradução: Paulo Neves; revisão da tradução Eduardo Brandão]. 2º. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

EUZÉBIO, Emerson F. **Fronteira e horizontalidade na Amazônia: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2012.

FERREIRA, Antônia. M. M., & Salati, Enéas. (2005). **Forças de transformação do ecossistema amazônico. Estudos Avançados. 19(54),25-44.**

FERREIRA, R. F. **Afro-descendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

FIGUEIREDO, Joana Bosak de. **Travessias e fronteiras: história, literatura e identidade gaúcha em Barbosa Lessa e Ricardo Güiraldes**. In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Org.). Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p.539-571.

FLEURI, R. M. **Intercultura e Educação**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 23, p. 16-35, 2003. Disponível em: Acesso em: 03 de maio de 2010.

FOLLMANN, J. Ivo. **Identidade como conceito sociológico**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 37, n. 158, p. 43-66, 2001.

**Formação de professores indígenas: repensando trajetórias** / Organização Luís Donisete Benzi Grupioni. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado**. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008b.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. In: Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis - tempo de novo descobrimento.** Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas. LTC – Livros Técnicos e Científicos Ed.** Rio de Janeiro, 1989.

GHEDIN, Evandro. **Currículo, projetos e avaliação da aprendizagem.** Manaus: Travessia/SEDUC, 2006.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** 2. ed. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GULBERG, Horacio Cerutti. **“Identidad y dependencia culturales”,** op. cit, p.132.

HALL, S. (2000). **A identidade cultural na pós modernidade.** 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** São Paulo: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: TADEU DA SILVA, Tomaz (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, Vozes, 2000, p. 103- 133.

HISSA, Cássio E. V. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 19-111 e 159-198.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Disponível em: Acesso em: 05 jan. 2013.

JACQUES, M. G. C. (1998). **Identidade**. In: M. N. Strey et al. **Psicologia social contemporânea** (pp. 159-167), Petrópolis: Vozes.

JUNQUEIRA, Cármen. **Antropologia indígena: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2002.

JUSTAMAND, Michael. **Fazendo antropologia no Alto Solimões**. V.07. Alexia Cultural. São Paulo, 2017.

KUPER. Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. EDUSC, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito antropológico**. 14<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LASMAR, Cristiane. **De volta ao lago de leite: gênero e transformação** no Alto Rio Negro. São Paulo: UNESP, 2005.

LESSA, Fábio. Práticas Esportivas. **Na Construção Da Identidade Helênica**. In Blog História(s) do Sport: <http://historiadoesporte.wordpress.com> 2010/09/06/praticasesportivas-na-construcao-daidentidade-helenica/, acessdo em 11/09/2010.

LÉVI-Strauss, "**Raza e historia**" en **Raza y cultura**, Ediciones Cátedra, Madrid, [1952], 2000, p. 96.

LIMA, Ricardo. Gomes. **Artesanato e arte popular: duas faces de uma mesma moeda**. Brasília: Ministério da Cultura - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, 2009.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009. Ferreira, Antônia. M. M., & Salati, Enéas. (2005). Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Estudos Avançados*, 19(54), 25-44.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. – 21. ed. – São Paulo: Ática, 2005.

MATURANA, H. **Da Biologia à psicologia**, 3ª ed. Porto Alegre: Artes médicas, 1998.

MEAD, George Herbert. *Espiritu, Persona y Sociedad*. Buenos Aires: Paidós, s.d.

MONTES, Maria Lúcia. **Raça e Identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia**. In: SCHWARCZ, L. M. & QUEIROZ, Renato Silva (Orgs.) **Raça e Diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1996.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária. O pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. São Paulo: Cortez; Brasília DF: Unesco, 2003.

MUNANGA Kabengele. **A identidade negra no contexto da globalização**. IN: *Ethnos Brasil*, Ano I – nº 1, março de 2002, pp.11-20. – UNESP.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação**. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

NIMUENDAJU, Curt. **Os índios Ticuna**. *Revista Antropologia*, n. 7. Boletim do Museu do Índio. Rio de Janeiro, 1977.

NOGUEIRA, Ricardo. **Tabatinga: uma cidade na fronteira da Amazônia**. In: *Cidades na Floresta*, org. Edna Castro, p. 165-191. Annablume, São Paulo, 2008.

NUNES, Benedito. **Um conceito de cultura**. Belém. Conselho Estadual de Cultura, 2004, 24p.

OLIVEIRA, FILHO, J.P. **Ação indigenista e utopia milenarista: As múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticuna**. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcinda Rita (orgs). *Pacificando o branco cosmologia do contato no norte amazônico*. São Paulo: Editora Unesco – Imprensa Oficial do Estado. 2002.

OLIVEIRA FILHO, J. P. 1988. **O Nosso Governo. Os Tikúna e o Regime Tutelar**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/MCT/CNPq.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de, 1983. “**Terras indígenas no Brasil: Uma tentativa de abordagem sociológica**”. Boletim do Museu Nacional n. 44, p. 1-28. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Luciane Monteiro; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. **Criação, experiência e manipulação do conhecimento revelado nos registros gráficos de crianças**. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P.; OLIVEIRA, L. M. (Org.) **Arqueologia e patrimônio de Minas Gerais**: Ouro Preto. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

OLIVEIRA, Maria José. **Artesanato: narrativa de um povo**. Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 15, n.15, p. 129-145, jan/dez. 2010.

OLIVEIRA, Nuno Manuel de. **O direito geral de personalidade e a solução do dissentimento. Ensaio sobre um caso de constitucionalização do Direito Civil**. Coimbra: Coimbra Editora, 2002. *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta, pp. 43-54.

ORTEGA Y GASSET, J. - **Misión de la Universidad**. In: ORTEGA Y GASSET, J. - *Obras Completas*. IV. Madrid: Ed. Alianza Editorial, 1983, pág. 344

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade nacional**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense s.a., 1994.

PEDRO, Aquilino de. **Dicionário de termos religiosos e afins**. 10 ed. Aparecida: Santuário, 1999.

PINTO, E. R. F. **A viagem das idéias**. Revista Estudos Avançados, vol.19, n. 53, São Paulo, 2005.

PISANI, Elaine Maria. **Temas de psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

RAMOS, Alcida R. **Convivência interétnica no Brasil. Os índios e a nação brasileira**. Brasília: Dep. De Antropologia, série Antropologia n 221, 1997, aos habitantes do território posteriormente conhecido como América.

RAMOS, Arthur. **Introdução à psicologia social**. 4. ed. Santa Catarina: UFSC, 2003.

REIS, A. C. F. **O homem e a natureza na Amazônia**. Secretaria de Imprensa e Divulgação, Manaus, AM, 1966.

RICOUER, P. **O si mesmo como um outro**. São Paulo: Papyrus, 1990.

ROCHA, Leandro Mendes. **O Estado, as fronteiras e o trinômio índio-Deus-Pátria: O caso dos índios Tiriyo**. In: Gutiérrez, Horacio; Naxara, Márcia R. C.; Lopes, Maria Aparecida de S. (orgs). **Fronteiras: paisagens, personagens, identidades**. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003. (p.95-114).

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, JOSÉ Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008b. 1. ed. [1979].

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008b. 1. ed. [1979].

SANTOS, Waniamara de Jesus dos. Daniel Munduruku: **Contador de Histórias, Guardião de Memórias, Construtor de Identidades**. Mestrado em Estudos de Linguagem. 129f. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

SAVOIA, Mariângela Gentil. **Psicologia social**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

SCHRÖDER, Peter. **Economia indígena: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Programa Sebrae de Artesanato**. Termo de referência. Brasília: SEBRAE, 2004.

SILVA, J. R. G., & Vergara, S. C. (2000). **O significado da mudança: as percepções dos funcionários de uma empresa brasileira diante da expectativa de privatização**. *Revista de Administração Pública*, 34(1), 79-99.

SILVA, José Augusto Medeiros. AMORIM, Wellington Lima. Estudo de Caso: **O pensamento sociológico de Max Weber e a Educação**. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v.6, n.1, p.100-110, Tri I. 2012. ISSN 1980-703.

SILVA, Maria de Lourdes Ferreira da. **Índios Urbanos: um estudo acerca do acesso dos Sateré-Mawé residentes na Casa de Trânsito Indígena aos Direitos Sociais no município de Parintins/AM**. 2007. 68 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, [2011].

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu Silva (org). Stuart Hall Woodward. Petropolis. RJ: Vozes, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Teoria cultural e educação**: vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000(b).

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Multiculturalismo e Direitos coletivos**. Curitiba, 2001.

SOUSA, Sebastião Rocha de. **Conflito sobre identidade entre jovens da etnia Tikuna da terra indígena Eware I no município de Tabatinga/AM**. São Leopoldo/EST/PPG.2013

STREY, Marlene Neves (Org.). **Psicologia Social Contemporânea**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**. São Paulo: Loyola, 1997.

TURKLE, Sherry. Sherry Turkle: **Fronteiras do Real e do Virtual entrevista a Federico Casalegno**. Revista FAMECOS (Porto Alegre), n.11, 1999 Porto Alegre. p. 117-123.

Tylor, E.B. (1874). **Primitive Culture**, New York.

VERISSIMO, José. **Estudos Amazônicos**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970256p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (Org.). **Antropologia do parentesco: estudos ameríndios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. **O mármore e a murta**. In: \_\_\_\_\_. A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac Naify, 2002a. p. 181 - 264.

WHETTEN, D.; GODFREY, P. **Identity in organizations**. London: Sage Publications, 1998.



WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 1º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. (p.7-72).

ZANELLI, J. C. (no prelo). **Interação humana e gestão: uma compreensão introdutória da construção organizacional**. Rio de Janeiro: Editora LAB.